

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA

**Um conto de duas cidades: Diálogo arquitetônico entre Braga e Diamantina do
século XVIII**

Guarulhos

2018

HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA

Um conto de duas cidades: Diálogo arquitetônico entre Braga e Diamantina do século XVIII

Dissertação apresentada a
Universidade Federal de São
Paulo como requisito parcial
para obtenção do grau em
Mestre em História da Arte.

Orientadora: Angela Brandão

Co-orientadora: Maria
Cláudia Magnani

Guarulhos

2018

Oliveira, Henrique

Um conto de duas cidades: Diálogo arquitetônico entre Braga e Diamantina do século XVIII, Henrique Oliveira – Guarulhos, 2018.

105 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientador: Angela Brandão.

Título em inglês: A tale of two cities: Architectural dialogue between Braga and Diamantina of the eighteenth century

1. Arquitetura 2. Diamantina 3. Braga

HENRIQUE GONÇALVES OLIVEIRA

Um conto de duas cidades: Diálogo arquitetônico entre Braga e Diamantina do século XVIII

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em História da Arte da
Universidade Federal de São
Paulo como requisito parcial
para obtenção do título de
Mestre em Ciências
Orientador: Angela Brandão

Aprovado em: 31 de Julho de 2018.

Prof. Dr. André Tavares
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Flávia Brito do Nascimento
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família e a meus amigos, por todo carinho, incentivo e apoio. Francisco Medeiros, *“Thank you for being a friend... your heart is true you’re a pal and a confidant”*.

E aos professores que compartilharam seus conhecimentos nos últimos anos, em especial Maria Cláudia Magnani, que sem sua ajuda e orientação não teria chegado aqui, Angela Brandão, uma pessoa incrível e uma orientadora mais incrível ainda, e Eduardo Pires de Oliveira, que me recebeu e guiou pelo mais maravilhosos caminhos bracarenses.

RESUMO

Diamantina e Braga são duas cidades de gigantesca beleza arquitetônica. Durante o século XVIII, a história das duas cidades se cruzou. Deste encontro surge este trabalho, um estudo que passa por diversas definições de cidade e tipos de cidade para demonstrar que com base nessas definições é possível encontrar semelhanças e dessemelhanças que fomentam um diálogo com bases visuais sobre a produção arquitetônica deste período em ambas as cidades.

ABSTRACT

Diamantina and Braga are two cities of gigantic architectural beauty. During the eighteenth century, the history of the two cities intersected. This work presents a study that goes through various definitions of city and city types to demonstrate that on the basis of these definitions it is possible to find similarities and dissimilarities that foster a dialogue with visual bases on the architectural production of this period in both cities.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 - Uma breve revisão da historiografia sobre a cidade portuguesa na América.	11
Capítulo 2 - Breve Histórico - Braga e Diamantina	48
• 2.1. Argan – Imagem e Persuasão	48
• 2.2 – Imagem.....	51
• 2.3 – Breve histórico de Braga	54
• 2.4. Breve histórico de Diamantina	56
• Início da construção artística e cultural do arraial do Tijuco	61
Capítulo 3 – Diálogo entre Diamantina e Braga.....	63
• Mapa.....	63
• Panorama.....	68
• Construções com apenas 1 piso.....	76
• Edifícios com 2 pisos.	78
• Edificações com três pisos	81
• Construções com 4 pisos.....	84
• Janelas	85
• Portas-sacadas	87
• Portas	94
• Fechaduras.....	97
CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
• Anexo 1	102
• Anexo 2	103
• Anexo 3	104
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

Introdução

Para entender a presente pesquisa e o vínculo entre duas cidades tão distintas, à primeira vista; Braga, situada ao norte de Portugal, na Região do Minho, de um lado; e, de outro, a cidade de Diamantina em Minas Gerais, Brasil se faz necessária uma viagem no tempo.

Começando por tentar compreender a formação dessa nova cidade colonial luso-brasileira que difere enormemente em seu traçado aparentemente feito ao acaso, como proposto por Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Seguimos mostrando um avanço no entendimento historiográfico sobre o sentido da cidade colonial portuguesa, com base em autores como Nestor Goulart e Rodrigo Bastos, onde a cidade colonial ganha um novo entendimento, principalmente através de sua compreensão pelo prisma do decoro até que, em seguida continuamos com o historiador da arte italiana, Giulio Carlo Argan e suas proposições acerca da formação da cidade barroca, onde o valor da imagem apresenta um novo sentido na Idade Moderna em comparação com o Renascimento, e em que cidade e campo começam a se distanciar de maneira mais visível com as raízes do capitalismo; por fim, chegaremos a tratar da convergência entre Diamantina e Braga, com observações sobre a invasão árabe da península ibérica para mostrar como a cultura e modelos árabes se fazem presentes, tanto na arquitetura de Braga, como, na arquitetura colonial brasileira, especialmente a partir de um elemento presente em ambas cidade, os muxarabis, seguindo com paralelos das edificações das duas cidades, esperando com o a pesquisa mostrar que esses vão tão longe quanto a viagem temporal aqui realizada.

Para realizarmos os paralelos tivemos com guias o *Mappa das Ruas de Braga*, um álbum de 1750, com desenhos da maior parte do alçados das casas de Braga, organizado por ruas, também o Inventário do acervo edificado na área tombada de Diamantina, de Livia Romanelli (1995), e a Planta do Arraial do Teiuco, de A.P. Miranda (1784), que se encontra no livro *A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*, de Selma Melo Miranda (2009).

Cabe ressaltar que a relação entre Braga e Diamantina não se trata de uma relação de uma fonte de onde emanam formas artísticas e arquitetônicas de um lado; e, de outro, um receptáculo para essas mesmas ideias e formas. Que entre Portugal e Brasil Colônia não havia um corredor de mão única, as cidades portuguesas influenciaram as cidades brasileiras em certo sentido, mas receber estas influências, não era um gesto

pacífico, passivo, como tabula rasa, mas ao receber as influências as cidades brasileiras tinham características próprias, topográficas, culturais que transformavam a influência portuguesa, e a traduziam de acordo com sua realidade própria.

Capítulo 1 - Uma breve revisão da historiografia sobre a cidade portuguesa na América.

Para se lançar no esforço comparativo entre duas cidades, Braga e Diamantina, separadas pelo Oceano Atlântico, é preciso compreender o sentido universal do urbanismo português. Alguns autores serão analisados, em seguida, para estabelecermos alguns elementos historiográficos sobre diferentes aspectos do urbanismo português e das cidades portuguesas na América.

O livro de Sérgio Buarque (2016) foi, durante muito tempo, considerado um clássico. Segundo Antonio Candido, desde sua primeira publicação, em 1936, já fora considerado fundamental para o entendimento do Brasil. E isso só se tornou mais evidente durante suas quatro próximas reedições nas três décadas que se seguiram, publicadas por Sergio Buarque, as mesmas acompanharam o contexto sociopolítico de sua data de lançamento, fazendo com que o livro tivesse quase vida própria, reinventando-se através do pensamento do próprio Sergio Buarque.

O personalismo, em suma, não seria derrotado por uma democracia liberal, porque o pacto político que ela pressupunha não se ajustava completamente aos traços mais profundos da realidade brasileira. Para muitos leitores isso parecia, nos idos de 1936, uma verdade insofismável, e *Raízes do Brasil* era mais um texto, ao lado de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, ou mesmo ao lado da obra autoritária de Oliveira Viana, a postular a origem ibérica da civilização no Brasil e imaginar os brasileiros distantes, ou talvez, protegidos, das ‘ilusões da mitologia liberal’. Essa é ao menos a tese geral que se pode ler na versão mais recente do livro de Sérgio Buarque – ou, como se lê na primeira edição de *Raízes do Brasil*: estávamos ainda longe das muitas ilusões ‘*fraudulentas*’ da mitologia liberal.” (ACUNÃ e DIEGO, 2016, p 17-18)

No primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda discute a herança cultural política herdada a partir da colonização do território brasileiro. Logo na introdução do capítulo ele traz uma visão pragmática acerca da “replicação” da cultura europeia em território nacional.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas a sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes, nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e outra paisagem. (HOLANDA, 2016, p. 39)

Esse trecho dialoga com o objeto da pesquisa aqui apresentado, visto que a mesmo trata das transferências arquitetônicas entre Brasil e Portugal. Apesar de apresentar uma visão pessimista desta tentativa de implantação da cultura europeia, ele

toca em um ponto de grande interesse para a presente pesquisa, quando ele se refere ao trabalho realizado na colônia como “parecer participar de um sistema de evolução própria de outro clima e de outra paisagem”. Trazendo essa afirmação para o contexto arquitetônico, ela pode ser exemplificada observando a disposição das ruas do centro histórico de Diamantina, onde foi implantando um modelo de construção árabe, que usa corredores de vento para aumentar a ventilação através de becos estreitos, que para o contexto geográfico de Diamantina é totalmente desnecessário, pensando que a mesma é localizada em uma região que chega a 1.300 metros acima do nível do mar, sendo uma cidade fria, que recebe uma grande precipitação de ventos.

Sérgio Buarque trata, entre outros temas, “das determinantes psicológicas do movimento de expansão colonial portuguesa pelas terras de nossa América”. Num primeiro momento ele enfatiza o quão preparado Portugal estava para se aventurar a uma campanha exploratória. Mas deixa claro que a mesma se realizou de maneira desleixada e com “certo abandono” (2016, p. 61-62).

A discussão sobre os determinantes psicológicos começa com uma explanação a cerca de dois princípios que “regulam diversamente as atividades dos homens” (p. 62), tais princípios, segundo ele, consistem no do homem explorador e do trabalhador. O homem explorador “ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive se espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” (p. 63). Enquanto o “trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.” (p. 63)

Segundo Sérgio Buarque, as duas noções mencionadas apenas existem no mundo das ideias, mas que a compressão de ambos os conceitos nos ajuda a entender e “melhor ordenar nosso conhecimento” (2016, p.64) sobre os homens e os conjuntos sociais. E é com base nesses conceitos que ele vai falar sobre os papéis do indivíduo na colonização e estruturação da nova sociedade colonial brasileira, apontando que nas campanhas colonizadoras, pouco era atribuído ao “trabalhador”, por ser uma empreitada audaciosa, e para tanto o homem explorador cumpria melhor o papel. “Num conjunto de

fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação,” esse “foi o elemento orquestrador por excelência”. (p. 67)

Sergio Buarque chama atenção para o fato de que os portugueses tentaram recriar aqui o lugar de onde vieram, e dentro dos limites possíveis, o fizeram de maneira sem precedentes. “A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circunspecta sob o novo clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora. Com essa nova disposição, importada por sua vez da Ásia Oriental e que substituíra com vantagem, em nosso meio, o tradicional pátio mourisco, formaram o padrão primitivo e ainda hoje válido para as habitações europeias nos trópicos.” (2016, p. 67-68)

A forma de civilização que foi criada aqui, não era em seus primórdios agrícola, pelo fato de que esta não condizia com o homem aventureiro, além da quantidade reduzida da população do reino e também porque a agricultura não ocupava posição de destaque em Portugal. A agricultura só vai prosperar aqui com o começo do cultivo da cana-de-açúcar.

Outro marco do tipo de colonização de que deriva da expressão do “homem aventureiro” é a necessidade de extrair da nova terra grandes benefícios com o menor esforço possível. Apesar de não ser, no primeiro momento, uma civilização agrícola, aqui prosperou uma civilização de raízes rurais, segundo Holanda, sendo que a colônia girava em torno das propriedades rurais durante os primeiros séculos da colonização. Essa posição só será alterada após a Abolição em 1888.

Nas propriedades rurais a autoridade máxima era o proprietário da terra, tendo este, basicamente, poderes ilimitados. Com isso, a família, e seus preceitos seguem o indivíduo mesmo fora da esfera doméstica, fazendo com que o privado sobressaia à entidade pública e com isso as “preferências” se fundam a partir de laços afetivos marcando todas as esferas da sociedade colonial.

Tal formação social, segundo o autor, só começa a perder um pouco do poder e os senhores rurais a sua posição privilegiada com a chegada da família real em 1808 e a

posterior independência, que coincide com o declínio da grande lavoura e ascensão dos centros urbanos.

No livro *As Raízes do Brasil* (2016), a estrutura ruralista que predominou aqui durante tanto tempo condiz com a forma de colonização portuguesa, que não instaurou normas absolutas, mas pelo contrário cedeu à nova colônia, desde na forma de plantio, onde usavam dos mesmos métodos que os índios, até a pouca preocupação e planejamento com o construir e criar raízes, sendo sua preocupação prima o enriquecimento fácil. Forma de estruturação social contrária à implantada pela colonização espanhola, que por sua vez, optava pela criação de “núcleos de povoação estáveis e bem-ordenados” a fim de assegurar predomínio militar, econômico e político sobre as terras conquistadas. (p. 164). A compreensão de Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, de que haveria de um lado um urbanismo espanhol, racional e ordenado; e, de outro, um urbanismo português sem planejamento foi amplamente difundida na historiografia do urbanismo português na América e até certo ponto aceita como verdade.

Outro ponto divergente, apontado por Sergio Buarque, e quanto ao tipo de colonização portuguesa e espanhola, é o foco de suas intenções, enquanto portugueses visavam exploração comercial, os espanhóis tinham como objetivo “fazer do país conquistado um prolongamento orgânico do seu” (2016, p. 169).

O autor atenta para a forma quadrangular da urbanização espanhola, ordenada pela Lei das Índias, e de como este não se fez presente na edificação das cidades portuguesas na América, apesar disso diz que a cidade do Rio de Janeiro surgiu a partir de um esboço quadrangular, fato que se deu devido a não se encontrarem ali muitos empecilhos naturais para tal edificação, mas que deve se levar em conta que tal forma tem raízes nos princípios racionais instaurados no Renascimento e que por sua vez são uma inspiração das formas da Antiguidade. Segundo Sérgio Buarque, o desenvolvimento dos centros urbanos repeliu o traçado quadrangular dando lugar a uma urbanização comandada pela topografia local (2016, p. 194).

Assim, a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta confunde-se com a linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, sempre esse abandono característico que se exprime bem na palavra ‘desleixo’ (...) As casas eram semeadas com desalinho em volta de uma igreja toda branca e situada quase sempre no lugar mais elevado; com um desalinho que faz pensar um pouco nesses jardins de Portugal evocados por Gilberto Freyre, cheios

de uma poesia meio selvagem e onde aparecem, aqui e ali, flores de nomes que pedem poemas (HOLANDA, 2016, p. 165).

Os primeiros responsáveis por construções organizadas e orientadas “segundo um espírito positivamente construtor” na colônia portuguesa foram os Jesuítas, suas obras apresentam semelhanças com as dos monges beneditinos europeus edificadas nos séculos XI e XII.

Outra marca que distingue a colonização portuguesa e castelhana, para Sergio Buarque, é que os espanhóis procuravam locais que tinham clima semelhante ao seu de origem para a formação de vilas, e que fossem preferencialmente afastados do litoral, em contrapartida, os portugueses só foram verdadeiramente explorar além da faixa litorânea três séculos após a colonização, com a descoberta de ouro nas Gerais. Processo que se deu com grandes ressalvas, excluindo qualquer estrangeiro que não fosse inglês ou holandês, além de “os monges, os padres sem emprego, os negociantes, estalajadeiros, todos os indivíduos, enfim, que pudessem não ir exclusivamente a serviço da insaciável avidez da metrópole” (2016, p. 177). Tantas eram as restrições que em 1720 foi criada a lei que proibia de passagens para o Brasil, apenas quem possuísse um cargo publico poderia vir à colônia, salvo algumas exceções, como religiosos que já tivessem professado no Brasil, bispos e missionários e aqueles que conseguissem justificar terem algum negócio importante a ser realizado aqui.

A partir deste momento em que Portugal vê a necessidade de uma maior intervenção nas terras da colônia, essas são feitas de maneira repressiva e policial, segundo Holanda, voltadas para tirar proveito imediato da nova riqueza encontrada e não pensando em edificar algo duradouro nas novas terras. “É o que se verifica em particular na chamada Demarcação Diamantina, espécie de Estado dentro do Estado, com seus limites rigidamente definidos, e que ninguém pode transpor sem licença expressa das autoridades. Os moradores, regidos por leis especiais, formavam como uma só família, governada despoticamente pelo intendente-geral” (p. 179). A partir de 1771 começou uma fiscalização intensa nas terras delimitadas pela Demarcação, qualquer um, que não provesse provas de sua identidade e idoneidade, que fossem consideradas satisfatórias, era expulso da região.

Se regressasse, ficava sujeito à multa de cinquenta oitavas de ouro e seis meses de cadeia; em caso de reincidência, a seis anos de degredo em Angola. E ninguém poderia, por sua vez, pretender residir no distrito, sem antes justificar minuciosamente tal

pretensão. Mesmo nas terras próximas à demarcação, só se estabelecia quem tivesse obtido consentimento prévio do intendente (HOLANDA, 2016, p. 179).

Mesmo com tantas diferenças mencionadas entre o processo de colonização estabelecido por portugueses e espanhóis, segundo Sérgio Buarque, a maior delas, e que nos foi passada, é uma “certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (HOLANDA, 2016, p. 230)

A personalidade do brasileiro foi marcada, segundo Holanda, pela vida doméstica, onde cada indivíduo “afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais” Sendo um povo que se opõe a qualquer forma de trabalho que fira sua personalidade individual, que seja comandado por um sistema exigente e disciplinador.

Uma amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significantes do caráter brasileiro. Essas construções de inteligência representam um repouso para a imaginação, comparável a exigência da regularidade a que o compasso musical convida o corpo do dançarino. O prestígio da palavra escrita, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação espiritual. Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as ideias claras, lúcidas, definitivas, que fornecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-no constituir a verdadeira essência da sabedoria (HOLANDA, 2016, p. 277).

Como citado anteriormente, com a Abolição em 1888, acontece o declínio da produção agrária, que acarretou no fim de “todo o ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses”. (HOLANDA, 2016, p. 303) O quadro político que se instaura a partir daí é uma resposta à nova composição social, através de uma revolução lenta e segura.

Por conseguinte, para Holanda, acontece uma hipertrofia nas cidades, que coincidiu com o declínio da importância da lavoura de açúcar durante a primeira metade do século XIX, e o aumento da produção cafeeira. A carência de mão de obra, devido à abolição, o fato de o café ter de ser plantado sozinho, não podendo diversificar o plantio como era feito com a cana e o desenvolvimento de vias férreas que eram direcionados às zonas produtoras de café, foram fatores facilitadores da relação de dependência das áreas rurais à cidade, como as plantações foram simplificadas, focando em apenas uma

cultura, gerou uma dependência dos centros urbanos como distribuidores de manufaturas que antes eram criadas na própria fazenda. Resultando em uma diminuição do domínio agrário e o transformando, em alguns aspectos, em um “centro de exploração industrial” (2016, p. 307)

Os antigos proprietários rurais se viram impotentes pós Abolição e não tinham mais o poder de influenciar nas decisões das novas instituições. “A urbanização continua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora por nada novo. (HOLANDA, 2016, p. 309)

A separação da política e da vida social’, dizia, ‘atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cumulo do absurdo, constituindo em meio a nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfecundação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretexto para as lutas de conquista e a conservação das posições’ (HOLANDA, 2016, p. 312)

Apesar da mudança da ordem social, e das tentativas liberais e de esquecer nossas raízes patriarcais, sempre restará uma essência íntima nas relações, ignorar isso é “renunciar nosso próprio ritmo espontâneo” (HOLANDA, 2016, p. 331) por uma falsa harmonia, mas é verdade que as oposições presentes em nosso Estado, segundo Holanda, principalmente entre público e privado, devem ser resolvidas para termos um quadro social coerente. “Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas” (p. 331)

Neste sentido, ao observarmos as ideias formuladas no livro *Raízes do Brasil*, vemos por primeira vez a tentativa de definir de modo conceitual o caráter da cidade portuguesa implantada no Brasil. De acordo com a construção de Sérgio Buarque de Holanda, a cidade portuguesa no Brasil foi espontânea, orgânica, irracional, desordenada, estabelecida sem um projeto racional claro, em oposição a um projeto racional, planejado, organizado, operado pelo projeto espanhol de construção das

ciudades. Esta dicotomia entre cidade espanhola e cidade portuguesa na América e este “mito” em relação às cidades portuguesas foi sendo, após as afirmações de Holanda de 1936, constantemente reafirmados, mas também revistos e superados, como veremos adiante.

O texto de Nestor Goulart, “A urbanização e o urbanismo na região das Minas”, de 1999, justifica a falta de trabalhos sobre o urbanismo do século XVIII, principalmente de Minas Gerais, devido à carência de material iconográfico referente à época. e seu objetivo é tratar de aspectos gerais do tema. Com a descoberta do ouro nas Gerais, segundo ele, a forma de ocupação do território muda, tornando-se “altamente urbanizada”, e ultrapassando os limites do Tratado de Tordesilhas, inclusive em regiões afastadas como Mato Grosso, levando à criação de uma sociedade com características burguesas, que contrastava com a tradição pacata das povoações litorâneas e da agro-exportadora (GOULART, 1999, p.8).

Entre 1930 e 1960 prevaleciam, na historiografia acerca do urbanismo colonial, as comparações entre a forma de ocupação espanhola em suas colônias americanas, caracterizadas por vida urbana e por um urbanismo considerado elaborado e aquela portuguesa, conhecida por uma ocupação rural e litorânea. Segundo Nestor Goulart, essa diferença entre processos de ocupação se justifica pela prévia atividade mineradora tipicamente urbana nos territórios de ocupação espanhola (1999, pp. 8-9).

Durante o século XVIII, com a extensão das áreas de mineração da América portuguesa, alteram-se radicalmente as condições de vida no Brasil. Em primeiro lugar pelo afluxo populacional, duplicando o número de habitantes, entre 1700 e 1800. Em segundo, pela concentração desses contingentes em áreas relativamente restritas, com índices elevados de urbanização. (GOULART, 1999, p. 8)

A nova dinâmica social exigiu de Portugal uma maior interferência na colônia, que foi realizada através de um “aumento do sistema repressivo” e “padrões mais elaborados em termos urbanísticos”. No fim do período colonial, tais mudanças levaram as Minas a um estado de constante “efervescência política”, abrigando grande parte da população da colônia. A dinâmica da vida burguesa que se instaurara ganhou força durante meados do século XVIII e com a administração de Marquês de Pombal, “quando a política colonizadora passou por um processo de modernização, contando com quadros de alto nível técnico e intelectual” (GOULART, 1999, p. 9), não sofrendo alteração nos padrões culturais mesmo com a “viradeira” em 1777.

Para Nestor Goulart (1999, p. 9) existiu uma importante atividade empresarial nas áreas mineradoras na segunda metade do século XVIII, onde “figuras mais destacadas assumiram a liderança política no processo de independência e na determinação dos padrões sociais (vale dizer políticos, econômicos e culturais) do ciclo econômico seguinte, de bases econômicas simultaneamente agrárias e mercantis”. Desde o início da povoação das Minas Gerais, segundo o autor, seus governadores funcionavam como instrumentos de aplicação das diretrizes e decisões da corte, sendo que mesmo antes da transferência da sede do governo para o Rio de Janeiro em 1763, já durante o governo de Gomes Freire de Andrade, o Rio de Janeiro exercia controle sobre a região de Minas. Sendo que “os governadores seriam responsáveis pelas diretrizes gerais de política de urbanização e de urbanismo e pelas obras de maior importância e as câmaras municipais pelas rotinas” (GOULART, 1999, p.10). Mas no decorrer do século XVIII as câmaras foram incorporando às rotinas muitos dos padrões urbanísticos introduzidos pela Coroa, através da ação de governadores e engenheiros militares.

As construções comuns passaram uma importância crescente na definição da paisagem urbana e as normas para sua regularização corresponderiam, se não a um projeto de conjunto, a um modelo, coletivamente aceito, que não poderia ser simplesmente imposto pela autoridade central da colônia mas teria que ser, necessariamente, o resultado de uma disciplina coletiva, em atendimento a valores urbanos, burgueses, modernizadores, racionais, leigos e oficiosos mas não oficiais que iam sendo introduzidos e difundidos com a ilustração. (GOULART, 1999, p. 12)

O objetivo do trabalho de Nestor Goulart foi o de tratar não dos palácios dos governadores ou casas de câmara, mas dos “outros edifícios monumentais” e das praças erguidas pelas ordens terceiras, mostrando como a “disciplina urbanística difusa” possibilitou que as vilas e cidades adquirissem as características de grandes conjuntos urbanos, no final do século XVIII e XIX, sendo “obras tipicamente burguesas, nas quais, nos termos das teorias políticas de Thomas Hobbes, estabelecia-se um conjunto, cuja grandiosidade era constituída pela disciplina de suas partes” (1999, p.14). Sendo esta a linha de disciplinamento urbanístico que vai dar formato às vilas e cidades até o século XIX.

A disciplina urbanística do século XVII e da primeira metade do século XVIII era sobretudo uma disciplina de traçado, de regularidade de alinhamentos, que só pode ser percebida em planta. (...) O Urbanismo da segunda metade do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX apresenta outras dimensões, bem mais ambiciosas. Apresenta-se como parte de um projeto de criação de um cenário urbano, no qual as paisagens são definidas como conjuntos que resultam de uma disciplina imposta às construções comuns, cuja importância crescente vem colocá-las no primeiro plano de definição estética, cultural e política das vilas e cidades, em clara correspondência com as transformações sociais que estavam ocorrendo. (GOULART, 1999, p.14)

De acordo com Goulart (1999, p.19) para o entendimento das características do urbanismo no século XVIII é necessário uma “discussão sobre os múltiplos sentidos em é utilizada a palavra ‘regularidade’”. Para ele, regularidade se diz da existência de repetição de determinadas características, e não das ideias que surgem em comparação com a urbanização hispano-americana, “há regularidade quando em um processo podemos observar série de eventos, com a repetição de determinadas características”.

Outro ponto tratado por Goulart (1999, p.22) são as diferentes disciplinas urbanísticas que foram empregadas no processo de urbanização nas regiões das minas no século XVIII. Sendo que a primeira disciplina a que se refere é sobre a “organização geométrica das plantas das vilas e das cidades”, onde o arruador fixava uma linha (continua) onde eram divididos os espaços públicos e os espaços privados; outra forma de disciplina era o estabelecimento de uma largura constante para as vias públicas, também de responsabilidade do arruador em acordo com os padrões exigidos pela Coroa. A próxima disciplina citada por Goulart é a de “ordem a ser estabelecida nas fachadas, para controlar as formas e a aparência das edificações (de cada uma das edificações e do conjunto delas)”. Aqui se procurava delimitar o espaçamento entre portas e janelas, assim como a abertura desses espaços, além da altura dos pavimentos, “incluindo regras para que as linhas dominantes de uma casa pudessem formar um conjunto com suas vizinhas”, sendo assim, Goulart argumenta que as

proporções dos conjuntos de casas de determinadas ruas, edificadas em fins do século XVIII e no início do XIX, não são resultado do acaso, mas do atendimento a normas fixadas pelas câmaras, que correspondiam a padrões mais complexos de atividades dos arruadores, que não se limitariam ao controle geométrico das soluções urbanísticas em plantas mas também à aplicação desses princípios às superfícies das fachadas, nas casas comuns. (.1999, p. 23)

Segundo Goulart (1999, p. 23) é importante notar a existência dessas diretrizes, que foram aplicadas em graus diferentes em cada localidade, mas que de toda forma, ajudaram a moldar a paisagem urbana colonial, sendo que, para ele, essa forma de disciplina capaz de interagir as casas comuns, formando um grande conjunto, foi o “padrão mais evoluído de disciplina urbanística, adotado pelos poderes público e pela própria população, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX”. Goulart atenta para as informações mais antigas conhecidas, sobre o estabelecimentos de regras para planta de uma vila em formato de xadrez, segundo ele se referem a duas vilas da capitania do Piauí, e as mais antigas referentes à Minas são as diretrizes de Vila Boa de Goiás, criada em 1737.

Após 1693, quando foram descobertas as primeiras jazidas de ouro nas Minas Gerais, fundaram-se diversos arraiais em torno das mesmas. No entanto, somente após 1711, o governo português começa a efetivamente tomar controle administrativos dessas localidades. Entre os vários arraiais citados por Goulart fundados nesse período, cabe ressaltar, para nossa pesquisa, a fundação do Arraial do Tijuco em 1733, sendo que as primeiras jazidas de diamante na região foram descobertas em 1729. Interessante notar que, entre as políticas destinadas ao controle da população nas áreas da mineração implantadas pela Coroa, as de urbanização se diferem de acordo com região, Goulart diz que prova disso é a maior preocupação com os padrões de regularidade mais formais que aparece na fronteira mineira e em Goiás, mas que parece não ter sido tão ambiciosa no restante do estado mineiro (1999, p.?).

Por fim, papel importante no processo urbanístico do final do século XVIII, segundo o autor, teve a política pombalina fixada pela Carta Régia de 19/06/1761, que fixava “padrões de edificações mais comuns”, que foram utilizados em várias regiões do país, e também controlavam a aparências dessas edificações, proibindo, por exemplo, as urupemas (esteiras de taquara que protegiam as janelas antes do uso das treliças).

Como decorrência da adoção dessas medidas, podemos identificar dois tipos de conjuntos urbanos, nos termos acima referidos. Em primeiro lugar, os que decorriam de uma aplicação extensiva de normas desse gênero, para as construções mais comuns, sobretudo nas ruas e praças mais importantes das vilas e cidades. Essas medidas permitiram a homogeneização das fachadas, em regiões tão diferenciadas como São Luís do Maranhão e São Luís do Piratininga em São Paul, e trechos das mais importantes ruas, nas regiões de Minas. Uma segunda modalidade, era dos conjuntos projetados especialmente com esse caráter, correspondendo em geral à existência de um único proprietário, o que conferia maior homogeneidade ao projeto. Um outro gênero de intervenção urbanística, foram os projetos oficiais de iniciativa dos governadores ou das próprias câmaras, com o disciplinamento das principais praças com os seus edifícios, que incluíam os palácios e as casa de câmara. (GOULART, 1999, p. 28)

Uma das mais recentes e importantes revisões e contestação da ideia definida por Sérgio Buarque de Holanda, com relação às cidades portuguesas implantadas na América, é a proposta de Rodrigo Almeida Bastos.

“Regularidade e ordem” são as duas palavras que norteavam o trabalho de Rodrigo Bastos, justamente intitulado *Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII*, onde, desde 2007, ele contra-argumenta o anacronismo do olhar de pesquisadores modernos, baseando-se nas duas noções para lançar questionamentos sobre a produção arquitetônica das Minas dos setecentos, e a chamada “espontaneidade”

urbanística, pensando nos termos a partir de sua definição vigente no período em questão.

A fim de introduzir a discussão que pretende realizar ao longo do texto, Bastos inicia expondo as noções de regularidade e irregularidade que são comumente associadas à urbanização setecentista mineira, e as enquadra dentro das definições de cidade planejada e cidade espontânea respectivamente. De acordo com Bastos, a constante comparação entre as cidades coloniais mineiras com as de origem hispano-americanas, que vem sendo feita desde o século XIX e reforçado por autores como Sérgio Buarque de Holanda no século XX, contribuiu para cristalizar a ideia “estrita e uniformemente geométrica da regularidade” (2007, p. 31-32)

Entre os trabalhos realizados no século XX, no sentido de iniciar um questionamento do mito da irregularidade das cidades portuguesas, Bastos cita Paulo Ferreira Santos como um dos mais importantes escritos nesse sentido. O texto de Santos, *Formação de cidades no Brasil-colonial* –, foi apresentado em Coimbra, em 1968, no Colóquio de Estudos Luso-brasileiros e publicado em forma de *separata*, onde o autor tratou da evolução do traçado no “Brasil-colonial”.

Mas a referida “evolução”, é preciso alertar, se aplicava aos “traçados”, e não à cidade em si, o que levou Paulo Santos a recomendar, recorrendo à leitura de Saarinen para as cidades medievais, que as cidades do “Brasil Colonial” fossem “julgadas”, estes são os termos, em sua “atmosfera arquitetônica tridimensional, mais do que nos traçados bidimensionais”. Para ele, essas cidades eram coerentes com os “meios de transportes” contemporâneos e com o “sistema de vida aconchegado” que nelas se desenvolvia, uma espécie de alerta metodológico, bastante pertinente, inclusive, contra certa predominância de estudos urbanos que priorizam a morfologia dos traçados. (BASTOS, 2007, p.33)

Tendo em vista que o estudo de Paulo Santos reforça a ideia geométrica de regularidade, é importante para Bastos mencionar sua contribuição em relação à “valorização das especificidades das cidades portuguesas no Brasil”, de como essa irregularidade “cria situações curiosas, perspectivas que a irregularidade favorece, e quiçá resultados imprevistos pela valorização que confere a determinados ângulos dos edifícios, que não se teria em mira exaltar”. (BASTOS, 2007, p. 34)

Rodrigo Bastos nota que o texto de Paulo Santos conversa com o de Sérgio Buarque no que diz respeito à regularidade geométrica, mas ele vai contra o que Sérgio Buarque chama “desordem”. Para Santos, nessa aparente “desordem” existe uma “coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade”, que segundo Santos, é uma das coisas que falta no traçado rígido em forma de tabuleiro de xadrez. (SANTOS, 1968, apud. BASTOS, 2007, p. 35)

A “irregularidade” e a “espontaneidade” – “aparente desordem” – adquiriram sinais de “unidade”, de “coerência orgânica” e, principalmente, de “genuinidade”. A teoria de Paulo Santos buscou inverter a hierarquia habitual de julgamento, trazendo à discussão valores considerados implícitos à “irregularidade” que seriam capazes de revelar uma “genuinidade” das cidades cujos traçados assim se caracterizassem. (BASTOS, 2007, p.35)

Superada a ideia de “desordem” de Sérgio Buarque, Bastos propõe o seguinte questionamento “por que não pensar também que, analogamente, o sentido de ‘regularidade’ daquelas [cidades luso-brasileiras] possa ser diferente ou mais abrangente do que o sentido ‘geométrico’ da regularidade dessas [cidades hispano-americanas]?” questionamento esse que responde, como vimos, a partir da leitura de Nestor Goulart “Além de seu sentido geométrico (...), a regularidade pode ser entendida como ‘existência de repetições de determinadas características’. Também ‘há regularidade’, segundo ele, quando se pode observar, em um ‘processo’, ‘séries de eventos’ que possuem características que se repetem.” Essas “séries de eventos” são categorizadas em três modalidades, por Nestor Goulart, continuidade do alinhamento entre edificações, largura constante para as vias públicas e ordem e controle das formas e da aparência das fachadas (GOULART, apud BASTOS, 2007, p. 37).

As interpretações de Goulart, como vimos antes, são de extrema importância para a construção de uma historiografia da urbanização ibero-americana, principalmente sua visão “mais geral” e abrangente do termo “regularidade geométrica”, mas essa ainda não é a visão contemporânea aos setecentos que Rodrigo Bastos busca. Observando definições redigidas no século XVIII, como a do Dicionário de Rafael Bluteau, Bastos diz que a “regularidade” era entendida com uma “observância regular” de preceitos e regras da arte. (BLUTEAU, apud BASTOS, 2007) Em seguida à noção coeva de “regularidade”, Bastos vai usar do mesmo método para definir o “decoro” nas novas povoações de Minas, e para tanto vai se valer do texto do tratadista e padre jesuíta Luiz Gonzaga,

O “decoro” (“aparência”, “formosura”) desenvolvido por Gonzaga implicava a consideração às tradições e costumes – éticos, construtivos e materiais –, levando-se em conta inclusive o sítio de implantação que se deveria escolher “onde possa ser conveniente”, “mais apto para o fim que se pretende”. O decoro era uma “propriedade” das “partes” da povoação ou edificação “por ordem” a esses fatores, diretamente condicionada à “natureza” de cada uma delas em si e em relação ao conjunto da obra. (BASTOS, 2007, p. 41)

Para Bastos, chegar às noções de “decoro” e “regularidade” permite criticar a noção enraizada de “urbanismo espontâneo” e também entender as novas povoações através da “observância” às “regras” e “preceitos” competentes à arte de edificar. Com o

sucesso da empresa mineradora no começo do século XVIII deu-se início a um processo assentamento definitivo, que a partir de 1711 era voltado às vilas equipadas por um organismo administrativo, a câmara municipal, que era responsável pela conservação e aumento da *res publica* edificada. (BASTOS, 2007, p.. 44)

A ereção das vilas era geralmente coordenada pelo governador da capitania, como um ato de efetiva instalação política. Elegeram-se – e os termos de ereção das vilas fazem costumeira referência a isso – os sítios considerados mais “cômodos”, “capazes” e “convenientes”. (p. 44)

O “decoro”, ou a “conveniência”, enquanto “preceito regular”, constituía uma orientação prudencial, um “meio”, desde a eleição dos sítios para instalação das vilas, mas também um “fim” a ser alcançado, efetivado pela consecução e também pela conservação tanto da utilidade” quanto da “aparência” “decente” da povoação e de suas “partes”. “Vistorias” e “correições” dos vereadores e juizes, porventura acompanhados por arruadores, mestres e juizes de ofício, procuravam garanti-las em relação aos edifícios públicos mas também em relação aos particulares, impondo “reformas” ou até mesmo “demolições” de “partes” que estivessem comprometendo a “utilidade”, o “asseio” e a “formosura” da “*res publica*” edificada. (p. 46)

Entender esses processos orientados pelos decoro permite ver as povoações, desde a organização de suas “partes” até seu papel, dentro de um “corpo místico do reino – um organismo urbano em permanente acomodação teológico-retórica.”

Em sua comodidade e aparência teológico-retóricas, essas “povoações”, que gosto de denominar (...), “convenientes”, eram recebidas também como discursos, discursos sobretudo teológico-retóricos, cujas alegorias e “ornatos” (“metáforas da arquitetura”, nos termos de Emanuele Tesauro) e demais dignidades efetuavam uma representação bastante conveniente do reino e de sua política colonizadora de caráter teológico. (BASTOS, 2007, p. 47)

Em seguida, Bastos ressalta o papel dos artistas e artífices dos séculos XVII e XVIII no Brasil colônia, de como seus trabalhos não tinham pretensão de figurar em uma “história da arte”, mas que tinham uma função específica, “Deus era a causa primeira, de todas as coisas, e também o fim, sobretudo nas monarquias católicas ibéricas”. Esses artistas eram reconhecidos verdadeiramente através de uma avaliação feita por mestres do seu respectivo ofício, que eram eleitos anualmente, esses avaliavam “se ele (o artista) conseguisse acomodar engenhosa e convenientemente as distintas circunstâncias envolvidas na concepção, produção e recepção da obra”. (2007, p. 48)

Essa ideia contra-reformista, de Deus como fim de tudo, ou a constante encenação do *theatrum sacrum*, torna possível, para Bastos, explicar o motivo de o decoro aparecer muitas vezes nas fontes documentais como “decência”.

As compreensões que o estudo do decoro proporcionou aos processos povoadores em Minas Gerais colaboram com a tese de que as povoações coloniais luso-brasileiras merecem ser analisadas também com a aceitação de uma noção mais abrangente de “regularidade”, entendida sobretudo como “observância” de “preceitos” e “regras” (abundantes naqueles tempos) da “arte” de povoar, edificar e arruar. O maior ganho que se pode obter não é conseguir enxergá-las como povoações regulares, mas o que se pode

trazer de pesquisas e análises que procurem reconstituir também, concomitantemente, essas “regras” e “preceitos” da arte. (2007, p. 49)

Posteriormente, Bastos trata da importância da “adequação” para o contexto da “regularidade” nas vilas e arraiais que já existiam em Minas, como o caso da Vila de Nossa Senhora do Carmo, que viria a ser a cidade de Mariana, após as inundações de 1737, os vereadores atentaram para a necessidade de “arruamentos mais convenientes” o que levou a cidade a ter uma planta com “conformações ortogonais bastante rígidas”.

Finalizando seu texto, Rodrigo Bastos examina o capítulo *O Semeador e o Ladrilhador* do livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, em comparação com o *Sermão da sexagésima* do padre Antônio Vieira, e usa dos mesmos trechos que Sérgio Buarque utilizara-se, para reafirmar as argumentações presentes nesse texto, e que vão de contramão às propostas por Holanda.

Aos que conhecem o texto de Sérgio Buarque de Holanda, em que as cidades hispano-americanas são exaltadas por sua regularidade e ordem (geométricas), ficam claras as correspondências estabelecidas com o texto de Antonio Vieira. Holanda foi muito arguto ao identificar o povoador português ao “semeador”, todavia, ele inverteu o juízo de Vieira, o que é preciso restaurar. Conquanto não tenha sido considerado apropriado, por Vieira, o sermão em xadrez de palavras, a cidade exaltada por Holanda foi justamente a cidade em xadrez de ruas, construída por “ladrilhadores” (espanhóis). Analogamente apropriada, consoante o engenhoso desenvolvimento de Vieira, não seria a cidade em “xadrez de ruas”, mas sim a cidade de partes convenientemente dispostas e adequadas cada uma “por sua ordem” e natureza. (BASTOS, 2007, pp. 53- 54)

Bastos conclui categorizando as povoações mineiras do setecentos de “útil e alegórico”, uma representação da política teológica portuguesa. Segundo ele, assim como o sermão era feito de *lugares-comuns*, ordenados por preceitos de “decoro, conveniência e adequação”, a cidade também o era, um “discurso habitável” legitimado por uma tradição luso-brasileira de fazer cidades (2007, p.54).

Rodrigo Bastos aborda, em seu artigo *O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII* (2012), mais uma vez, a importância dos preceitos de decoro, conveniência e adequação para a formação do espaço urbano nas Minas Gerais do século XVIII. A partir de tais preceitos o autor revisa as compreensões historiográficas, como a de que as povoações eram realizadas de forma espontânea, irregular e desordenada. Contrapondo-se a essa visão e defendendo a arte de povoar, que baseada nos preceitos acima citados, Bastos nos conduz a uma nova compreensão das cidades portuguesas, por meio da ideia do *urbanismo conveniente luso-brasileiro*.

Para Bastos (2012), a adaptabilidade das construções realizadas por portugueses, como povoações e praças, carrega no seu cerne um antigo preceito secular das artes, da

ética e da arquitetura: o decoro, que foi utilizado como preceito de adaptação arquitetônica desde a Antiguidade até o final do século XVIII, tendo como finalidade principal construções formosas, decentes e cômodas.

A consideração do decoro contribuiu para a consolidação de uma política de expansão e conservação das conquistas e povoações mineiras, baseada na atenção aos costumes, às condições dos sítios e dos edifícios já construídos; contribuiu também para a consolidação de uma disposição portuguesa pela adequação aos contextos e circunstâncias coloniais, efetivada em povoações cuja *regularidade primordial* não deveria advir senão justamente dessa decorosa disposição pela *adequação*, e não apenas da geometria. Os tratados de arquitetura e engenharia militar – antigos e modernos, estrangeiros e portugueses –, que subsidiavam a formação do corpo técnico responsável pela fábrica construtiva na metrópole e nas colônias, reafirmavam a consideração primordial do decoro “por ordem” aos sítios, construções preexistentes e costumes construtivos, “por ordem” às circunstâncias e costumes das pessoas que sobre eles se acomodavam. (BASTOS, 2012:p. 202)

Em 1700, quando a Coroa avança no sentido ao norte de Minas, as noções de acomodação, sossego e permanência passam a ter um peso muito grande nas novas povoações. A partir daí,

procurou-se então prudentemente conciliar as *conveniências metropolitanas* e as *conveniências coloniais*, concentrando-as em vilas dotadas de um organismo administrativo municipal – a Câmara –, ao qual tocava significativa responsabilidade pelo zelo e coordenação das atividades concernentes à *res publica* edificada. Assim, ‘novas povoações’ fundaram-se e se implantaram sobre povoações preexistentes; foram requeridas novas estruturas urbanas, arruamentos – e edifícios convenientes e proporcionados, mais seguros, condignos e ornados –, enquanto a sociedade se acomodava no seio das irmandades leigas, ordens terceiras e confrarias (BASTOS, 2012, p. 202)

Em seguida, Bastos diz que para ereção de uma nova vila se faz necessário, em um primeiro momento, a instalação de uma Câmara Municipal, e essa concentrava a responsabilidade de organizar três processos povoadores principais:

1. *Adequação* das estruturas construídas preexistentes: concessão de aforamentos sobre propriedades já estabelecidas pelos moradores; licenças para “retificação”, reforma e reconstrução de casas mais seguras e decentes; realinhamento e “endireitamento” de ruas e “calçadas”; 2. “*Aumento*” da povoação (expansão física e “acrescentamento” de dignidade): abertura de novos arruamentos e logradouros; concessão de novos aforamentos para construção de novas casas; implantação de novos edifícios públicos, câmara e cadeia, pontes e chafarizes; ereção de capelas e igrejas, consolidação de largos e praças; 3. “*Conservação*”: “reformas”, “reparos”, “consertos” e “*correições*” urbanas *parcelares* que visavam à manutenção de sua estrutura física e à correção de seu aspecto bem como à manutenção da “comodidade”, da “decência” aparente, da “limpeza” e do “asseio” da povoação. Apesar de bem definidos, não se podem estabelecer delimitações rígidas entre esses processos. Ocorriam também simultaneamente, sendo complementares entre si. No mesmo momento em que novos arruamentos eram abertos, outros passavam por realinhamentos; enquanto novos aforamentos eram concedidos, outros moradores adquiriam licenças para reformar seus ranchos, transformá-los em casas, cobertas “de telha”. A *expansão física* e a *conservação* da povoação representavam o vigor de sua permanência; tanto a *eleição do sítio* quanto a *conservação das partes urbanas* também poderiam implicar *aumento* de dignidade à povoação. (BASTOS, 2012, p.203)

Bastos leva a entender a cidade como um organismo em constante mudança e processo de acomodação, onde intervenções eram sempre realizadas em prol de uma decência urbana.

A cidade constituía um *corpo urbano* em constante *acomodação*, para aumento e conservação, para o qual se impunha uma necessária e permanente atenção ao âmbito construído. A cidade era composta e sustentada pela *conveniência* de *intervenções parcelares* constitutivas e mantenedoras da decência urbana. Tratando essas intervenções urbanas como *intervenções parcelares* – e não como “intervenções pontuais” –, podemos compreender melhor os procedimentos e os preceitos que orientavam suas efetivações, bem como uma verdadeira noção de cidade sob elas implícita. (BASTOS, 212, p. 204)

Bastos fala de um desejo vinculado à ideia de um traçado regular presente nas vilas erguidas no século XVIII, regularidade que estava diretamente associada a noções e regras da arte, mas segundo ele essa “regularidade consistia, todavia, numa regularidade geométrica possível, permanentemente condicionada a uma *regularidade anterior*, ou *primordial*, de *adequação*, prudente e estratégica, concernente a uma política de implantação de povoações e edifícios.” (2012, p. 205)

O autor vai de encontro à noção de urbanismo espontâneo, justificando sua posição através da observação de que a fábrica artístico-construtiva do século XVIII era entendida como a fábrica do “necessário”, e que o “‘necessário’ é – segundo Raphael Bluteau e seu *Vocabulário*, contemporâneo exatamente à implantação dessas povoações – justamente o ‘*não espontâneo, o que é mister, o que convém*’” (BLUTEAU apud BASTOS, 2012, p. 205). Assim, ao invés de espontâneo, ele vai chamar o processo de urbanização de *urbanismo conveniente luso-brasileiro*,

E a *conveniência*, aqui, era a regra coeva capaz de abranger tanto os aspectos internos à fábrica construtiva – proporções, partes, capacidades, materiais adequados, competência de ornatos, aspectos técnico-construtivos e artísticos, consideração dos sítios e acomodação “por boa ordem” às preexistências construídas –, quanto, também, os aspectos externos referentes à satisfação da finalidade ética da obra, sua destinação, sua proveitosa adequação aos objetivos da política metropolitana e ao modo de vida colonial que se estabelecia. (BASTOS, 2012, p. 205)

Seria importante, segundo Bastos (2012, p. 205) que tentássemos reconstituir o sentido de outros preceitos e doutrinas antigos, de modo que pudéssemos escrever e reescrever a história da povoação de nosso território um pouco mais conscientes dos valores e preceitos coevos e também para que nos afastássemos dos mitos anacrônicos, como aquele defendido por Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930 – como a ordem e a regularidade eminentemente fundamentadas em valores geométricos – que ainda dominam a historiografia das cidades luso-brasileiras.

Tendo essa ideia em mente tentaremos abordar alguns autores a seguir que buscam pensar o processo urbanístico português na colônia de maneira aberta conscientes que a cidade é um “organismo vivo” e por isso mutável.

Claudia Damasceno Fonseca já no começo do seu texto *Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas* (2012) trata da renovação das abordagens que tratava da fundação urbana colonial, citando o livro *Formação de cidades no Brasil colonial*, do arquiteto Paulo Ferreira Santos que já na década de 1950 fazia uma abordagem que destacava as “especificidades das implantações lusas”, sem depreciá-las em contrapartida às cidades hispanoamericanas.

Segundo Fonseca (2012, p. 78), Santos salienta que a principal diferença entre o processo de urbanização português e hispânico é ausência de leis rígidas relativas às fundações urbanas portuguesas. Ao invés de criar um modelo de arruação a ser seguido, a Coroa portuguesa fez uso de recomendações diretas a seus governadores e engenheiros militares, por meio de cartas régias, que permitiam a estes uma maior adaptabilidade de acordo com cada situação, mas tendo em vista que cada rua deveria ser o mais retilínea possível.

Já quanto à superioridade do traçado das cidades hispânicas durante muito tempo exaltada e à importância das cidades de traçado “espontâneo” como monumentos nacionais (Ouro Preto, São João del Rei, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes, Parati, Goiás Velho, Salvador, Alcântara, etc.) essas,

são muito mais significativas do que a maioria das regulares e retilíneas que construímos depois da independência [...]. É que, naquela aparente desordem que leva a admitir, como o fez o eminente historiador patricio, a inexistência de um traçado prévio ou de uma ideia diretriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuidade. Genuidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tanta falta faz à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez. Esta, dado o “processus” mesmo de sua criação, há de ser, necessariamente, produto de uma ideia preconcebida com que o projetista pretende, não raro artificialmente, ordenar, disciplinar, modelar a vida que nela vai ter lugar. (Cf. SANTOS -1968, p. 6 apud. FONSECA, 2012, p. 78).

Outro autor abordado por Fonseca é o português Luis da Silveira que, na década de 1950, apresenta a teoria de que a cidade “orgânica” portuguesa, indicando em seu traçado características medievais, se inclinava para a “cidade perfeita”, onde cada elemento tem uma função “natural”, ao mesmo tempo em que a cidade de traçado regular hispânica, apresentava uma “incompreensão” da cidade como um “organismo vivo, funcional e intelectualmente ativo, e sujeito aos princípios gerais da biologia e da sociologia” (FONSECA, data, p. 79)

Quanto ao processo colonizador e urbanístico de Minas Gerais, em um primeiro momento a autora enfatiza que estes processos tiveram início com a iniciativa particular, com aventureiros, bandeirantes, tropeiros e roceiros, e não com uma política de colonização portuguesa, mas apesar disso, logo o Estado interveio, de maneira que o desenvolvimento dos arraiais e vilas sempre esteve vinculado aos interesses portugueses, mas diferentemente de outras povoações, esse desenvolvimento não recebeu tantas intervenções da Coroa. Também se deve salientar a importância das relações internas, dos “poderes locais”, e das relações entre os diversos núcleos para a consolidação e organização destes.

Contrastando com os vastos sertões que as envolviam, as povoações de Minas Gerais eram vistas como núcleos de civilização: *locus* de vida social e religiosa, elas constituíam instrumentos para controlar e submeter a população bastante heterogênea que ali se instalou, servindo também de postos avançados para novos desbravamentos e conquistas. A instituição de vilas com vastos *termos* (territórios municipais) era o meio utilizado pela Coroa para fazer com que o braço da justiça e do fisco chegasse até os arraiais mais longínquos, fundados nos confins das terras conhecidas e colonizadas (FONSECA, 2012, p. 81).

Sobre os traçados não retilíneos, Damasceno diz serem uma resposta ao terreno acidentado, e cita Sylvio de Vasconcelos que justifica que a construção de igrejas em largos e “outeiros a cavaleiro das vias públicas” produzia um efeito cênico harmônico com a paisagem natural.

Continuando com Vasconcelos, Damasceno chama atenção para a cidade de Mariana e o Arraial do Tejuco, que são exceções entre as povoações tidas como irregulares e espontâneas no território mineiro, apresentando elas traçado “compacto” e “reticular”, como veremos a seguir no texto de Sylvio de Vasconcelos. As duas localidades citadas apresentam maior conformidade com as regras de traçado postuladas pela Coroa. Se assemelhando ao observado em certas cidades litorâneas, como Salvador, Belém e Rio de Janeiro. Tendo por diferença, no caso do Tejuco, a ausência de praças, que é justificada pela falta de uma Casa de Câmara e cadeia. Vasconcelos tenta explicar esses dois casos peculiares, quanto a Mariana, ele fala de um suposto plano de urbanização em meados do século XVIII, quando a Vila do Carmo é elevada a condição de cidade episcopal. Já sobre o Arraial do Tejuco, sua possível explicação é de que; como o Arraial era sede da Demarcação Diamantina, e ali residiam importantes intendentess, como é o caso de Rafael Pardinho, estes poderiam ter interferido para que houvesse certa regularização no tecido urbano. Contudo, deve-se levar em conta a possibilidade de que tal regularidade nos arruamentos seja uma iniciativa dos donos das

casas e chãos, através de ‘formas de condicionamento’ que poderiam ser conscientes ou não.

O alinhamento das casas junto à testada dos lotes parece constituir uma dessas tradições seculares que podia manifestar-se quando os acampamentos de mineradores se tornavam arraiais estáveis e os ranchos eram substituídos por construções menos precárias. Posteriormente, com a eventual criação do poder civil local, a câmara assumia os papéis que lhe cabiam, legislando sobre os espaços públicos e procurando aplicar os regulamentos existentes, a fim de alargar e endireitar ruas e praças, demolir edifícios mal implantados e determinar os alinhamentos das novas construções (FONSECA, 2012, p. 96).

Através de depoimentos, cartas, de variados intendentes, Damasceno mostrar como a “irregularidade” das novas povoações era vista por aqueles que tinham como ideal de beleza o padrão que vinha sendo propagado com as cartas régias setecentistas “remetendo a uma concepção clássica de beleza e de cidade ideal, fundada nos princípios de conveniência, proporção, utilidade” (2012, p. 97).

Para essas povoações serem tidas como belas, era necessário que apresentassem ruas planas e retilíneas, e tão largas quanto fosse possível. Importante que se note que, além da pura desobediência das regras de “urbanização” que a Coroa tentava impor, construções em desordem vinham sendo erguidas desde o começo dessas povoações, e muitas delas construídas em pedra e cal, o que o tornava o trabalho de desmanchá-las para serem adequadas às normas reais inviável.

Por fim, Damasceno lembra dos estatutos fundiários (datas minerais, patrimônios religiosos, sesmarias) que eram regulamentadores das construções de casas, ranchos e capelas nos arraiais e que apesar de considerados ocupações ‘espontâneas’, pela falta de organização mediante um plano de orientação estipulado pela coroa, essas não eram feitas de maneira aleatória, além das já citadas ‘formas de condicionamento’,

os moradores eram obrigados a levar em conta um importante fator: a “propriedade” ou a “posse” da terra onde pretendiam erguer seus “ranchos” e capelas. Com a criação da vila e da câmara, a questão se tornava ainda mais complexa, pois surgia uma terceira tipologia fundiária: as “terras do concelho”, comumente referida como “rossio” ou “sesmaria da câmara” na documentação mineira (FONSECA, 2012, pp. 98, 99).

Ao apresentarmos vários autores e aspectos do debate sobre o sentido e o caráter das cidades implantadas pela colonização portuguesa na América, podemos perceber que além da dicotomia cidade irregular, cidade espontânea e cidade regular ou cidade planejada, há outros aspectos que tornam tal discussão ainda mais complexa. As posições de Damasceno e Baeta ainda colocam em questão a identificação histórica e os valores estilísticos que nortearam as cidades coloniais – de um lado a compreensão da permanência de uma lógica medieval em oposição aos elementos do Renascimento; de outro a identificação destas cidades como construção de espaços barrocos.

Já no primeiro parágrafo de seu artigo, Sylvio de Vasconcellos (1959^{data}) aponta a singularidade do Arraial do Tejuco em relação a outros arraiais mineiros. Enquanto grande parte dos arraiais se desenvolve de maneira linear, o Tejuco adota uma solução quadrangular, “concentrada e reticular, semelhante às observadas nos povoados litorâneos brasileiros, mais de acordo com os princípios urbanísticos recomendados pela administração portuguesa”, baseadas nas Leis das Índias (p. 121), diferindo apenas pela ausência de praças, atributo que Vasconcellos justifica pela falta de Casa de Câmara e Cadeia, e de pelourinho, estruturas que eram, geralmente, acompanhada por praças.

No caso do Tejuco, não se conhecem as determinações reais que houvessem dado origem à sua urbanização reticular. Em consequência, deve esta originar-se de peculiares condições às quais não seria estranha a situação geográfica do Arraial. Entroncamento de caminhos, com minerações em sua periferia, é provável que a povoação tenha nascido da polarização de pequenos núcleos isolados. Três deles, pelo menos (...) deixaram indícios de existência: O Arraial de Baixo, na entrada do caminho que vinha do Sêro; o do Rio Grande, na saída para Minas Novas; e o de Cima, na saída para Barra de Guaicuí. Nêsse último se localizavam os currais para o gado tangido da Bahia. Tais núcleos determinavam uma área triangular, cujo centro de gravidade seria o arraial do Tejuco, cujo vértice estaria no arraial de Baixo, e cuja Base se assentava no curso do Tejuco (p. 127).

Outra diferença marcante apontada por Vasconcellos é que, como as catas exploradas pela mineração na região do Tejuco, se concentravam a uma certa distância do povoamento, ao contrário de Ouro Preto, por exemplo, a mineração não teve um efeito tão acentuado no processo de urbanização, tendo sido mais importante apenas no começo do processo (p. 124).

O autor trata de três períodos mais importantes de povoamento e consolidação urbana, no século XVIII, o primeiro entre 1700 e 1720, caracterizado pelo povoamento esparsos de vários arraiais sem delimitação específica, o segundo entre 1720 e 1750 onde a parte urbana foi organizada de forma reticulada, e a terceira parte pós 1750 com a consolidação e expansão.

Faz-se necessário notar que o Arraial do Tejuco vai se diferenciar das outras povoações da época, decorrente à Real Extração, que traz regras diferentes e mais rígidas para essa população, como exemplifica Vasconcelos, que até a suntuosidade das construções religiosas era boicotada pelos intendentess.

Além disso, foi notado pelo autor, que existe no Tejuco uma diferença de classes muito maior do que nas outras localidades, devido ao pouco ouro e a monopolização do diamante, a riqueza se concentrando de um lado, dos favorecidos pela coroa (intendentes, contratadores, servidores públicos, senhores de escravos, atacadistas, etc. –

estes, portugueses de nascimento como aponta Nestor Goulart –) , do outro lado “fiscadores independentes, tropeiros, lojistas, pretos e mulatos forros”.

Já no texto *Evolução Urbana do Brasil* o primeiro apontamento de Nestor Goulart em seu livro, é acerca da exploração superficial das terras brasileiras, fato ocorrido devido à falta de produtos que pudessem ser exportados, não havendo uma sociedade organizada o suficiente para consumir bens importados da metrópole, e até o fim do século XVII, sem riquezas minerais, tendo sua exploração, em maior parte, sendo apenas centrada no litoral. Durante as três primeiras décadas da colonização as atividades foram limitadas a uma exploração grosseira de recursos naturais, dando origem às primeiras feitorias (REIS FILHO, 1968, p. 29).

O cenário colonial começa a se diversificar a partir da quarta década do século XVI com o instauração de capitanias e a chegada de Martim Afonso na colônia, levando a uma política de criação de bens destinados ao mercado europeu.

A divisão do Brasil em capitanias e as concessões feitas pela Coroa aos donatários começam a atrair “figuras de importância relativa”. A nova forma de povoamento forçava a uma administração indireta e descentralizada, deixando a maior parte dos encargos relativos a povoadamentos e urbanização nas mãos dos donatários, a Coroa se restringindo à fiscalização. Sob a responsabilidade da coroa ficavam a administração dos núcleos urbanos maiores, que se beneficiavam de um sistema administrativo mais evoluído, que contava com arquitetos e engenheiros (REIS, 1968, p. 31).

O cenário muda, relativamente, em 1549, com a instalação do Governo Geral, visando um controle mais direto das capitanias e transformar a colônia em um negócio mais lucrativo para a metrópole, instalando a sede do Governo Geral na Bahia, tendo por primeiro Governador-Geral Tomé de Sousa.

Nesse período já se nota, segundo Goulart, um esforço urbanístico por parte das Câmaras, que através das Posturas, tentam controlar as mudanças da organização espacial dos centros urbanos, mesmo nos centros menores existia preocupação de ter arruadores que regulassem a abertura de vias, alinhamento, e quando necessário, desapropriação. Mesmo assim grande parte das vezes essas políticas eram ignoradas, principalmente nos centros maiores. (Reis, 1968, p. 34)

A economia colonial vai se manter até meados do século XVII com foco restrito à agricultura de exportação, através da agroindústria da cana de açúcar. Dependente dela seriam as outras atividades econômicas, e inclusive, a economia urbana. A agricultura

de exportação era centrada em grandes propriedades monocultoras, com base em trabalho escravo extensivo. Nas pequenas propriedades, sua pequena disponibilidade de mão de obra era utilizada na produção de cana de açúcar, que seria beneficiada nas grandes produções, ou na agricultura de subsistência, visando a autossuficiência, assim como as grandes propriedades.

Ressaltando que, nos períodos de preços favoráveis à exportação, e pleno emprego da mão de obra, ocorria um grande acúmulo monetário que seria investido na agricultura, preparando, então, um agravamento nas disponibilidades de mão de obra nos subsequentes períodos de baixa de preços. Já nos

períodos de entressafra, mas sobretudo nas épocas de crise, verificava-se uma disponibilidade de mão-de-obra que era utilizada normalmente na produção de subsistência, na prestação de serviços, na construção de imóveis de uso rural e urbano, enfim, em todas as formas de produção que pudessem apresentar alguma utilidade como serviços ou fator de troca. Uma vez que aquela mão-de-obra não poderia produzir rendimentos monetários e estaria a se consumir com o tempo. Dêsse modo, as construções rurais e urbanas – em especial as urbanas – podiam ter origem nessa forma de aproveitamento de recursos extraordinários de mão-de-obra, que vinha influir diretamente na estrutura das povoações (REIS, 1968, p. 40).

Esse ciclo, de geração de renda pela agricultura de exportação, e investimento do lucro em aumento de produção da mesma, que era impulsionado pelo mercado europeu, juntamente com o fato de que quase toda a renda gerada pelo processo de produção da cana de açúcar ficava nas mãos dos grandes proprietários de terras – visto que todo processo era realizado por escravos, e resolvendo boa parte dos problemas de produção internamente – foi responsável apenas por desenvolvimento quantitativo do processo produtivo, logo, enquanto fatores externos não interferiam, a rede urbana, respondendo a estes, também se desenvolveu quantitativamente, crescendo apenas em extensão, ocupando novas terras, “sem que os núcleos chegassem a passar por uma transformação qualitativa e adquirir uma dinâmica própria” (REIS, 1968, p.102).

Os grandes proprietários rurais transferiam para suas eventuais moradias nos centros urbanos parcela de sua produção e instalavam, em escala reduzida, a produção de alimentos, comportamento que tornava o mercado urbano extremamente reduzido. A dependência desse mercado se fazia por parte de comerciantes, funcionários civis e militares e profissionais de ofícios mecânicos, mas mesmo estes tentavam imitar a forma de produção dos senhores, se valendo do trabalho escravo para escapar da dependência deste mercado.

Esquema que se manteve até meados do século XVII, o qual com o decaimento dos preços do açúcar permite a consolidação da economia urbana, indiretamente impulsionando outros setores econômicos, como a agricultura de subsistência, produção

manufatureira, e principalmente, a pecuária, provocando uma transformação no processo de urbanização, de acordo com Reis;

As dificuldades da agricultura de exportação não se limitaram porém à retração do mercado internacional. A centralização econômica, que concedeu o monopólio do comércio externo às companhias privilegiadas, e aos comerciantes portugueses, limitou o controle dos grandes proprietários sobre a produção, reduzindo ainda mais suas possibilidades de lucro, ao que se somaram as crescentes exigências fiscais da Metrópole (1968, p. 42).

Concomitante a queda do preço do açúcar se dá o início do implemento de uma política centralizadora econômica e administrativa, onde se fez necessário ampliação da ação urbanizadora da Metrópole e do Governo Geral. Um exemplo dessa necessidade tratado por Nestor Goulart é referente a um descontentamento de governadores de capitanias Reais, em relação a não poderem fundar vilas nas suas capitanias, como era permitido aos Donatários, alegando que este fato é a causa da Colônia não estar mais povoada. “Essa manifestação representa uma solicitação para que a Coroa inicie uma política urbanizadora mais agressiva”. Resultando em uma política que tem por objetivo “submeter ao controle mais direto da Coroa não apenas as povoações de menor importância, mas todas as aglomerações, em todos os níveis e regiões” (1968data, p. 73).

Tratando da política de urbanização implantada no Brasil colônia até meados do século XVII por Portugal, Nestor Goulart salienta a diferença dessa com a que fora adotada na Índia, e da política espanhola em outras partes da América, seu empenho em “afirmar suas mais altas qualidades culturais perante povos de nível de civilização elevado que haviam sido submetidos pelas armas” (p. 71). Goulart aproxima o plano de Quebec, de política francesa, ao plano de Salvador, dizendo haver várias semelhanças, inclusive a fundação em sítio elevado. Segundo ele, esse paralelo ajuda a enfraquecer a explicação, adotada por alguns autores, de que a ordem era ignorada pelos portugueses. Outro fato citado por ele que corrobora essa tese refere-se ao Recife holandês, onde os holandeses conservaram a rede de pequenos centros como receberam dos portugueses.

Se a capacidade técnica fosse suficiente para transformar toda uma política urbanizadora, os holandeses deveriam ter alterado, para melhor, os esquemas dos núcleos de toda a imensa área que dominaram no Brasil, o que de fato não ocorreu. Colocados em face à mesma realidade dos portugueses, comportaram-se de forma extremamente semelhantes a esses (REIS, 1968data, p. 73).

Como citado anteriormente, o cenário colonial passa por grandes mudanças após a queda dos preços do açúcar, apesar de não ter havido uma grande crise econômica, devido ao fato de que continuava sendo vantajoso para os senhores de terra qualquer

quantia recebida pelo produto, uma vez que seus gastos eram baixíssimos na produção. E a mão de obra escrava que se tornava ociosa pelo novo cenário econômico era empregada em atividades menos lucrativas, como a produção de subsistência e na construção.

A questão se agrava quando a Metrópole não consegue colocar um maior volume de açúcar no mercado europeu e em resposta não tem mais interesse em favorecer capitais de investimento na agricultura da cana de açúcar, submetendo a produção agrícola a um rígido controle, através dos monopólios, cortando mais ainda os lucros dos proprietários rurais.

Nesse cenário, segundo Goulart, os excedentes populacionais destinavam-se aos núcleos maiores, buscando pequenas ocupações ou para pequenas propriedades voltadas para subsistência, aumentando muito a atividade, ocupando novas terras e consequentemente a malha urbana.

Com a estagnação do mercado açucareiro e a diferenciação dos interesses (da Metrópole e dos grandes proprietários), tornou-se necessário para Portugal estabelecer em relação ao Brasil o mesmo tipo de política que havia aplicado no Oriente, isto é, a transferência para cá, de agentes do novo processo de colonização, portugueses de nascimento e identificados por seu interesse com a Metrópole, no plano comercial e político (Reis, 1968, p. 103).

Com isso, o mercado urbano se desenvolve, em torno destes portugueses enviados pela Coroa, aos brasileiros fica restrito o comércio de varejo, pelo controle de exportações e importações, inclusive de escravos por esses nascidos no Reino se desenvolve uma economia opressora, mas que para a economia urbana ainda representa um grande avanço, pois mantinha nos centros urbanos uma quantia monetária razoável a seu sustento.

Esse desenvolvimento faz com que os centros maiores litorâneos, como Salvador, se tornem entrepostos de todo comércio internacional, já os centros menores aumentavam seus vínculos com os maiores, devido a restrições a exportações às Companhias de Comércio instaladas nos núcleos principais.

O novo cenário urbano comercial que surge nesse contexto promove então uma grande estratificação social, não mais restrita a apenas senhores e escravos, surgem os comerciantes, oficiais mecânicos e mais tarde mineradores, por exemplo. Segundo Nestor Goulart a colônia passa por uma “transformação de profundidade”, tornando-se cada vez mais complexa com novos grupos e camadas, sendo insuficiente explicar tais

mudanças apenas pelo aumento da população que essas mudanças devem ser vistas como consequências de uma transformação estrutural.

Com esse novo cenário social, os centros urbanos crescem e modificam sua aparência. Em decorrência disso, e visando lucratividade, os senhores de terra constroem novas residências luxuosas nos centros urbanos, ao mesmo tempo em que a Coroa investe em construções oficiais. Mas segundo Nestor Goulart a principal diferença desse novo cenário

reside nas novas formas de utilização das povoações. O ócio urbano nos centros do litoral e a seguir nas minas, provocava a conversa, a troca de ideias, o refinamento artístico e pode-se afirmar com segurança que datam desses tempos as primeiras manifestações de originalidade nas artes do Brasil. Sente-se o aparecimento de uma cultura local e compreende-se a preocupação de afirmação técnica e cultural da Metrópole, que se manifesta pela nova dimensão dos edifícios públicos e pela política de urbanização, pois que ela teria que enfrentar, durante este século XVIII um povo que nascia, que se manifestaria na música, na escultura, na arquitetura e nas letras, teria que enfrentar Aleijadinho e Mestre Valentim. A esse surto de cultura local correspondeu certamente, nos centros urbanos principais, a preocupação de controle da transformação espacial pelos órgãos municipais. (...) à medida que se intensifica a vida urbana, buscam-se meios mais adequados e em caráter permanente para conferir ao conjunto urbano as condições de um cenário conveniente para a civilização que se pretende representar (REIS, 1968, p. 111).

No período que se deu o início da colonização brasileira, vigorava na Europa princípios urbanísticos que tinham por base esquemas ideais, de tendência geométrica, princípios esses que interagiam com as cidades do fim da Idade média, com suas muralhas e plantas retangulares. Já os esquemas radiocêntricos renascentistas por vezes eram deixados a parte em função das vantagens dos planos em xadrez. Nestor Goulart diz que tais princípios orientaram o urbanismo colonial com a expansão europeia, citando a aplicação das Leis das Índias pelos colonizadores espanhóis.

Além desses critérios (...), surgiam, já nessa época, outros que pretendiam reconhecer a racionalidade não apenas através de critérios formais mas também de critérios funcionais, onde se incluíria mesmo a variedade de perspectivas, constituindo o que, dentro da nomenclatura atual poderia ser indicado como sendo uma corrente orgânica (p. 128).

Segundo Goulart foram adotados nos centros maiores brasileiros – com ênfase em Salvador – esquemas urbanizadores parecidos com os adotados pelos espanhóis na Índia no sentido da necessidade de monumentalização de edifícios públicos, igrejas e conventos. O autor trata de uma “tendência geometrizar” em alguns núcleos maiores; e acrescenta que o mesmo acontece em alguns poucos centros menores após a metade do século XVII, mas em sentido geral, os centros menores instalados em locais muito acidentados, tendem a uma acentuada irregularidade, se organizando por ligações entre os pontos de maior importância das localidades, sendo estes principalmente praças, Goulart faz uma comparação desse método de organização com o modo da Grécia Antiga, onde o foco da população, e de cuidados urbanos, era direcionado às praças, ou locais de reunião, enquanto as ruas eram apenas um meio para um fim, um jeito de chegar a esses locais, ou reduzidas a palco de procissões, que ocorriam regularmente.

“As praças constituíam os pontos de atenção e de focalização urbanística e a própria arquitetura de maior apuro concentrava-se nelas, em seus edifícios principais, oficiais ou religiosos, ficando a arquitetura particular quase sempre num plano inferior” (p. 132).

Goulart chama a atenção ao fato de que a limpeza e o reparo das ruas só eram solicitados aos moradores na eminência de festas religiosas, assim como a pintura das casas com cal. Sendo que tanto ruas quanto praças não costumavam possuir calçamento, raras eram as exceções que eram calçadas grosseiramente com pedras. A aparência delas em correspondência “ao leito e aos planos verticais das construções” beneficiava a criação de pontos de fuga perspectivos através da construção de edifícios importantes no fim das ruas.

As ruas eram constituídas por fileiras de casas construídas sobre o alinhamento e sobre os limites laterais dos terrenos, formando superfícies contínuas. Nos centros menores e nos arrabaldes – por vezes também nas casas de esquina – chegavam os pomares junto às ruas, mas eram ocultos por muros, restabelecendo-se, por meio destes, a continuidade das superfícies construídas (REIS, 1968, p. 146).

Quando as construções completavam totalmente uma quadra, constituindo linhas contínuas de ambos os lados das ruas abria-se um grande vazio em seu interior formado por quintais, em alguns casos existia ainda uma segunda linha formada pela continuidade dos telhados de duas águas.

As construções desse período seriam erguidas no limite da via pública e ocupando o espaço até divisão lateral do terreno, em sua maioria de chão batido ou lajes no térreo e de madeira nos sobrados, como dito anteriormente, os telhados eram feitos em duas águas. As paredes formavam retângulos simples, e algumas vezes projetavam um cômodo de serviços nos fundos. As residências ainda, comumente, compreendiam duas salas, na frente e nos fundos, em sentido de aproveitar a iluminação natural, entre estes cômodos eram construídas as escadas e alcovas, que recebiam ventilação indireta, um corredor longitudinal, conduzindo entre a porta da frente e a dos fundos. No caso dos sobrados a mesma divisão se repetia nos andares superiores, utilizando o térreo como comércio, depósito, ou acomodação de escravos, em ultimo caso, os proprietários o deixavam vazio, visto que habitar casa de chão batido era visto como pobreza, enquanto a imagem do sobrado era de riqueza (REIS, 1968, pp. 157 - 158).

As janelas eram fechadas com folhas ‘cegas’, sem vidros, que só seriam utilizados, com parcimônia, nas igrejas. O arejamento dos cômodos era facilitado pelo emprêgo corrente de

rótulas em janelas e balcões, como as da Rua do Amparo, e Pátio de São Pedro, em Olinda, à semelhança de algumas construções que aparecem em desenhos da época, em Braga (p. 159).

Em princípio, as construções particulares eram daqueles moradores que tinham vínculo permanente com o espaço urbano, como funcionários, oficiais mecânicos, comerciantes e proprietários rurais, sendo estes últimos donos da maioria das residências, mas que a maior parte do tempo passavam nas suas propriedades rurais. O mesmo costume era notado entre as famílias mais abastadas, residindo em chácaras nas regiões periféricas aos centros urbanos. Os representantes das outras camadas sociais citadas moravam na parte mais movimentada dos centros, onde também realizavam suas atividades comerciais. Sendo as residências particulares responsáveis por ocupar a maior parte das povoações, como Salvador, que no início do século XVII tinha entre setenta e cinco e oitenta por cento de sua área urbana ocupada por esse tipo de construção (REIS, 1968, p. 154). Apesar do número alto, nesse período ainda o interesse econômico era destinado às propriedades rurais, fazendo com que as residências urbanas não ocupassem um lugar de destaque.

Apenas na segunda metade do século XVII, com o desenvolvimento do comércio urbano e de atividades manufatureiras que começa um processo de ressignificação das ruas, tornando-se pontos de reunião comercial com uso constante. “Adquirem portanto nova importância plástica: as ruas e as casas começam a ser feitas para serem vistas, pelos que nelas permanecem ou circulam e passam a ser objeto de cuidados, como as praças”. Até esse momento os edifícios evidenciavam o modo de vida simples da vida urbana, mas a transformação arquitetônica que acontecem a partir daqui, seguindo até o início do século XVIII foram tamanhas que segundo Nestor Goulart levaram alguns autores a chamarem esse período de “Monumental”, exemplificando tal fato citando Robert Smith, que se refere às edificações públicas e igrejas construídas na Bahia entre 1655 e 1718 (REIS, 1968, p. 136, 153).

Na segunda metade do século XVII as construções públicas de importância seriam quase todas substituídas por edificações mais ambiciosas. Com uma nova escala de governo e planos mais agressivos de colonização, o governo português teria necessariamente prover seus quadros com construções à altura de sua nova situação (REIS, 1968, p. 163).

Nas residências que foram erguidas próximas a metade do séc. XVII já se nota, nas de maior importância, um acabamento mais apurado, com valorização das portas de entrada com elementos decorativos de inspiração renascentista e maneirista, com ornamentos simples nas molduras e um cornija cujo coroamento poderia ser o brasão da família.

Grande parte das mudanças na vida urbana ocorridas nos últimos anos do século XVII foram devido ao início da atividade mineradora; à rentabilidade da nova atividade foi responsável por levar grandes levas da população em direção ao interior da Colônia, absorvendo os excedentes da população das áreas açucareiras e atraindo quase um milhão de pessoas em meio século vindas de Portugal. Além disso, a mineração contribuiu com os problemas da atividade agrícola, uma vez que ambas dependiam da mão de obra escrava, a mineração passa a ser uma grande concorrência.

Para o cenário econômico urbano uma das primeiras grandes transformações decorrente da mineração é que os povoamentos que surgiam dedicados à atividade, que se instalavam junto às catas, dependiam dos produtos de subsistência vindas de outras regiões, passando a formar um “mercado urbano vigoroso”, ampliando as possibilidades comerciais desses produtos. No cenário urbano a mineração atua como um “agente dinâmico do processo de urbanização” promovendo já na segunda década do século XVIII a elevação de oito povoações a categoria de vilas.

A população que se instala nas minas tem um tipo novo de distribuição. Trata-se de uma população de altíssimo índice de urbanização, praticamente toda ela está concentrada nos núcleos urbanos. O custeio da produção é feito em moeda-ouro no meio urbano, provocando a instalação de inúmeros serviços (vilas, estradas, imigração, etc.) que, de qualquer forma, ficam como saldo positivo, e a instalação de um amplo mercado urbano abastecido por áreas longínquas. A tendência à especialização nas minas é favorecida pela própria Metrópole, que proíbe a instalação de engenhos na região, para evitar que os escravos sejam desviados das atividades de mineração (REIS, 1968, p. 106).

Com a nova atividade surge uma nova camada social urbana, a dos mineradores, que devido a quantidades de concessões de datas de mineração, não conseguem acumular grandes somas de capital, apenas o suficiente para levarem uma vida de ócio no meio urbano.

Ao se iniciar o século XVIII, as atividades econômicas e as camadas sociais urbanas estavam constituídas. A vida urbana seria daí por diante resultante da combinação de suas ações e interações com predominância desses ou daqueles interesses. Os fundamentos porém já estavam estabelecidos e será com esses elementos que se desenvolverá a vida urbana brasileira até o século XIX (REIS, 1968, p. 65).

Com relação ao debate sobre o aspecto irregular ou espontâneo das cidades coloniais portuguesas na América, de um lado, sob a influência de Sérgio Buarque de Holanda e, de outro lado, o sentido regular e racional, defendido de diferentes maneiras por autores como Goulart, etc... podemos acrescentar a posição apresentada por Rodrigo Baeta. Outro problema se apresenta para a discussão do caráter estilístico das cidades brasileiras do período colonial, a afirmação ou não de seu aspecto barroco, assim como o entendimento de um traçado medieval.

Segundo Baeta, em seu artigo *Ouro Preto: Cidade Barroca* (2002) a irregularidade no traçado não impede que esses núcleos urbanos coloniais sejam vistos como arte, mas ao contrário, estas irregularidades representam uma conexão com o universo barroco, uma vez que a edificação desse espaço “concorre para a afirmação da essência conceitual do estilo (p.972).” Tendo em vista que a ideia por trás da arte barroca, não é uma representação objetiva formal de um conceito universal, mas como a imagem e sua articulação espacial impactam o indivíduo.

Baeta argumenta que o princípio estruturante da arte Barroca foi o conhecimento e desenvolvimento dos “modos de visão”, argumentando que sem este conhecimento, juntamente com a consciência do apelo subjetivo da imagem, seria de extrema complicação racionalizar a existência simultânea de poéticas antagônicas na arquitetura dos séculos XVII e XVIII. E é a partir deste princípio que a arte é “construída com o rigor consciente de uma pesquisa visual sistemática, a criação a serviço da percepção subjetiva, para ser fruída pela mente como obra aberta” (p. 972), que é o que deve ser analisado pela crítica dos núcleos urbanos coloniais, ao invés de um “legado tipológico do espaço urbano barroco”.

O Barroco perde a confiança na capacidade do indivíduo de perceber a harmonia inata a uma concepção edilícia que seja fruto de um projeto que respeite as leis racionais conformadoras da natureza. No século XVII o objetivo da arte é produzir sensações no indivíduo que não estão relacionadas com a pureza de seu “desenho”, mas que se fundam no efeito visual que a imagem da obra terminada suscita (BAETA, 2002, p.974).

Assim, o artista através de sua capacidade imaginativa infinita, representa o “sobrenatural” da igreja e do estado, utilizando da técnica para demonstrar a verdade superior das “esferas culturais barrocas, e o fruïdor interpreta ativamente a imagem representativa que absorve da obra”. A arte transforma o imaginário em real, torna visível o que está além da razão, despertando nos homens emoções que levam ao entendimento do sobrenatural que a igreja tenta transmitir aos seus fiéis. “A arte cumpre enfim seu papel de agente da persuasão” (BAETA, 2002, p.975).

Já no desenvolvimento da cidade capital do século XVII, o barroco assume papel de principal meio de adequação dos centros urbanos, sem muralhas, e com criação de grande eixos viários a cidade assume um novo caráter de expansão ilimitada. Cabe ressaltar que poucos centros puderam receber grandes transformações, mas essas ecoaram para assentamentos menores, que por sua vez buscaram sua “própria modernização barroca” (BAETA, 2002, p. 976).

Sobre o novo aspecto que as cidades atingem nessa modernização barroca, Baeta usa o que Argan chama “espaço communis, que permite a apreciação e a interpretação de um número infinito de imagens abertas de forma genérica para todo o arco visual” (2002, p. 976).

Assim, a organização artística do espaço atinge uma habilidade de criar cenários poderosos nunca antes vista. Um conjunto imenso de imagens "espetaculares" são derramadas por todo ambiente citadino. O transeunte transforma-se imediatamente em espectador e protagonista de uma encenação teatral quando, inesperadamente, após longa preparação e um sentimento de tensão e suspense, se depara com acontecimentos dramáticos pontuais espalhados por toda a cidade. (2002p. 977)

A partir desse ponto, Baeta justifica que a experiência da persuasão Barroca se encerra justamente no contraste que existe quando o transeunte, passando por uma estrutura medieval, se depara com uma situação dramática característica barroca. Segundo ele, este ‘processo’ é muito mais persuasivo do que o simples ato de caminhar por um grande eixo viário.

Sendo assim, existem cidades que mesmo não tendo passado por modificações da estrutura urbana, passado apenas por renovações artísticas, são hoje exemplos de cidade barroca. Partindo desse ponto, Baeta faz uma análise da estrutura urbana de Ouro Preto, e de como tanto a estrutura quanto seus padrões ético-religiosos carregam a dramaticidade barroca, “todas as iniciativas edilícias efetivadas na cidade no seu período de prosperidade econômica e no início de sua decadência concorrerão para afirmar efetivamente o caráter cenográfico, a comovente articulação barroca da Ouro Preto colonial” (BAETA, 2002, p. 981).

Por fim, para Baeta, àqueles que argumentam que a cidade de Ouro Preto, e outros núcleos mineradores, remetem a uma “filiação medieval” apenas desconhecem a complexidade da formação artística das cidades do período barroco.

Em conformidade com as ideias de Nestor Goulart e com uma linha de pensamento que vale a pena ser mencionada aqui é o texto de Betina Schürmann, *Urbanização colonial na América Latina: Cidade planejada versus desleixo e caos*, onde ela conclui que uma análise comparativa entre os processos de urbanização português e espanhol na América sugere que, ao contrário do que foi durante muito tempo proposto, o que deve se levar em conta não é o traçado das vilas e cidades, porque ambos os modelos produziram povoações planejadas, na sua fundação ou reformuladas posteriormente (como é o caso daquelas no Brasil que sofreram interferência da política Pombalina) e espontâneas; o que deve ser analisado é uma

diferença no dinamismo econômico colonial, sendo a economia portuguesa centrada no meio rural enquanto a espanhola era centrada na cidade (SCHÜRMANN, 1999, p. 173). Um exemplo disso é que os espanhóis ergueram mais de duzentas cidades no período colonial até as guerras de Independência, enquanto foram erguidas poucas cidades no mesmo período no Brasil.

Corroborando essa afirmação ela cita Sérgio Buarque de Holanda,

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve a sua base fora dos meios urbanos... o que os portugueses instauraram no Brasil foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependência delas (1998:73).

Como aponta Nestor Goulart, e que também pode ajudar nessa tese, a vida nas cidades no Brasil só realmente se desenvolve a partir da segunda metade do século XVII com a queda dos preços do açúcar, intensificando o comércio urbano e posteriormente tomando corpo com a descoberta do ouro/diamante nas Minas gerais. Um processo parecido do que ocorre na América Espanhola, apesar de séculos depois, como é possível ver no trecho seguinte:

A extração de metais preciosos para a exportação na América Espanhola estimulou o desenvolvimento de uma economia urbana, onde o programa de fundação de cidades foi sua estratégia básica. A viabilização dessa economia gerou núcleos urbanos especializados em atividades comerciais, de exportação e inter-regionais, e industriais, com manufaturas de diversos ramos (SCHÜRMANN, 1999, p. 174).

Outro ponto interessante que ela aborda é a inibição de diversas atividades produtivas pela Coroa Portuguesa com medo de que a indústria colonial afetasse a concorrência de seu comércio. Como a proibição de ourives na capitania de Minas Gerais em 1759, a extinção de todas as manufaturas têxteis em 1758, (a exceção daquelas especializadas em panos grosseiros de algodão para vestimenta de escravos), e a proibição, no início do século XIX, da exportação de trigo do Rio Grande do Sul para outras regiões do Brasil (SCHÜRMANN, 1999, p. 175).

Abordando a questão entre universo econômico e evolução urbana, e trazendo a discussão do estudo de processos de urbanização para a História da Arte é pertinente aqui mencionar o trabalho de Walter Rossa no livro *Fomos Condenados à Cidade* (2015). Ele inicia seu livro tratando da forma como é dado o conceito de civilização e cidade, em suas palavras “tantos quantos imperfeitas são as definições de cidade. Cada um, em função do seu posicionamento social, profissional e ético, vê na cidade esse seu mesmo universo e é segundo essa moldura que a descreve” (ROSSA, 2015, p. 15).

Afirma ele que um conceito universal redutor da vida coletiva da humanidade é impossível, o que pode ser feito é se aproximar de um conceito, de forma parcial, subjetiva e “necessariamente ocidental”.

E assim, ele trata rapidamente da origem do termo cidade, de sua raiz latina em *civitate* e do termo *urbe*, onde “Curiosa ou paradoxalmente, cidade balanceia-nos para uma dimensão maior e também física, enquanto urbe nos ressoa mais sobre densidade e pessoas (ROSSA, 2015, p. 16)”.

Já a definição de civilização, além de intrinsecamente ligada à de cidade, é tão complexa quanto; o homem é um animal social, e não existe civilização sem cidade.

A vida em comunidade é determinante para que (o homem) possa desenvolver as suas potencialidades e, assim, a sua missão de vanguarda nos processos globais e consistentes de evolução. Para tal se desenvolvem lideranças, hierarquias baseadas em equilíbrios de forças, organizando-se sistemas de poder, sempre tentados a perpetuar a sua existência por intervenções no espaço. A cidade e o habitat natural do homem e é na relação que com ele estabelece que se baseia qualquer civilização (ROSSA, 2015, p. 17).

Rossa conclui o primeiro texto de seu livro com a afirmação de que para ele selvagem é antônimo de civilização, uma vez que indivíduos que passam a fazer parte de uma comunidade, e se organizam como civilização em uma cidade, deixam de ser selvagens. Embora uma visão eurocêntrica, é utilizada pelo autor no sentido de opor a cidade ao mundo da natureza.

Fechada a questão sobre civilização Rossa parte para o conceito de abrigo, “e assim, da Arquitetura, na sua significação mais nobre e alta”. Tratando de como o homem foi desenvolvendo seus abrigos de acordo com as necessidades e desenvolvimento da vida em comunidade, fazendo abrigos cada vez mais complexos, com funções específicas e se tornando cada vez mais dependentes destes.

Com as diferentes especificações de cada tipo de abrigo, ou como chama Rossa, “equipamentos”, surgem vias e redes que possibilitam o relacionamento entre estes, tornando a evolução da sociabilidade e civilidade humana indissociáveis da transformação do espaço físico (ROSSA, 2015, p. 17). Nesse contexto de transformação do espaço para adequação da vida humana em sociedade, Rossa entra em uma discussão sobre o natural e o artificial, afirmando que o conceito de natural hoje difere muito do original, para ele, natural está em conformidade com a ideia de continuidade e equilíbrio enquanto o artificial refere-se a aquilo que perturba e catalisa rupturas, sendo que “não são domínios estanques, nem sequer inconsequentes entre si” (ROSSA, 2015, p. 18); e discute também relações entre o domínio público e poder privado, argumentando que as duas esferas vivem em tensão, muitas vezes discordando em relação à ideia de cidade.

Por entre muitas outras aproximações, e assim que o meio urbano, que as cidades, podem ou não apresentar-se como habitats naturais do homem. Para tal tem de fornecer-lhe condições para a satisfação das mais diversas necessidades básicas: proteção, segurança, subsistência, lazer, prazer, identidade... A sua negação significa a exclusão e o regresso de algumas características selvagens (ROSSA, 2015, p. 18).

No texto *Valorização do Património Urbanístico Português*, que faz parte da coletânea de ensaios do pesquisador Walter Rossa, presente no livro *Fomos Condenados à Cidade*, o autor trata da *reabilitação urbanística* portuguesa, e de sua importância cultural e patrimonial voltada para o *universo urbanístico português*. Chamando atenção para como, apesar da diversidade do patrimônio urbanístico de matriz portuguesa e dos contextos onde foram inseridos, é “quase imediata a percepção de algo de comum, quer na forma de ocupar o território, quer no ambiente que caracteriza cada um os seus espaços públicos. Todos tão óbvia e materialmente diversos, todos tão imediatamente familiares” (ROSSA, 2015, p. 27). Rossa usa fotos de algumas cidades para corroborar essa ideia, entre elas Mindelo no Cabo Verde, Pangim na Índia, e no Brasil Icó, Serro e Diamantina.

Segundo ele, as interações entre sociedade e economia e sociedade e urbanismo evoluem em ritmos distintos, sendo esta última muito mais lenta. Neste cenário, o urbanismo é o que “integra e sintetiza as transformações decorrentes do processo histórico, mantendo-as no ativo que oferece à comunidade” (ROSSA, 2015, p. 26). Apesar de que a velocidade da evolução socioeconômica ameaça constantemente o patrimônio urbanístico ele também dá abertura para ações criativas para seu desenvolvimento, desde que pensadas a partir de uma lógica protecionista e não de forma descontextualizada, que ignora o seu conceito sociocultural como sinônimo de progresso. Para pensar tais ações o autor propõe duas questões, “Quais os valores de herança que determinam a identidade do espaço urbano? O que pode e o que não pode mudar na voragem da evolução urbana quando não queremos descaracterizar, quando não queremos perder o múnus da identidade urbana?” (ROSSA, 2015, p.64), cujas respostas são encontradas analisando a imagem, a forma, a estrutura, e o urbanismo do espaço urbano, sendo o papel mais acentuado o da imagem, pois é nela que a “arquitetura enquanto edificado representa um papel relevante” (ROSSA, 2015, p.64).

A construção do texto do autor parte de uma análise da arquitetura sem ambição monumental, do patrimônio urbanístico, pensado como sendo formado pelo conjunto de

edifícios de um núcleo, onde se destacam os edifícios anônimos e genéricos e não exclusivamente elementos notáveis. São nestes que a

sociedade processa o quotidiano. É sobre eles que a História da Arte tem tendido a não se debruçar, mas com a evolução do contexto civilizacional talvez deva inflectir interesses. Ou seja, considerar essas áreas e expressões urbanas como objetos artísticos e assim dar um contributo inestimável à História da Cidade e ao planeamento do seu desenvolvimento integrado (ROSSA, 2015, p.69).

Segundo ele, o método da arquitetura e do urbanismo é o mesmo, diferenciando-se apenas por uma questão de escala e âmbito. Onde o urbanismo consiste na arquitetura da cidade, sendo o processo de formação urbana igual ao da arquitetura, o que é muito evidente no *universo urbanístico português*. O que existe é uma diferença no tempo, nas dinâmicas de concretização, apesar de também existir uma arquitetura sem idade, sem ambição monumental, que é o que faz a cidade (ROSSA, 2015, p. 28).

a forma como entendo o *urbanismo português* estruturado antes da Idade das Revoluções, ainda que durante muitas décadas e em diversas paragens tenha prevalecido nas formas de *fazer cidade*. Trata-se da resultante de um processo contínuo de experimentação-erro-experimentação em que a matriz caracterizadora, comum, consiste na simplicidade e vigor da sua composição geométrica, na coordenação rígida mas criativa do seu sistema de dimensões e proporções, na sujeição do todo estrutural a esses princípios e na liberdade do detalhe, da textura, da cor, da forma urbana e dos usos concedida por um sistema de regras/princípios que não conformam ou emanam de modelos (ROSSA, 2015, p.31).

Dentro desse *universo urbanístico português* as mesmas pessoas eram responsáveis pelo traçado urbano e sua morfologia, assim como a arquitetura dos edifícios que os integravam, repetindo processos e soluções urbanísticas de eficácia comprovada, onde, para Rossa, a criatividade estava mais em interpretar o lugar e não em uma invenção de novas formas arquitetônicas.

Esses personagens tinham origens e estatutos variados, de juristas a militares, de clérigos a nobres, mas tinham intuída uma lógica e uma dinâmica de organização espacial que podemos considerar sintetizada pela engenharia militar portuguesa, em especial ao longo do século XVIII. E essa a idade áurea da urbanização, do reconhecimento, formação e urbanização do atual território brasileiro. Tão resplandecente que todos se julgavam uma elite que houve quem propusesse que governasse o reino. Não era caso para menos (ROSSA, 2015, p. 29)

Essa solução criativa se faz muito importante, principalmente pensando no caso do Brasil em comparação com outras nações colonizadas por Portugal (consequentemente parte deste *universo urbanístico português*), nações como a Índia receberam noções urbanísticas como uma contribuição para a cultura do território, em contrapartida, no Brasil estas são a “matriz, o material seminal do sistema urbano territorial” (ROSSA, 2015, p. 30). Onde os portugueses usaram um “modelo morfológico gerado no centro da Europa na Idade Média, com o qual se consubstanciou

a rede urbana europeia e cuja unidade básica é a parcela¹ retangular com o lado menor na frente da rua” (ROSSA, 2015, p. 124).

A difusão mundial deste sistema-base europeu de composição urbanística — com especial enfoque no Brasil — foi assim mediada pelos portugueses num processo de racionalização gradual, cujo clímax seria atingido no Iluminismo com a sua assunção plena no sistema métrico-compositivo RVR (sigla de *rosa dos ventos e rumos*), o que se constituiu numa forma de apropriação identitária de algo que na origem é de uma comunidade bem mais vasta (ROSSA, 2015, p. 124).

Com base na lógica imperial os responsáveis pela “urbanização” – povoamento – do território brasileiro se valiam de uma matriz militar, uma lógica de regras que, segundo Rossa, não tinha modelos, o que resultava em uma larga margem criativa, mas que carecia de rigor na execução, resultando em uma “uma criatividade de cariz popular que encanta, mas nem sempre abona em favor das razões e brio então arrogada pelos engenheiros militares” (ROSSA, 2015, p. 30).

A composição urbanística com base no modulo-parcela, por oposição ao modulo-quarteirão, e a razão essencial para a diferença morfológica entre as urbanísticas coloniais portuguesas e espanholas, matéria que no início das respectivas historiografias, nas décadas de 1940 e 1950, deu aso ao estabelecimento de equívocos que ainda perduram em círculos menos informados ou especializados. São pontos de partida com plasticidade, flexibilidade, escalas de planeamento, projeto e execução muito diversas, quer nos meios, quer na demografia e duração do processo. Desencadeiam diferenças matriciais de modulo, regra, regulação e modelo (ROSSA, 2015, p. 130).

Devida à complexidade da “cidade” é natural que seja temática de diversos inúmeros estudos, o que torna compreensível que a História da Arte tenha agregado-a como objeto de variados estudos, sendo pelas representações da forma urbana ou pelas manifestações artísticas no espaço urbano.

Mas no seu âmago estrutural a cidade sempre colocou problemas metodológicos à História da Arte, designadamente a impossibilidade da sua percepção global sem recurso a abstrações especializadas, a autoria difusa e coletiva, a constante mutabilidade. As abordagens da História da Arte à cidade ocorrem através do confinamento da realidade estudada a algo que as suas metodologias lhe permitam tratar. Isolam planos e autores, focam sectores e/ou espaços urbanos, destacam componentes específicos da forma e paisagem urbanas, fixam-se numa cronologia, etc. (ROSSA, 2015, p.59).

Rossa diz que para que a pesquisa do historiador da arte não se torne limitada e redutora, ele precisa ter “consciência ética e metodológica” que os estudos abordados pela História da Arte que são focados no espaço da cidade, a partir de um posicionamento mais contemplativo que interativo, e em um dado momento e não no

¹ morfologia urbana” significa o estudo das formas urbanas – bem como dos atores e dos processos responsáveis pela sua transformação – e que “forma urbana” se refere aos principais elementos físicos que estruturam e moldam a cidade – os tecidos urbanos, as ruas, as parcelas urbanas (ou lotes), os edifícios, entre outros. (INTRODUÇÃO – ESTUDO DA FORMA URBANA EM PORTUGAL – VITOR OLIVEIRA, p. 17)

processo, não abrangem o “holismo intrínseco ao urbano, nem o seu organicismo estrutural” (ROSSA, 2015, p.61).

Sabemos como as obras historiográficas que estabeleceram diferenças e mudanças foram aquelas em que, partindo dos seus lugares disciplinares de enunciação, os autores fizeram incursões metodológicas, cruzaram dados e olhares, enriquecendo de forma nova e única o conhecimento (ROSSA, 2015, p.60).

A dificuldade de um estudo da História da Arte abordar a cidade, ou “artefato urbano” como chama Rossa, de maneira integral está intimamente ligada às transformações permanentes que fazem a cidade, não podendo, segundo ele, que ela seja considerada um objeto, e por isso usa o termo “artefacto”, tentando passar a ideia de algo infinitamente incompleto.

Há partes da cidade que são objetos artísticos, mas o todo por certo que não o é, mesmo quando vista apenas segundo o seu espaço. A imagem, a forma e a estrutura do espaço urbano, ou seja, aquilo que como um todo designamos Urbanismo, estão para além das fronteiras da Arte, convocando além desta para a sua compreensão um conjunto de outras áreas de conhecimento e de ação (ROSSA, 2015, p. 63).

Para estudar o espaço urbano/estrutura urbanístico é necessário utilizar os mesmos instrumentos utilizados pela arquitetura para análises de edifícios; os princípios de composição, ou relações geométricas que subjazem à forma, e a imagem do espaço urbano, que tem o território como elemento fundamental. Quanto ao uso de comparação como ferramenta metodológica de pesquisa Rossa diz que é útil para os contextos coloniais “sob o enfoque da mestiçagem e das influências e não sob o da origem e matriz” (ROSSA, 2015, p. 115),

a comparação, tantas vezes feita apenas com base na aparente semelhança da imagem ou da forma, só é legítima quando também tem relação entre si as estruturas, os significados e os contextos. E dos mais elementares princípios científicos não se poderem comparar coisas com naturezas diversas, o que é frequente em morfologia urbana (ROSSA, 2015, p. 92).

Todo o estudo proposto por Rossa (mas em especial o último trecho citado), e o debate historiográfico com relação ao modo como as cidades portuguesas se estabeleceram e se desenvolveram no Brasil colonial é muito importante para nossa compreensão comparativa entre Braga e Diamantina, como uma espécie de eixo teórico a nortear nossa abordagem e visão sobre ambas as cidades.

Capítulo 2 - Breve Histórico - Braga e Diamantina

• 2.1. Argan – Imagem e Persuasão

Para o estudo sobre as relações urbanísticas e arquitetônicas comparativo entre as cidades de Diamantina e Braga, foram necessários alguns procedimentos teóricos e metodológicos que dessem sustentação a nosso percurso. Entre os autores que balizaram nossa reflexão, devemos reconhecer a importância de Giulio Carlo Argan, tanto por seus escritos sobre a arte barroca, em *Imagem e Persuasão* (2004), quanto pelos textos reunidos no livro *História da Arte como História da Cidade* (2005).

No que se refere ao livro *Imagem e Persuasão*, observamos que Argan indica que, com a criação do Estado nacional, no século XVII, a Europa moderna passa por uma fase de busca de equilíbrio de forças políticas e econômicas. A partir dessa nova criação se desenvolve uma cultura e uma manifestação artística que ele chama de “capital”, aberta a todos os tipos de trocas internacionais, e uma cultura de arte de “província” (ARGAN, 2004, p.72). Interessam-nos, aqui, as reflexões do autor a respeito da formação das cidades a partir do século XVII.

A cidade-capital que surge nesse contexto, vai ser marcada por uma vida de bairro, onde a igreja representa o núcleo desses bairros, e é pensada a partir da premissa de um rápido crescimento populacional, tendo como características ruas largas e retas que convergem para praças amplas e com traçado variado, onde os edifícios de autoridade pública e religiosa são os centros da vida pública. É uma cidade fundada sobre um passado histórico, mas voltada para o futuro (p. 72).

A sucessão ordenada dos edifícios, freqüentemente colados uns aos outros e diferenciados apenas pelo desenho de sóbrias fachadas, forma a perspectiva das ruas; se os monumentos convidam a uma pausa ou a uma contemplação admirada, esses edifícios sem pretensão, alinhados de modo uniforme mas sem monotonia, acompanham o passageiro em seu caminho sem fixar sua atenção, mas propiciando-lhe a sensação de transitar num ambiente altamente civilizado, decoroso, elegante (ARGAN, 2004, P. 75)

A primeira cidade que tenta assumir feições de capital é Roma, sendo um modelo de cidade “representativa e de um valor ideológico” (ARGAN, 2004, p. 72). A reforma que a cidade passa no fim do século XVI usa das novas estradas para articular as antigas basílicas cristãs, servindo à função devocional, tornando a cidade meta de peregrinação e a imbuindo de valor idológico. Assim, “o tema ideal da cidade-capital

como expressão de uma autoridade superior e transcendente já está posto, e nele se inspiram, ao menos idealmente, as capitais europeias” (ARGAN, 2004, p. 74).

O monumento entra, para Argan, no contexto do século XVII como uma das formas de persuasão encontradas pela Igreja a fim de defender seus fiéis das heresias e como propagação da fé, ações tais que demandam da Igreja um “vasto aparelhamento, sobretudo construção de muitas igrejas” (2004, p. 40).

Segundo Argan, a ideia de monumento está atrelada a de cidade-capital, sendo este, “unidade plástica e arquitetônica representativa de valores ou da autoridade – e que tem, por isso, uma função retórica ou persuasiva” (2004, p. 78). A ideia de monumento se expande, abrangendo mais do que apenas palácios, praças, estátuas e igrejas, tornando a cidade é um monumento em si, através de seus traçados, em xadrez ou em estrela, e em uma escala menor começa a influenciar na decoração dos edifícios religiosos e civis, tornando-se parte “do gosto das classes que se consideram investidas, por mandato divino de autoridade e poder. A ‘maneira grande’, que no fundo é simplesmente uma extensão do ideal de monumento a todas as manifestações da arte, torna-se assim a expressão de uma cultura de classe, mais precisamente da classe conservadora” (2004, p. 83).

Um fenômeno periférico como o da arquitetura colonial, especialmente no México, no Brasil, e no Peru, não pode deixar de ter um interesse especial para o tema barroco do monumento como forma visível da autoridade e argumento da persuasão. Nos países do novo continente, ainda pagãos ou recém-convertidos, a persuasão é propaganda, pregação catequética: trata-se de explicar a doutrina e a moral católica servindo tanto quanto possível do mundo de imagens dos indígenas e, muitas vezes dos próprios indígenas como interpretes, porque em geral, as novas igrejas traçadas a partir de desenhos feitos por missionários, são decoradas por mestres locais (ARGAN, 2004, p. 83).

Apesar deste afirmado interesse citado por Argan, ele conclui que a decoração do barroco latino-americano é oposta à ideia de monumento, visto que as mesmas não apresentam um significado “metafísico implícito” em suas formas. “Da figuratividade barroca se salva a antiga e tradicional criatividade de um artesanato espontâneo, mas com um senso de alegria vital que nasce provavelmente da libertação dos pesadelos de uma sacralidade arcaica, despótica, sanguinária”. O que ocorre, segundo ele, é que este contato com a cultura figurativa europeia resulta na criação de uma “arte popular autêntica, um folclore multiforme e colorido” (2004, p. 83).

O século XVII vai ser marcado, segundo o autor, pelo desenvolvimento da arte que se dá em contrastes de tendências em torno da ‘história’, que ainda é a história da Antiguidade, levando a diversas interpretações do clássico, que só terá essas

interpretações reduzidas a uma só, fundada na ciência, durante a fase neoclássica que sucede o barroco.

A arquitetura do século XVII é uma arquitetura de frisos, arcos, pilastras e colunas, mas que não são mais utilizadas em conformidade com as leis clássicas, sendo esta arquitetura responsável por renovar, de certa maneira, o clássico, desenvolvendo suas “possíveis variantes, que só raramente incidem sobre o princípio formal originário” (Argan, 2004, p.120). Conforme as técnicas de construção avançavam estes elementos perdem sua função estática, tornando-se “símbolos de uma função” que não mais atuam, sendo seu novo papel simbólico, um “signo de associação”. Esse alegorismo vai se desenvolver durante todo o século, alcançando seu ápice no século XVIII. (2004, p.120), onde estes elementos ajudam a persuadir o espectador à monumentalidade do edifício, e ao seu significado ideológico, o conteúdo alegórico. “Pode-se até dizer que a arquitetura construída busca adequar-se à arquitetura pintada” (2004, p.122).

As construções não mais reproduzem a “lei construtiva do espaço”, mas transformam o espaço em fenômeno, através de uma gama infinita de possibilidades, sendo assim, não é mais uma “forma plástica inserida no espaço da perspectiva, mas é o próprio espaço.” (ARGAN, 2004, p. 123) Essa nova concepção permite uma liberdade maior entre edifício e ambiente tornando uma distinção de valor entre exterior e interior impossível.

De acordo com Argan, a fachada pertence ao exterior, à rua, mas seu papel é representar o “valor do edifício”, articulando seu interior e exterior, não sendo uma barreira, mas um meio de comunicação entre os dois opostos. E

justamente por essa função mediadora entre espaços externos e internos, a fachada não é um elemento cênico, mas um organismo urbanístico essencial; ela tende na verdade, a se utilizar da espacialidade urbana e a defini-la não só como traçado ou condição de perspectiva, mas também como realidade plástica. É por meio da fachada que a massa articulada do edifício monumental se torna um nó ou um núcleo gerador do tecido urbano. (ARGAN, 2004, p.126)

Assim, a arquitetura, por intermédio da imaginação humana, se torna uma segunda natureza, que se implanta na primeira. Sendo essa natureza “artificial” uma continuidade da natureza “natural”, ou da obra de Deus, magnificando-a, e tendo por encargo “predispor a alma humana a uma existência a ser vivida numa dimensão e num espaço sem limites terrenos” (2004, p.125).

As reflexões de Argan são particularmente importantes para nosso estudo, uma vez que estabelecem o caráter simbólico da formação das cidades a partir do século XVII; propõe uma diversidade e variedade do clássico nas cidades coloniais latino-americanas e, ainda, definem a importância pictórica das fachadas. Todos esses elementos podem ser considerados como basilares para nossa observação comparativa entre Braga e Diamantina.

- **2.2 – Imagem**

O século XVII é o primeiro da civilização moderna, ou civilização da imagem. Segundo Argan o barroco surge nesse período como uma reação à crise maneirista da forma, trazendo em si uma valorização autônoma e intrínseca da imagem. Um dos motivos dessa valorização se fazer necessária é que durante o século XVI a crise religiosa atinge diretamente o modo como as imagens eram vistas, graças à Reforma, que via uma sobrevivência do paganismo na imagem religiosa, não admitindo nenhuma mediação entre o homem e Deus (ARGAN, 2004, p. 56).

A Igreja se coloca em um dilema moral sobre a utilização das imagens, uma vez que essas são produzidas de acordo com o imaginário humano, elas devem ser julgadas de acordo com os julgamentos das ações humanas, não sendo boas ou más, mas definidas por como são usadas. E como qualquer outra realização humana a imagem pode ser usada como desígnio divino, de maneira prática, educativa e didática (2004, p.57). Assim a imagem se torna meio de devoção, um método de se “chegar a salvação por intermédio de obras, ou seja, vivendo no mundo e cumprindo os deveres sociais” (2004, p.58)

A imagem como forma de persuasão tem por finalidade atingir uma “práxis conforme o princípio da autoridade” e isso é dado através da comunicação, estabelecida pela devoção. A pintura devocional aparece na pintura maneirista tardia e no século XVII ela assume o caráter da “prática devota e um gênero da figuração histórico-religiosa” (ARGAN, 2004 p.102). O pensamento de Argan em Imagem e Persuasão nos indica caminhos para compreender a importância da imagem na cidade, não apenas como obra de arte em forma de pintura, escultura ou gravura, mas como forma urbana: fachadas e traçados, edifícios e praças como figuração.

Assumindo que enquanto o fiel está de frente a uma imagem devocional, este se encontra absorto em oração, a imagem não deve focar sua atenção, mas apenas funcionar como um instrumento auxiliar, assim a figuração do santo se apresenta de maneira simples, tendo como características, uma feição vagamente bela e que remete à sua beatice, mas que

precisa minuciosamente os seus principais atributos, descuidando de outros particulares; reduz o ambiente a poucos elementos, que aludem à vida terrena e à atual morada celeste do santo, e por isso as cores e a iluminação, igualmente ‘genéricas’, são afinadas com o tema de modo vago, visando antes a influenciar o sentimento do devoto que a fixar a imagem numa estrutura formal. (ARGAN, 2004, p.103)

A reprodução de gravuras como tema religioso foi feita como forma de disseminar a nova iconografia clássica que havia sido revalorizada pela Igreja Católica após a Reforma, através da difusão dessas imagens esperava-se que todos os fiéis tivessem acesso aos mesmos símbolos, para uma devoção em massa.

O fato mais importante é que o afresco ou o grande quadro são contemplados e admirados por qualidades que inevitavelmente desaparecem na reprodução por gravura: a relação com uma arquitetura ‘monumental’, as dimensões imponentes, o esplendor das cores. A reprodução por gravura, ao contrário, não tem nenhum caráter monumental, a sua força de apelo visual é bastante limitada. Mais que contemplada e admirada, a gravura é lida e relida, sua mensagem se dirige ao indivíduo singular, e o fato culturalmente importante é que a própria mensagem é recebida singularmente por cada um (ARGAN, 2004, p. 18).

O artista no século XVII faz uso da *Poética* de Aristóteles a fim de produzir imagens de caráter universal, e que provoquem em todo espectador os sentimentos dramáticos aspirados pelo pintor. Na *Poética*, Argan diz que para que os acontecimentos retratados assumam o papel universal eles precisam acontecer seguindo certas leis, mas que por sua vez, essas não são leis lógicas, uma vez que fossem seria possível prever o que aconteceria e o evento não suscitaria no espectador os sentimentos cabíveis ao drama, e é justamente dessa noção que a poética barroca se apropria (2004, p.93).

É sabido que as poéticas barrocas aspiram à ilusão e ao encantamento, e é claro que a primeira é o meio que conduz ao segundo. Mas agora sabemos que a ilusão, como fato psicológico e visual, não é tanto o prolongamento quanto a mudança de uma condição ‘normal’, e que precisamente essa alteração determina o choque emotivo que suscita a maravilha (ARGAN, 2004, p.97).

A mudança da condição ‘normal’ citada por Argan é uma intensificação dos valores visuais, que é um resultado da não mais submissão da imagem a limites, como o da simetria da natureza, aqui a imagem apenas precisa ser compatível com a verossimilhança ou a possibilidade, que por sua vez, se torna um caráter subjetivo, uma

vez que a imagem, mesmo fugindo totalmente da realidade, se torna possível pelas mãos do artista (2004, p.97).

Sabendo que o objetivo da persuasão não é o verdadeiro, mas o útil, não importa que o resultado da ilusão seja um “dado falso”, segundo Argan, mas o que vale é que o encantamento, como persuasão é um impulso para a ação. Impulso que é orientado pelo sentimento, visto que o sentimento é um descontentamento com a situação presente, onde não satisfeitos como nos encontramos queremos nos aprofundar, ou fugir do que está a nossa frente.

A imaginação nos coloca numa situação diferente daquela em que de fato estamos, mas é o sentimento que determina a escolha entre várias situações imagináveis. Como a retórica tende a orientar a escolha da situação, o seu domínio é, por isso mesmo, o sentimento: é mais persuasivo o discurso suscitado por um impulso afetivo, porque coloca quem o escuta numa condição de sentimento semelhante à do orador e suscita mais facilmente uma reação afetiva (ARGAN, 2004, p.98).

Tendo a função final da obra de arte como um meio que auxilia na salvação da alma humana, a técnica vai ser uma continuação na sociedade da criação Divina, tendo a natureza como princípio. A arte vai invocar “a natureza só para demonstrar, com uma similitude literária, a naturalidade das próprias imagens”. A ideia da cidade como uma segunda natureza, construída pelo homem, e não como um espaço falso, e a da arte como uma criação dessa segunda natureza e não mais mimeses da primeira – não se impõe mais um limite na fantasia como se ela fosse contra a providência divina, pois essa é, uma manifestação do espírito – acresce de valor o trabalho humano em relação ao plano espiritual (ARGAN, 2004, pp.133, 131).

Argan diz que “se a visão é sempre fenômeno, todo fenômeno tende a representa-se como visão”, sendo assim o artista deve ver e fenomenizar tudo, que ele exemplifica com “Até uma cesta de frutas em cima da mesa, vista sob certa luz, torna-se visão e revelação” (2004, p.132). Para ele, esse é o motivo de a técnica ter infinitas espécies, sendo infinitas as técnicas de visão e de execução.

Mesmo na pintura assim como na arquitetura e na escultura, não se dissimula mais o meio, a matéria; a imagem tem uma substância própria, não há nenhuma razão par dissimular a substância, a matéria da natureza. É verdade que a arte deve ocultar a arte, mas não no sentido de simular a natureza, e sim no de esconder as dificuldades da arte; esta, na verdade, deve ser natural e espontânea precisamente porque, na sociedade, é difícil sê-lo (ARGAN, 2004, 132).

Com o crescimento do valor da técnica, do fazer artístico, os desenhos passam a ter a importância de “fases de inspiração”, e que conservam seu valor próprio, sendo inclusive reproduzidos como esboços, através de gravuras.

A imagem universal adquire um novo sentido aqui, não mais como uma imagem transcendente, mas como um valor que pode ser reconhecido por todos, o universal se torna o “geral” em oposição ao “particular”.

Como revelador do valor das coisas, cabe ao artista “definir o valor da experiência, da vida que se vive”, e sendo seu material o visível e o possível, este está de acordo com o programa social da Igreja, pensando que ela quer “demonstrar a necessidade e a positividade da experiência mundana para os fins da salvação” (2004, p.134).

No século posterior surgirá a contrapartida a técnica da imagem, o do fazer sem valor criativo ou sem o fim na salvação humana, é o fazer por fazer, ou apenas visando o lucro. Uma tese que será opositiva a Contra-Reforma, “contra aquela arte barroca que em última análise buscava dar vida a uma tecnologia mais ligada à estética que à ciência” (2004, p.134).

Para nosso estudo comparativo que gera o diálogo entre as cidades de Braga e Diamantina, as ideias de Argan pautam nossa observação na medida em que definimos nossa “geografia” como “cidades barrocas”, embora tanto em termos cronológicos quanto estilísticos ambos espaços urbanos guardem enorme complexidade. Porém, para efeitos de análise, adotaremos o pensamento de Argan sobre a cidade como imagem voltada à persuasão ou como mensagem, discurso – lugares em que ruas, igrejas, construções, fachadas, janelas e portas são como pinturas, esculturas, enfim, transmitem-nos mensagens retóricas.

- **2. 3 – Breve histórico de Braga**

Braga é uma das mais antigas cidades portuguesas, com cerca de 2000 anos de história. Teve sua fundação no período do império romano, como Bracara Augusta, sendo que a decisão de fundar a cidade foi do próprio Augusto, Imperador Romano em sua estadia na Hispânia, entre os anos 15 e 16 a.C. (RIBEIRO, 2008, p.213)

Segundo Maria do Carmo Franco Ribeiro foi designada à cidade de Bracara Augusta grande importância desde o momento de sua fundação, desempenhando “as funções de capital administrativa de um vasto território, com uma estrutura de governo próprio, bem como funções de natureza judicial, financeira, militar e religiosa.” (RIBEIRO, 2008, p.216) Tal fato que atraiu diversos tipos de pessoas, entre eles militares e cidadãos romanos, que tiveram grande participação no rápido crescimento populacional do território.

Após a queda do Império Romano existem vários relatos de diferentes ocupações do território bracarense após a queda do império romano que acarretaram em uma reorganização do espaço urbano ocupado, como a dominação suevo-visigótica, a invasão muçulmana até a reconquista cristã, sendo a última responsável pela “dignificação e engrandecimento do núcleo urbano” (RIBEIRO, 2008, p.317) a partir do século XI, (mesmo período no qual houve a mudança no nome da cidade para Braga) que levou à criação da atual Sé Catedral de Braga e à fundação da Escola Capitular.

Com a reorganização da cidade, a partir do século XI, houve um grande aumento demográfico que vai até o século XIII, o qual, por consequência, levou a um crescimento considerável na área urbana do originalmente pequeno núcleo medieval. Apesar disso, ao fim da Idade Média, Braga ainda era vista como um lugar modesto e pobre, principalmente quando comparado com Porto, situação esta que só teria alteração com chegada da Idade Moderna, quando houve crescimento em sua ocupação suburbana e a urbanização de novas áreas.

No início da Idade Moderna, houve outra renovação da cidade com o propósito de que a mesma se adequasse às tendências europeias dominantes no século XVI e XVII, estando o Arcebispo D. Diogo de Sousa à frente desta renovação, que entrevistou “de forma audaciosa, mas consciente no plano da cidade anterior, alterando a sua fisionomia, adaptando e criando novos espaços” (RIBEIRO, 2008, p. 503). Quando D. Diogo de Sousa ficou encarregado de tal renovação, todo o contexto político e social o favoreciam, tendo a população aumentando exponencialmente nesse período: já no início do século XVI a população de Braga havia dobrado, perfazendo um total de 3575 habitantes, enquanto ao final do século XV eram apenas 1745. As alterações realizadas por D. Diogo de Sousa foram tão significativas e abrangentes que, segundo Maria do Carmo Franco Ribeiro, Braga vai se manter quase idêntica até o século XVIII. Nas suas palavras:

D. Diogo de Sousa teve um papel preponderante na definição das linhas mestres do crescimento urbano da cidade moderna, mas, também, na sua renovação arquitectónica, atraindo para a cidade artistas biscaínhos que introduziram em Braga o estilo renascentista. (RIBEIRO, 2008. p. 548)

Durante o século XVIII a cidade vai tomar ares tardo barroco e rococó com a atuação do artista André Soares (1720 – 1769), novamente por intervenção de arcebispos como D. José de Bragança (1741-1756), quem escolheu André Soares para desenhar uma de suas mais importantes obras, o novo Paço Arquiepiscopal, que foi feito com características entre o joanino e o rococó (OLIVEIRA, 2010 - 2012).

Ao longo dos Séc.s. XVII e XVIII, os *Campos* anteriormente abertos por D. Diogo de Sousa e a envolvente periférica em geral, foram sendo paulatinamente ocupados por conventos, igrejas, capelas, recolhimentos e asilos. A cidade crescia sob um movimento urbanizador espontâneo, interrompido apenas por acções isoladas e esporádicas, ritmado mais pelos ditames da Fé, do que por uma ideia urbana global, única e concentrada. (BANDEIRA, 1993, p. 202)

• 2.4. Breve histórico de Diamantina

Em contrapartida à história de Braga que, como dito anteriormente, remete ao Império Romano, a ocupação do território que seria conhecido como Arraial do Tijuco e posteriormente como Diamantina, deu-se a partir da descoberta de ouro no final do século XVII no Arraial Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio (que em seguida ficaria conhecido como Vila do Príncipe e atualmente como Serro). Descoberta esta que atraiu pessoas não só da capitania de Minas Gerais, como de várias partes da colônia. Após tal descoberta, surgiu o desejo de que os arredores deste arraial fossem explorados, com o intuito de encontrar novos locais de extração do metal, o que levou os exploradores até o local de encontro de dois córregos: Rio Grande e Piruruca, onde constatarem a presença do precioso metal, e assim novos exploradores foram atraídos e a região diamantinense começou a ser povoada (MAGNANI, 2013, pág. 88).

Joaquim Felício dos Santos narra o nascimento do Arraial do Tejuco (Tijuco) em seu livro *Memórias do Distrito Diamantino* (1881), como se espera ler em um conto literário. Sendo este iniciado contando sobre os aventureiros que foram atraídos à Capitania de Minas no final do século XVII devida às riquezas auríferas na região do Serro do Frio. Em seguida, o autor trata de como uma “bandeira composta de aventureiros portugueses, mamelucos e sertanistas filhos de São Paulo, (...) vieram atravessando serras, matas, rios caudalosos” (SANTOS, 1978, p. 41) até chegarem à margem do Jequitinhonha, onde instalaram um pequeno posto de mineração, e permaneceram até que febres endêmicas no período das chuvas os forçaram a seguir

exploração. Passaram em seguida pelo córrego que posteriormente seria chamado Santa Maria, onde não encontram ouro e decidiram mudar os rumos da exploração. Orientados pelo pico do Itambé, seguiram para ocidente o que os levou para a confluência dos córregos Piruruca e Rio Grande.

Por qual dos rios deviam subir Uns opinavam pelo da direita, outros pelo da esquerda: cumpria tomar-se uma decisão. Louvaram-se no acaso: não havia razão de preferência. Desenrolaram a bandeira e levantaram-na no ar; o vento soprava a sudeste, a flâmula voltou-se para a esquerda: foi isso interpretado como um sinal da Providência. Os aventureiros seguiram pela Piruruca acima (SANTOS, 1978, p. 41).

Após seguirem um quarto de légua rio a cima os aventureiros montaram acampamento, após se certificarem que havia ouro em suas águas, no caso ouro em abundância, fizeram a noticia se espalhar. Logo outros aventureiros se juntam a esse grupo na exploração rio, dando a localidades ares de pequeno arraial de forma muito rápida.

Os nossos aventureiros levantaram o pelourinho em um cômodo, que dominava a povoação nascente, e o nome do córrego mudaram para Córrego Pelourinho, denominação que se conservou por muito tempo e se encontra nos papéis antigos da Administração diamantina. Felizmente, porém, o bom-senso do povo, ou o que quer que seja que ignoramos e nem trataremos de investigar, resistiu à inovação, e hoje o córrego é só conhecido por seu nome primitivo (SANTOS, 1978, p. 42).

Pouco tempo depois, uma nova bandeira chegou ao ponto de confluência dos rios, seguindo estes, no sentido do Rio Grande. Um quarto de légua acima se viram impossibilitados de seguir caminho graças a um “vasto tremedal (...), por cima do qual serpeava um pequeno arroio, que, nascendo no flanco oriental do morro, ia a pouca distância se perder no Rio Grande. Deram ao pequeno arroio o nome de Tijuco, palavra que na língua indígena quer dizer *lama*. (SANTOS, 1978, p. 43)”.

Explorando o terreno em volta do Tejuco descobriam que nele havia ainda mais ouro do que no leito do rio vizinho; dando origem a todo um novo assentamento, que seria chamado de Burgalhau. As duas povoações modestamente começaram a se desenvolver, o Tejuco se tornou mais populoso, visto que possuía lavras mais ricas, o que levou os mineiros da Piruruca a migrarem para o Tejuco. Logo o Burgalhau estava cheio de colmados, onde ergueram um maior destinado a capela de Santo Antônio, o padroeiro a quem consagraram o novo arraial, que passa a ser chamado Arraial do Tejuco.

Em sua origem o arraial só ocupava o pequeno circuito que abrange as atuais Ruas da Baeta, do Burgalhau e do Espírito Santo, além de um outro colmado mais distante. O Largo do Bonfim era uma pequena e verdejante campina, sombreada por uma copada gameleira, onde à tarde costumavam se reunir os habitantes fatigados do trabalho do dia a espaiçarem em uma inocente folgazona palestra. A Rua Direita e o Largo de Santo Antônio, hoje aformoseados com ricos e

elegantes edifícios, eram uma densa mata, onde os mineiros cortavam madeira para o labor e construção de seus humildes tugúrios. Gigantescos toros de braúna e de peroba foram cortados em um torrão mais fértil, onde é o Arraial de Baixo, e que então era um covil de feras bravias (SANTOS, 1978, p. 43).

Assim o Arraial do Tejuco cresceu e novas terras foram sendo exploradas em seus arredores, dando origem a novas povoações e aumentando sua extensão, tendo o Tejuco como centro, sendo o mais importante e único com uma capela na região.

Até o ano de 1729, data da comunicação à Coroa de que diamantes haviam sido encontrados na região do Tijuco, as lavras eram consideradas unicamente auríferas, tendo sua exploração administrada por guardas-mores e superintendentes, e na maioria das vezes utilizando de pouca mão de obra, com trabalho familiar ou com poucos escravos. Sobre tal data existem várias lendas que falam da extração do diamante ocorrendo desde 1720 aproximadamente. A comunicação oficial foi feita pelo então governador da capitania de Minas, dom Lourenço de Almeida que, segundo Júnia Furtado (Furtado, 2003), a fizera a contragosto, uma vez que se suspeitava que o mesmo usufruía de forma ilegal das pedras.

Após a descoberta oficial dos diamantes D. Lourenço suspendeu toda atividade de extração aurífera e permissões de datas (porções de terrenos mineráveis) anteriormente concedidas pelo guarda-mor. Logo que a Coroa foi informada dos diamantes encontrados na comarca de Serro Frio, D. Lourenço recebeu plenos poderes para administração da extração das pedras (MAGNANI, 2013, pág. 89)

Entre 1729 e 1734 a exploração do diamante foi aberta a qualquer um que tivesse escravos e o dinheiro necessário para investir, sendo estipulado um imposto de capitação no valor de 5\$000 para cada escravo empregado na atividade. Com a sanção do primeiro regimento acerca da exploração dos diamantes, em 26 de junho de 1730, todas as cartas de datas anteriores, emitidas pelo guarda-mor, foram anuladas e os rios e córregos da região diamantinense foram divididos novamente, a fim de que a extração para o Rei fosse realizada em uma data de trinta braços no melhor local. Em contrapartida, os indivíduos interessados na atividade mineradora só poderiam ter, no máximo, duas braças e meia. Os estabelecimentos comerciais na proximidade das lavras foram fechados, assim como os que ficavam a duas léguas de distância. A comercialização de diamantes e de escravos se tornou expressamente proibida. Caso fosse realizada, a pena seria o confisco de todos os bens, sendo que, ao denunciante da infração seria oferecida a terceira parte dos mesmos como recompensa, e o restante iria para a Fazenda Real. (MAGNANI, 2013, pág. 90).

Apesar de regras diferentes terem sido impostas sobre a mineração diamantífera, a atividade se mostrou mais rentável, e logo a maioria daqueles que antes buscava ouro se voltou ao diamante. Mesmo motivo que atraiu um grande deslocamento de pessoas vindas da Vila do Príncipe e seu entorno, além de muitos portugueses, que vieram em função do grande estardalhaço que pairou sobre Portugal com a nova descoberta.

O crescimento rápido na exploração acarretou a queda do preço do quilate da gema, uma vez que este é proporcional à sua raridade. A fim de controlar tanto o preço quanto a extração, o valor das taxas foi aumentado, até 1734 com a chegada de Martinho Mendonça Pina e Proença, que fora enviado para averiguar a situação da extração, e Rafael Pires Pardiniho, que se encarregaria da demarcação da região em que era possível que fosse encontrado diamante. Demarcação essa que consistia em um “quadrilátero em torno do arraial do Tijuco, que incluía arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro” (FURTADO, Júnia Ferreira, 2003, pág. 31). Além da demarcação, Rafael Pires Pardiniho foi o primeiro intendente, instaurou rígidas regras quanto à exploração da região. De acordo com as mesmas, a extração de diamantes fora suspensa em toda a área do Tijuco, as licenças de lavras foram revogadas e apenas eram permitidas aquelas relativas à extração aurífera. Todos os diamantes extraídos até então deveriam ser confiscados, registrados e armazenados em um cofre na intendência. Em 1739, houve a retomada do regime de extração por contratos, onde os contratadores detinham o direito à mineração, assim como ao recolhimento de impostos. Esse regime perdurou até 1771 (MIRANDA, 2009).

O regime de contratos possibilitava que os contratadores fizessem o comércio das pedras na Europa por intermédio de procuradores, sendo que todas as pedras maiores de vinte quilates eram direcionadas à coroa.

Em 1772 o sistema de contratos foi revogado por um alvará régio em função da criação, por Marques de Pombal, da Real Extração, que limitava à coroa toda extração de diamantes. Graças à rigidez do novo método de controle da extração, que tinha por intuito prevenir o contrabando e a exploração ilegal, o Arraial do Tijuco não pôde se elevar à vila até o século XIX. A Real Extração ficava a cargo do Intendente e seus funcionários. O livro que continha o regimento de tal método teve seu traslado e cópia proibidos, sendo que o único exemplar, um encadernado de marroquim da cor verde, se mantinha sobre posse do intendente, sendo este apelidado de o Livro da Capa Verde (FURTADO, 2003, p. 6).

Esta legislação punha ordem numa série de bandos e instruções que em vários aspectos já vigoravam para a região e mesmo para o restante da Capitania. Apesar de grande parte da historiografia perpetuar a memória que este foi um momento atípico e despótico, as autoridades diamantinas, na verdade, encontraram enormes dificuldades de submeter a produção e a vida local aos estreitos limites impostos pela legislação. (FURTADO, 2003, p.7)

Apesar de todo o rigor que era apresentado na Real Extração, a mesma permitiu uma participação mais ativa da Coroa na mineração diamantífera e consequentemente em todo o distrito, o que impulsionou o desenvolvimento da estrutura urbana, além de manter o distrito como centro gerador de renda, ressaltando sua importância nos empregos gerados, uma vez que empregava grande número de homens livres, além de cerca de cinco mil escravos, sendo estes em sua maioria alugados da população livre, o que permitiu a criação de consumidores de costumes refinados, tais quais os da elite europeia.

Tratando dos empregos gerados, os cargos administrativos mais altos eram dados à elite do Arraial, que por sua vez utilizava dos privilégios de seus cargos para encobrir ou participar de atividades ilícitas. A classe média, que era composta por brancos, mulatos e negros livres, eram restritos a cargos menos importantes, como patrulhas de demarcação. Os escravos continuavam trabalhando em lavras, mas alugados para o Estado, o que gerava lucro para seus senhores. Quanto aos indivíduos que não tinham privilégio algum e nem meios para a realização do garimpo de forma legal, o faziam de forma clandestina (MAGNANI, 2013, pág. 93).

Durante o século XVIII, com aumento da exploração diamantífera, outras atividades se fizeram presentes no Tijuco, comércio, agricultura e pecuária, estas de maneira mais modesta, não sendo suficientes sozinhas para a sobrevivência, mas que contribuíam na subsistência dos moradores locais (MAGNANI, 2013, pág. 93).

No início do século XIX, mais precisamente a partir da terceira década, a decadência da Real Extração levou os garimpeiros a buscarem novos locais de extração, e por sua vez encontraram locais de grande fartura nas localidades de Pagão, Córrego de São João, Caldeirões, Quilombos, Curralinho, Guinda, entre outros. (MAGNANI, 2013, pág. 93).

Após a independência, graças à desorganização das autoridades responsáveis pela Real Extração, tornou-se impossível a interdição das terras demarcadas dos arredores de Diamantina. Devido a isso o garimpo atraiu um grande contingente de

peessoas. “Os dados a esse respeito são bastante eloquentes: Entre 1832 e 1840, havia, em Diamantina, 12.354 moradores; em 1856, 17.000; em 1872, 19.910; em 1890 eram 30.412 habitantes” (MAGNANI, 2013, pág. 94).

O fim legal da Real Extração foi decretado em 1832, mas na prática só deixou de existir 1841, tornando a atividade de garimpo e comercialização legal, sendo o período que compreende de 1840 a 1850, um período voltado para a acumulação de capital pela população garimpeira da já cidade de Diamantina (pela lei nº 93 de 06 de março de 1838). Posteriormente, já na década de 1860, com a abertura das minas de diamante da África do Sul, houve uma saturação do diamante no mercado, o que acarretou em uma enorme crise para a cidade que, por sua vez, voltou-se em direção ao desenvolvimento industrial, a partir de 1870, que só foi possível graças a fatores como a grande acumulação de capital que ocorrera anteriormente, além de outros fatores mais externos, como a abolição da escravidão, e ainda num contexto maior, à divisão do trabalho gerada em ocorrência da segunda Revolução Industrial. (MAGNANI, 2013, pág. 94).

- **Início da construção artística e cultural do arraial do Tijuco**

A primeira capela construída no novo arraial foi, a Capela de Santo Antônio, bastante rústica e que rapidamente se tornou insuficiente para as demandas do povoamento. Com o crescimento do povoado, surgiu a necessidade da construção de uma nova igreja, sendo esta a Sé, também dedicada a Santo Antônio (única das igrejas coloniais de Diamantina que não se mantém de pé até os dias atuais), que por sua vez fora destruída no início do século XX para construção da Catedral de Santo Antônio. Entre as restantes, a mais antiga é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com a construção datada do final da década de 1720 e começo década de 1730 (MAGNANI, 2013).

Enquanto o Arraial do Tijuco começava a tomar forma, e sua igreja mais antiga era erguida, Braga já vivia a introdução da talha joanina (1720 – 1730) (OLIVEIRA, 2011, p.138). Apesar de origens tão distintas, as histórias das duas cidades se cruzam ainda no século XVIII, com o grande contingente de portugueses que começa a imigrar em direção à colônia portuguesa na América, principalmente da região do Minho (onde

se localiza Braga) para Minas Gerais, em busca da prometida riqueza que a descoberta do ouro e do diamante poderia gerar.

A imigração tomou uma proporção tão assustadora que o Arcebispo de Braga, já no século XIX, condenou a “febre de partir” pedindo que os párocos fizessem a divulgação de tal condenação durante as missas de domingo (ALVES, 1999). Enquanto o norte de Portugal passava por uma revolução agrícola, àqueles que não conseguiram se enquadrar à nova economia viam na imigração a melhor saída. (VENÂNCIO, 2007). As semelhanças promovidas pelas transferências culturais entre o Minho e Minas Gerais começam a aparecer ainda no século XVIII.

Importante exemplo de troca cultural entre Braga e Diamantina vem com a atuação de José Soares de Araújo, artista bracarense que residiu parte da vida em Diamantina, (o primeiro registro do artista no Arraial do Tijuco data de 1759), tornando-se ali um dos artistas mais importantes. Acredita-se que em Braga José Soares teria desenvolvido a habilidade em talha, pintura e desenho arquitetônico, habilidades tais que foram aplicadas em igrejas e capelas, (com ênfase em sua pintura de quadratura e quadro recolocado) tanto no Tijuco como em seus arredores. (MAGNANI, 2013, p.83)

A partir de novas investigações há a comprovação que José Soares de Araújo atuava como arquiteto, a partir de tal fato e de sua atividade como pintor Prior da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, em Diamantina, surge a hipótese de que o mesmo tenha feito o desenho arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, o que poderia explicar a Igreja possuir um campanário ao fundo, visto que tal detalhe construtivo era comum na cidade de Braga. A semelhança com as igrejas bracarenses do período do barroco, que têm invariavelmente o campanário ao fundo, lança luz sobre a existência deste detalhe construtivo.

Quanto à arquitetura diamantinense, as interações e similaridades prosseguem. Eduardo Oliveira, historiador bracarense, doutor em História da Arte pela Universidade do Porto, encontrou na arquitetura bracarense referências à utilização dos tratados de pintura de falsa arquitetura tanto de Andrea Pozzo, que é o caso da Capela de São Lourenço da Ordem, quanto de Serlio. Referências aos mesmos tratadistas foram encontrados por Maria Cláudia Magnani, a partir da análise das pinturas dos tetos das igrejas coloniais diamantinenses. (MAGNANI, 2013, p. 149)

Tais exemplos indicam a necessidade do aprofundamento nesta área de pesquisa, a possibilidade de olhar por outro viés, e através de comparações, encontrar novas fontes de similaridade entre as arquiteturas presentes nas duas cidades.

Inexistem estudos que abordem amplamente a multiplicidade das relações artísticas entre Braga e Minas Gerais.(...) Dada a quantidade de minhotos que para lá se dirigiu e a visível semelhança, por exemplo, entre a arquitetura das cidades do Minho e das cidades de Minas Gerais, seria esse um estudo de extrema importância.”(MAGNANI, 2013, p. 114)

Logo, o que se pretende aqui é apresentar exemplos da história arquitetônica das duas cidades como objetos artísticos, ultrapassando o aspecto da arquitetura como planta e elemento construtivo.

Capítulo 3 – Diálogo entre Diamantina e Braga

Vimos, nos capítulos anteriores, alguns elementos acerca da historiografia sobre a cidade –portuguesa na América, assim como os conceitos propostos por diferentes autores. Vimos, também, apontamentos sobre a história de duas cidades separadas pelo Oceano Atlântico: de um lado, Braga, em Portugal; de outro, Diamantina, em Minas Gerais, Brasil. Com essas ideias em mente e ainda a observação direta e um minucioso levantamento fotográfico das duas cidades e, especialmente, do que podemos observar hoje da presença do passado, faremos um estudo comparativo entre ambas, partindo de uma observação mais ampla em direção a um olhar mais aproximado. Desta forma, partimos de um olhar sobre a cartografia das duas cidades, para seguir em direção à observação geral dos lugares como “vistas” ou “paisagens” e, em seguida, a seus conjuntos urbanos, casario, arruamentos, praças ou largos, para depois focar em monumentos e edifícios específicos e, ao final, observar detalhes arquitetônicos. O estudo comparativo que ensaiamos adiante não representa, necessariamente, um esforço de encontrar semelhanças, mas também perceber diferenças.

- **Mapa**

Enquanto alguns autores, como Sylvio Vasconcelos, tratam de certa regularidade no traçado do Arraial do Tejuco, Bandeira diz que no mesmo período surgia uma

espontaneidade no traçado da cidade de Braga, é possível que justamente essa dualidade que faz com que a morfologia urbana das duas cidades se encontre.

Ao longo dos Séc.s. XVII e XVIII, os *Campos* anteriormente abertos por D. Diogo de Sousa e a envolvente periférica em geral, foram sendo paulatinamente ocupados por conventos, igrejas, capelas, recolhimentos e asilos. A cidade crescia sob um movimento urbanizador espontâneo, interrompido apenas por ações isoladas e esporádicas, ritmado mais pelos ditames da Fé, do que por uma ideia urbana global, única e concentrada. (BANDEIRA, 1993, p. 202)

A primeira similaridade encontrada na análise entre os mapas das duas cidades é na forma dos lotes, ou parcelas (termo usado por Rossa anteriormente); em ambas as cidades, a recorrência de lotes retangulares com a frente sendo o menor lado, como é possível perceber nos recortes das Ruas Boavista (Braga) e do Rosário (Diamantina).

O arraial (Tejuco) se desenvolveu nos terrenos mais planos, à meia-encosta, com trama urbana que se conservou até os dias atuais, organizada em largos e quarteirões relativamente regulares. Assentada segundo as condições topográficas e cursos d'água, a malha é formada por sequencia de vias transversais – ruas Direita, Quitanda, Bonfim e Rosário -, dispostas conforme as curvas de nível e orientadas no sentido noroeste-sudeste, e longitudinais – Contrato, Mercês, Amparo, Tijuco e São Francisco -, na direção nordeste-sudoeste. Fecha-se a noroeste em frente à antiga câmara, para se abrir novamente no triplo arruamento em leque das ruas Macau de Baixo, do Meio e de Cima (MIRANDA, 2009, p. 22).



Rua da Boavista - Braga



Rua do Rosário - Diamantina

Outra diferença marcante é que, é comum, principalmente em cidades tidas como barrocas (ARGAN, 1986) que edifícios monumentais, como Igrejas, sejam estes construídos em áreas abertas, em largos. Mas quanto à Sé de Braga (construção iniciada no século XI e tendo sua última grande modificação no XVIII, depois de passar por uma grande mudança na frontaria para se adequar ao gosto barroco no século XVII), essa se encontra quase escondida entre becos (como é possível observar no mapa abaixo), tendo apenas sua entrada principal voltada para uma rua larga e de fácil acesso. Em contrapartida, a Catedral de Santo Antônio em Diamantina, erguida em meados do século XX, mas no mesmo local da antiga igreja de Santo Antonio, tem um acesso

privilegiado de todo o centro, passando a impressão de que as ruas que a rodeiam irradiam dela, formando um largo com vários acessos.

Miguel Sopas de Melo Bandeira traz, em seu livro *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, uma comparação entre a cidade de Braga e uma aranha, tendo um corpo pequeno e pernas longas, pensando o corpo da “aranha” como sendo o espaço intra-muralhas, e suas pernas o novo arrumamento extra-muros que começou a ser idealizado por D. Diogo de Sousa já no século XVI. Em escala menor, o mesmo pode ser observado em Diamantina, tendo a Paróquia de Santo Antonio como o corpo da “aranha” e, como pernas, as suas ruas adjacentes (BANDEIRA, 1993).

Tal como os membros de uma aranha, dispostos em forma radial, por estas vias se processava o crescimento urbano espontâneo, de forma que os espaços livres iam sendo colmatados pelo enfileiramento de novas construções a longo destas artérias que criam simultaneamente ruas e estradas (BANDEIRA, 2000, p. 131).

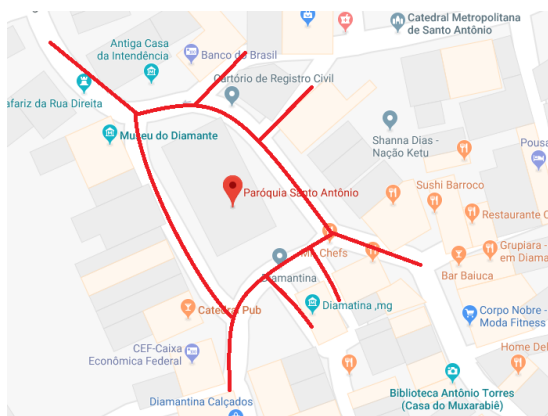


Figura 1 - Paróquia de Santo Antônio – Diamantina

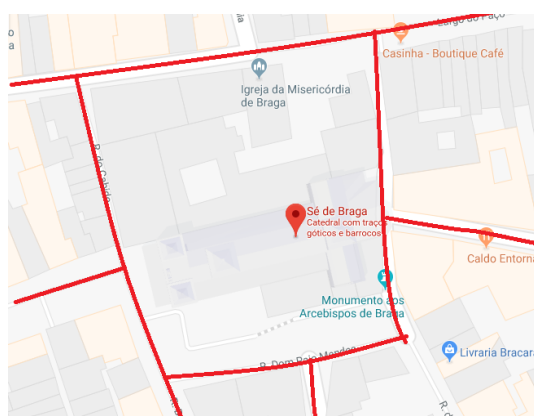


Figura 2 - Sé de Braga - Braga

O que assemelha as duas construções é que ambas aparecem com uma posição de centralidade em relação às demais construções, sendo possível notar que a Sé de Braga ocupa este local de destaque em relação à muralha erguida na Idade Média, onde anteriormente havia o templo da deusa Ísis. E como já mencionado, a Catedral de Diamantina passa essa imagem de irradiadora, como centro geográfico do “centro histórico” diamantinense.

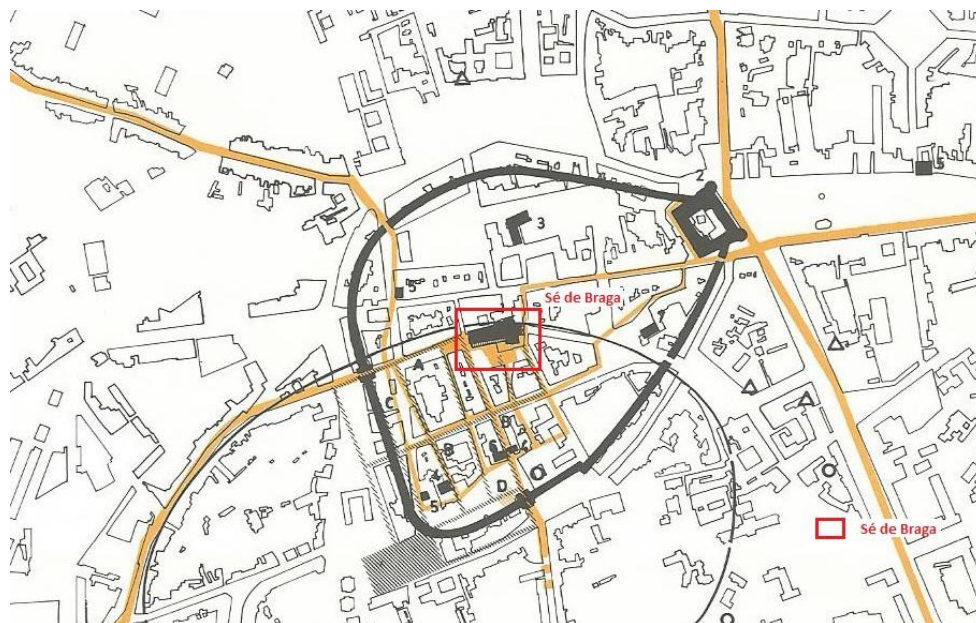


Figura 3 - Posição da Sé de Braga em relação à muralha

Uma das marcas do trabalho urbanístico de D. Diogo de Sousa foi a abertura da Rua Nova, uma continuidade da Rua do Souto em Braga, cruzando todo o eixo Este-Oeste intramuros, e a abertura de uma nova saída da cidade, segundo Bandeira, essa nova rua se adéqua ao conceito renascentista de rua principal retilínea, que por sua vez, pode ser comparada ao que acontece na Rua Direita em Diamantina, apesar de não tão retilínea, devida geografia do terreno, o conceito parece o mesmo, “além de facultar o acesso ao numeroso edificado que para elas vertia, a *rua principal retilínea, maninha conexões directas com as vias regionais de comunicação*”, com uma pequena diferença, no caso de Braga “sua *função principal foi facilitar a mobilidade entre as partes da cidade, que de modo crescente se estabeleciam com ajuda de carruagens*” (BANDEIRA, 2000, p. 121), já em Diamantina, não era feito o uso de carruagens, também devido à geografia do Arraial (MIRANDA, 2009). Além disso, a utilização das duas ruas, hoje, se converte, sendo majoritariamente comercial, sendo que na Rua Direita existem 23 estabelecimentos comerciais e apenas 3 que são apenas de moradia, enquanto, já nas Ruas do Souto e Nova, no século XVIII eram contabilizadas 153 casas e 141 delas “possuem portas à largura de todo o seu espaçamento, o que significa uma predisposição do piso térreo” à atividade mercantil (BANDEIRA, 2000, p.124)

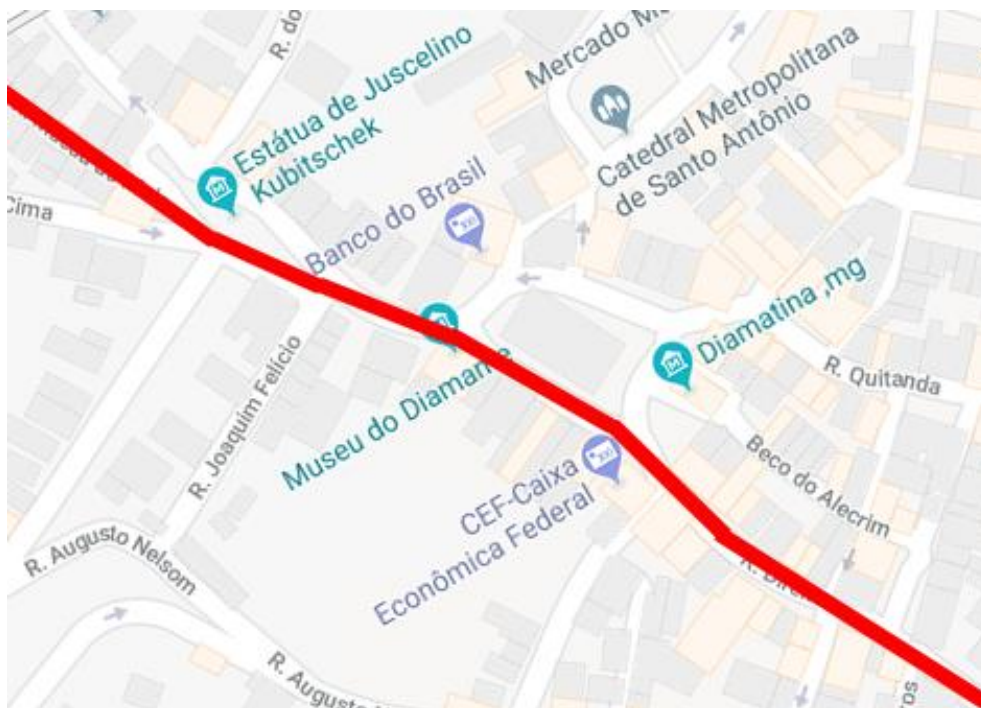


Figura 4 - Em vermelho - Rua Direita em Diamantina

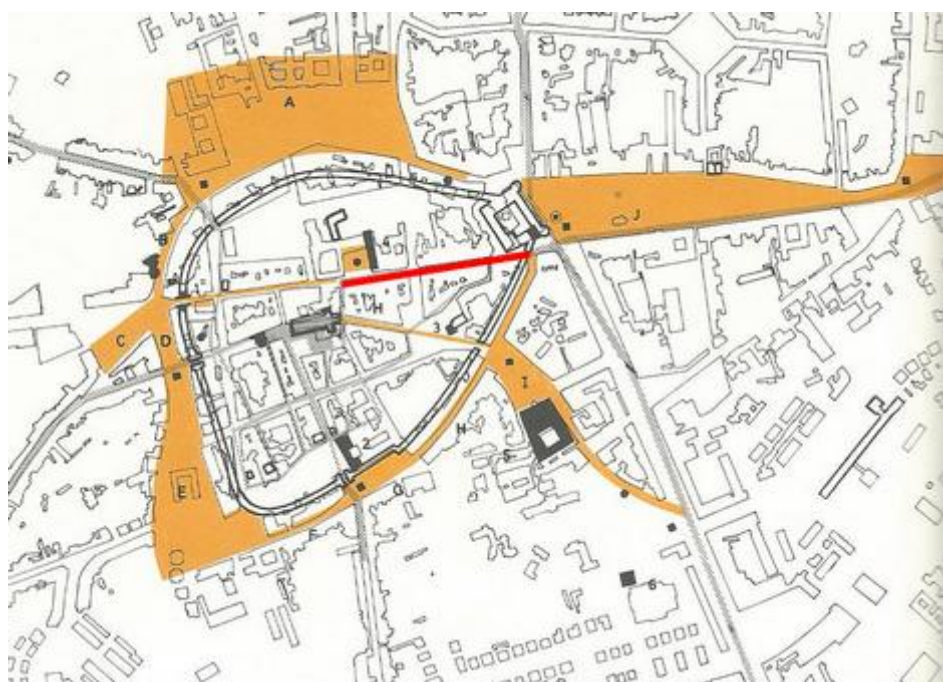


Figura 5 - Em amarelo as mudanças feitas por D.Diogo de Sousa e a linha em vermelho marca a porção da Rua do Souto que já existia antes de suas intervenções

- **Panorama**

Tratando do arruamento das duas cidades, é imprescindível mencionar a quantidade de becos existentes, que fazem ligações entre as ruas principais, sendo alguns tão estreitos onde, hoje, não é permitida nem a passagem de carros, e existem ainda alguns, como o caso da Rua das Violinhas (Braga), onde até mesmo a passagem de duas pessoas lado a lado é complicada, e ainda alguns como o Beco da Tecla (Diamantina) que se tornou um lugar conhecido, com muita visitação turística, devido ao evento gastronômico “Café no Beco” que acontece todos os domingos.



Figura 6 - Rua da Violinha (Braga)



Figura 7 - Beco da Tecla (Diamantina)

A partir dos registros do século XVIII, observando as ruas das duas cidades pelo conjunto arquitetônico que remanesce, outro ponto vale a pena ser mencionado: as fachadas das construções diamantinenses são, do ponto de vista estético, mais homogêneas, onde grande parte de suas fachadas apresentam-se pintadas em branco com janelas e portas variando entre tons de azul, verde, vermelho e marrom; enquanto as construções bracarenses, que apesar de muitas vezes se apresentarem muito sóbrias, em sua maioria nota-se uma grande quantidade de cores e revestimentos, além de imensa variedade de detalhes construtivos.

Fica evidente, nas fotos a seguir, a diferença no uso das cores, detalhe interessante é que em todas as molduras das janelas da Rua São Victor é mantida a cor

original das pedras, enquanto o interior delas (em guilhotina) é pintado em branco que tem correspondência com as janelas da rua Praça Conselheiro Mata. A grande diferença fica por conta do antagonismo na utilização das cores, enquanto nas fachadas bracarenses essas estão concentradas no corpo da fachada, na diamantinense estão nas molduras das janelas e portas apenas, mantendo o corpo da fachada branco.



Figura 8 - Praça Conselheiro Mata (Diamantina)



Figura 9 - Rua de São Victor (Braga) – Google SteetView



Figura 10 - Rua do Souto (Braga)

Em meados do século XVIII se iniciou a construção da Igreja de São Francisco, em Diamantina, tendo como uma de suas particularidades a pintura da capela mor realizada pelo artista bracarense José Soares de Araújo. Uma das coisas interessantes acerca dessa Igreja é o modo como foi posicionada, ocupando lugar de destaque em relação ao restante das construções, tendo sido feito um aterramento do terreno, tornando seu sítio mais elevado e tendo em sua entrada uma “escadaria monumental em dois lances que ocupa toda largura frontal” (MIRANDA, 2009, p. 124) do edifício. Situação similar ocorre com a Igreja de São Victor, erguida no final do século XVII, em Braga, também posicionada em largo aberto, em plataforma elevada no ângulo entre duas ruas, onde a principal diferença entre seu posicionamento é quantidade de degraus e a inclinação da escadaria, sendo o exemplar de Braga menos inclinada e com mais degraus. Vale ser mencionado que a Igreja de São Victor é a única das igrejas de Braga que apresenta tal estrutura (sítio elevado com escadaria), mas em Diamantina é possível ver a mesma configuração na capela do Senhor do Bonfim.



Figura 11 - Igreja de São Francisco – Diamantina
Braga



Figura 12 - Igreja de São Victor –

É interessante notar que, quando Selma Melo Miranda fala sobre a demarcação de terrenos e arruamentos no Arraial do Tejuco, no livro *A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina* (2009), ela menciona que as grandes áreas, destinadas a hortas e pomares nas extremidades sudeste, nordeste e noroeste do quadrilátero central do Arraial eram cercadas por muros definitivos construídos de taipa de formigão (barro com pedras e cascalhos agregados), o que os diferenciava das construções mais centrais do Arraial, feitas geralmente de taipa de pilão. Segundo ela, essa configuração servia como uma forma de ordenação do povoamento, e também gerava um “cinturão formado pela sequência contínua dos muros de fundo dos terrenos, somente aberta em alguns poucos pontos de saída do arraial” (MIRANDA, 2009, p.35). O que se observa, através da análise do mapa de 1784 é que, nessa porção central protegida por este “cinturão”, existia um maior adensamento do número de construções e loteamento, comparável ao que acontece na região central de Braga protegida pela muralha erguida na Idade Média.



Figura 13 – Recorde da Planta do Arraial do Tejuco (1784)



Figura 14 - Recorde da Reconstituição do Espaço Urbano de Braga (1750)

Miranda (2009) diz que, um dos indícios da intenção ordenadora que esteve presente no processo de arruamento do Arraial do Tejuco é que existe uma

definição de marcos de fechamento das perspectivas das principais ruas: a do Carmo fecha-se pela casa do contrato; a o contrato pela casa de Chica da Silva; a do Rosário pelas igrejas do Rosário e Amparo; o Largo do Bonfim pelo sobrado que abriga a Secretaria de Cultura ; o prolongamento da Rua Direita, além da matriz, pela igreja São Francisco (MIRANDA, 2009, p. 30).

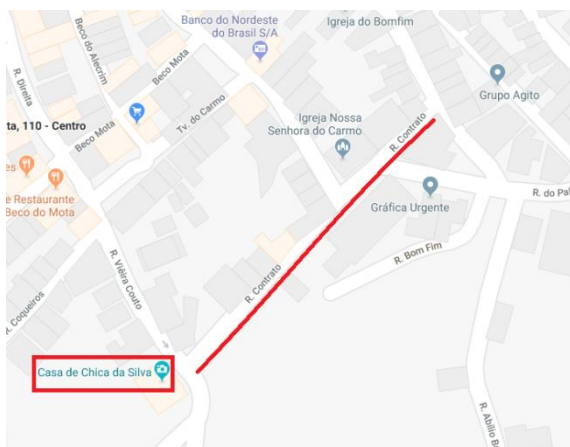


Figura 15 - Rua do Contrato (Diamantina)

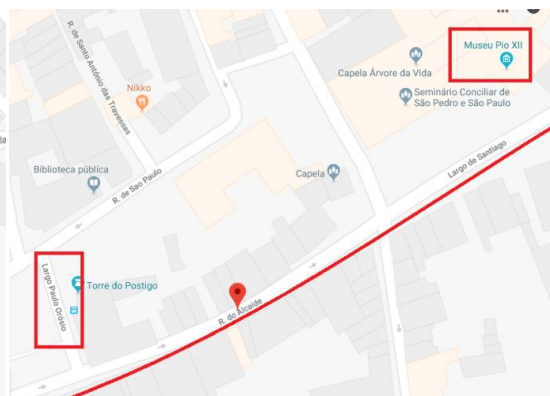


Figura 16 - Rua do Alcaide (Braga)

Quanto a Braga, analisando através dos mapas presentes no livro *Braga Evolução da Estrutura Urbana* (1982) de Eduardo Pires de Oliveira, em comparação com fotos atuais da cidade, percebe-se que a maioria dos espaços urbanos projetados a partir das ações de D. Diogo de Sousa (1505) até o período chamado pelo autor de “barroco tardio”, entre 1725 e 1850, recebem uma forma de “marco de fechamento” também, sendo largos, campos, ou igrejas. Como exemplos é possível notar a Rua Alcaide, que termina no Largo Paulo Orósio em um sentido, e no outro no Museu Pio XII, e no “fechamento” da Rua Dom Paio Mendes com a Catedral da Sé de Braga; este último que pela perspectiva, alinhamento das construções, pela presença de construções de mais de um piso e pelo calçamento em pedra, assemelha-se à Rua da Quitanda (Diamantina), com seu “fechamento”, no entanto, com um enorme sobrado.



Figura 17 - Rua da Quitanda (Diamantina)



Figura 18 - Rua Dom Paio Mendes (Braga)

Em ambas as cidades nota-se uma preferência por edificações de dois andares, Miranda diz que no Tejuco isso ocorre com a necessidade de construções mais permanentes e espaços especializados. “Os edificios se conformaram aos lotes mais estreitos, que receberam sobradinhos com seu corredor lateral aberto da rua ao quintal, (...) (sendo) muito comum o uso comercial das salas da frente: a família em cima e a venda embaixo” (MIRANDA, 2009, p.37), como pode ser observado na imagem 13.

Com dados mais precisos, Oliveira (1993) diz que 52% das edificações residências bracarenses possuíam 2 pisos, o que equivale a aproximadamente 1232 residências. Uma das ruas onde é possível notar isso claramente é na Rua de São Domingos, onde grande maioria das casas é nesse formato.



Figura 19 - Casa na Rua do Amaparo (Diamantina)



Figura 20 - Casa na Rua de São Domingos (Braga)

Uma coisa muito comum em diversas praças e largos bracarenses é a presença de chafarizes e fontes, sendo estes posicionados na maioria das vezes em posição central, em relação à área aberta, em menor número encontramos alguns, como o do Largo Senhora-a-Branca, aberto no século XVIII, em uma posição e com características relativamente semelhantes ao que existe na lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no Arraial do Tejuco, sendo este uma obra 1787.

Além de ambos estarem nas laterais das igrejas, com a diferença de que o da Igreja do Rosário se encontra na lateral frontal e o da Igreja Senhora-a-Branca na lateral traseira, sua forma coincide, como um retângulo vertical, finalizados com um frontão detalhado com formas semicirculares. Interessante notar que na foto da esquerda os semicírculos são côncavos, e na da esquerda, convexos. Além disso, apresentam um tanque retangular, e são emoldurados com pilastras. Como diferenças principais é possível notar a diversidade no requinte dos detalhes, principalmente entre as carrancas.

No chafariz de Diamantina nota-se uma inscrição quase totalmente apagada, mas ainda é possível ler parcialmente um nome, que parece ser do antigo Governador da Capitania de Minas Gerais, “Luís da Cunha Menezes”, acompanhando abreviações dos pronomes de tratamento “ilustríssimo” e “excelentíssimo”, e abaixo o que parece ser “concertado em” e por fim um número ilegível.



Figura 14 - Chafariz da Igreja Nossa Senhora do Rosário (Diamantina)



Figura 15 - Chafariz da Igreja Senhora-a-Branca (Braga)

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Diamantina) é um caso particular da arquitetura brasileira setecentista, é a única da cidade construída com sua torre no fundo, uma configuração arquitetônica um tanto comum na cidade de Braga, podendo ser observado em várias igrejas, como a de São Victor, São Vicente, São Sebastião das Carvalheiras, São Pedro de Maximinos e Igreja dos Terceiros de São Francisco.

Uma suposição de que esta peculiaridade tenha aparecido no Tejuco seria de que o bracarense José Soares de Araújo poderia ter tido participação no projeto arquitetônico da igreja, visto que desde 1760 ele trabalhava na ornamentação interna da igreja.



Figura 20 - Vista frontal da Igreja Nossa Senhora do Carmo (Diamantina)



Figura 21 - Vista lateral da Igreja Nossa Senhora do Carmo (Diamantina)



Figura 22 - Vista frontal da Igreja Senhora-a-Branca (Braga)



Figura 23 - Vista posterior da Igreja Senhora-a-Branca (Braga)

- **Construções com apenas 1 piso.**

Tendo como base o *Mappa das Ruas de Braga*, as habitações de 1 piso são uma parcela muito pequena do total, correspondendo a 19, 91%, restando poucos exemplares destas hoje, foram encontradas muitas em situação precária e em ruínas, algumas poucas que ainda são habitadas no percurso analisado estão em péssimo estado de conservação. No caso de Diamantina, foram encontradas em maior quantidade em sua maioria habitada e em bom estado de conservação.

Entre as construções bracarenses observadas foi possível notar um padrão construtivo de uma porta e uma janela, sem grandes preocupações que ambas sejam no mesmo estilo ou material. Em Diamantina, na região analisada, apenas foram

encontradas duas construções com a configuração citada, a maioria das casas de 1 piso possui pelo menos 2 janelas, chegando a no máximo 5; as portas são sempre em madeira, algumas sem nenhum ornamento, outras com almofadas e ainda outras com porta dupla, as janelas variam entre bandeiras de madeira, guilhotina com vidro e uma combinação das duas; já o moldura delas varia entre verga reta e alteada, com cores variam mais comumente entre vermelho, verde, azul e marrom.

O que apreço na configuração das construções em comum é que sua maioria é feita geminada, ou de parede-meia, com presença de beiral, onde nas construções diamantinenses este costuma ser mais saliente e em alguns casos com cachorros.



Figura 24 - Beco da Tecla (Diamantina)



Figura 25 - Rua de Guadalupe (Braga)



Figura 26 - Rua do Amparo (Diamantina)



Figura 27 - Rua de São Domingos (Braga)

- **Edifícios com 2 pisos.**

As casas variam, possuindo nas fachadas entre 1 e 6 janelas, e 1 e 6 portas no piso térreo, comumente edifícios comerciais tem um número maior, no segundo piso ficam entre 2 e 7 janelas (ou porta-sacadas), sendo a exceção a antiga Casa do Contrato que têm 10 janelas no segundo piso e 9 no primeiro.

Facilmente nota-se que nas construções de dois pisos o nível de detalhamento ornamental é bem maior. Em relação à Diamantina, estes aparecem em sacadas, geralmente isoladas, de ferro trabalhado, e a pintura mantém o mesmo padrão de cores já citado, janelas variando entre uma e duas bandeiras de madeira, guilhotina com vidro e uma combinação dos dois tipos; com molduras de madeira em formato de verga reta

ou alteada; naquelas casas com sacada são comuns no segundo piso portas-sacadas, com a bandeira superior com caixilho em formas ornamentais fechadas com vidro. São comuns cornijas em madeira e cachorros no beiral, e moldura das fachas com meias colunas.

As construções bracarenses são mais ornamentadas, com molduras de janelas e portas em pedra, em formato de vergas retas, alteadas ou ainda esculpidas, encontrando em alguns um requinte maior nas centrais, poucas são as de verga em ponta ou arco pleno; contam também com bandeiras decoradas. Em poucos casos aparece a combinação de bandeiras de madeira com vidro, é comum janelas em caixilho e vidro, ou em guilhotina ou com bandeiras duplas no caso de sacadas. Nas construções de 2 pisos começam a aparecer cores mais chamativas no corpo das fachadas com amarelos e vermelhos e revestimos decorados. Também nota-se cornijas e consolos embaixo das sacadas em pedra, assim como a moldura das fachadas, que como as de Diamantina são meias colunas.

Entre as imagens analisadas, o número de portas no piso térreo variam também entre 1 e 6 e de janelas entre 1 e 4; no piso superior essas variam entre 2 e 7, contando com portas-sacadas.

As imagens a seguir referem-se a dois sobrados que apresentam configuração arquitetônica semelhante, o número de portas e janelas, sacadas em ferro, portas-sacadas de duas bandeiras com caixilho de madeira e vidro, porta inferior com almofadas e meias colunas emoldurando a fachada.



Figura 28 - Rua do Bonfim (Diamantina)



Figura 29 - Rua D. Frei Caetano Brandão (Braga)

As imagens a seguir são duas construções com menos detalhamento, sem sacadas, e com duas portas centrais; à esquerda com janelas em caixilho em duas bandeiras e portas em madeiras com almofadas, a da direita com janelas de guilhotina e portas simples.



Figura 30 - Rua D. Afonso Henriques (Braga)



Figura 31 - Rua do Amparo (Diamantina)

As seguintes contam com mais detalhes, a esquerda, com sacadas isoladas em todas as aberturas do segundo piso, com cinco portas-sacadas de caixilhos e abertura em duas folhas com uma bandeira na parte superior com caixilhos trabalhados (figura 34) e sacadas em ferro. No sobrado da direita a sacada corrida fica na parte central do prédio, abrangendo três das cinco janelas, todas possuem a moldura em pedra esculpida, e janelas de caixilhos abrindo em duas folhas; as três portas centrais do piso térreo tem detalhes na moldura no mesmo estilo das do andar superior, sendo todas as portas do andar inferior portas-vitrines, o detalhe que diferencia o edifício dos demais mostrados até agora fica por conta da fachada revestida com pastilhas decoradas (figura 35).



Figura 32 - Rua d Bonfim (Diamantina)
(Braga)



Figura 33 - Rua Dom Frei Caetano Brandão



Figura 34 – Detalhe da figura 32



Figura 35 - Detalhe da figura 33

- **Edificações com três pisos**

As construções com 3 pisos em Diamantina são em número extremamente reduzido, principalmente tendo como guia construções do século XVIII. Interessante notar que todas possuem sacadas, mas são predominantemente encontradas no segundo piso, em apenas um caso, na Rua Direita existe uma construção com sacada no terceiro. Em todas o piso térreo é destinado a fins comerciais, pode ser devido a isso que o número máximo de janelas na fachada deste nível seja 2, enquanto o número de portas varia entre 2 e 5; já no segundo piso as portas-sacadas variam entre 3 e 7, sendo este andar o que possui um maior detalhamento ornamental, o diferencial em relação às construções de 2 pisos aqui fica por conta do suporte para iluminação que aqui aparece em quase todas as construções. No terceiro piso o número de janelas varia entre 3 e 5, e na já mencionada casa da Rua Direita neste piso ainda possuem duas portas-sacadas; todas as janelas são com moldura em verga reta e de guilhotina, com apenas 2 construções onde a bandeira superior apresenta caixilhos trabalhados.

Como é possível notar pela imagem abaixo (figura 36), as construções de 3 pisos em Braga são muito diversificadas e muito ricas em detalhes, mesmo assim ainda é possível notar numerosa quantidade de janelas com vergas retas, sacadas tanto aparecem no segundo como no terceiro piso, mas é raro sacada em toda extensão das fachadas, há uma presença maior de construções com revestimentos. O número de janelas no primeiro piso costuma variar entre 1 e 6, e de portas entre 1 e 5; no segundo piso entre

janelas e portas –sacadas o número varia entre 2 e 7; já no terceiro os números ficam entre 2 e 7.



Figura 36 - Largo Senhora-a-Branca - Braga

As seguintes imagens apresentam uma comparação entre edifícios de três pisos que possuem configuração semelhante, com destaque para a maior ornamentação no segundo piso.



Figura 37 - Beco da Tecla (Diamantina) piso 1 e 3



Figura 38 - Beco da Tecla (Diamantina) pisos 2



Figura 39 - Rua dos Biscainhos (Braga)



Figura 40 - Rua da Quitanda (Diamantina)



Figura 41 - Rua do Alcaíde (Braga)



Figura 42 - Rua do Bonfim (Diamantina)



Figura 43 - Avenida Principal (Braga)

- **Construções com 4 pisos.**

Não existem construções com 4 pisos no centro histórico de Diamantina, sobre a presença desse tipo de edificação em Braga, e representação deles no *Mappa das Ruas de Braga (1750)*, Eduardo Pires de Oliveira comenta:

São apenas 2,79% intramuros e 0,2% extra, no total global de 0,9%. São tão poucos que quase só merecem ser referidos por questões de estatísticas. Extramuros há apenas 3 casas, cada uma na sua rua; dentro das muralhas há 18, sendo 4 ruas com 1, 2 ruas com 2 e, o que levanta alguma perplexidade, há 10 edifícios com 4 pisos na rua Nova (OLIVEIRA, 1993, p.32).

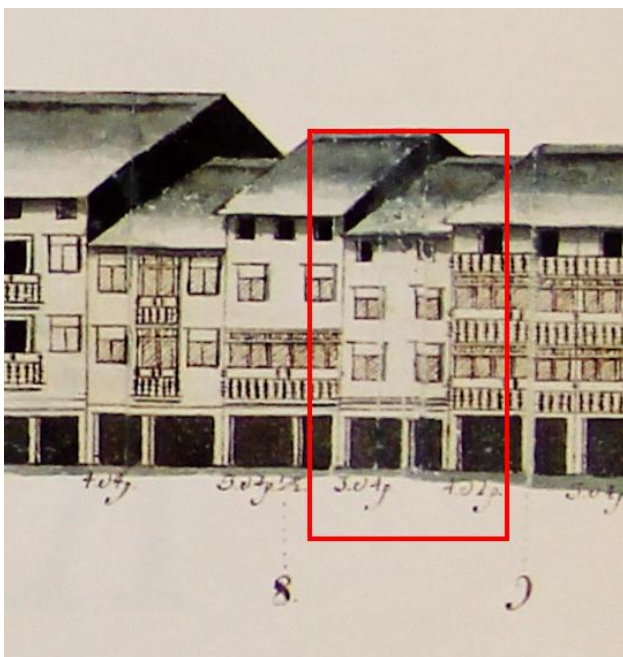


Figura 44 - Rua D. Diogo de Sousa - antiga Rua Nova (Braga)

Figura 45 - Recorte do *Mappa das Ruas de Braga* (1750)

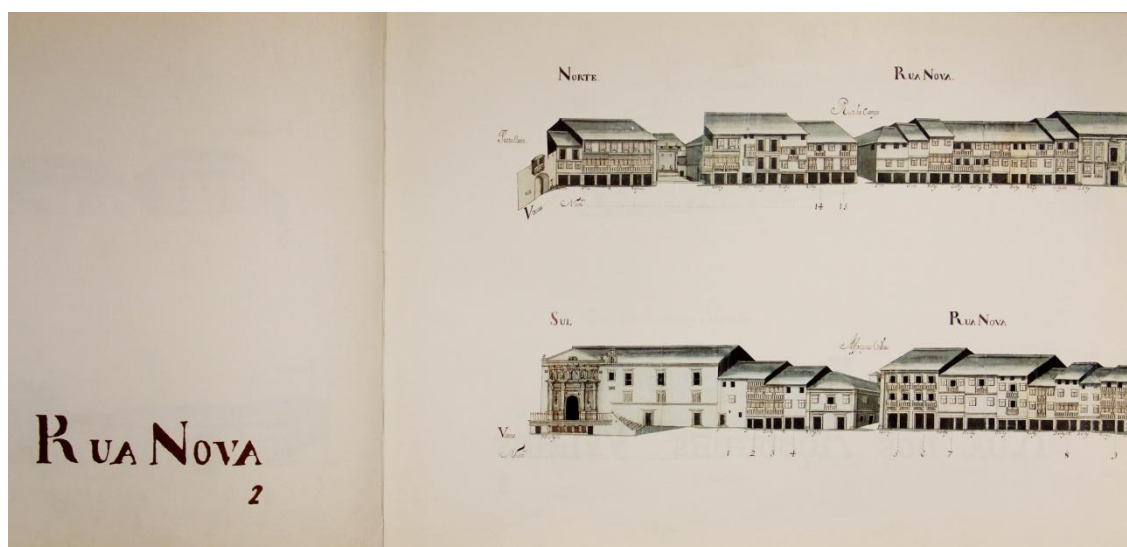


Figura 46 - Página do *Mappa das Ruas de Braga* (1750) - Rua Nova, atual Rua D. Diogo de Sousa

- **Janelas**

Exemplares de janelas em guilhotina de madeira em Diamantina e Braga, com moldura azul também em madeira.



Figura 47 - Rua Direita (Diamantina)



Figura 48 - Rua do Janes (Braga)

Janelas com verga em arco pleno, à direita de Diamantina, com moldura em madeira, à esquerda de Braga com moldura em pedra, ambas com bandeira fixa e pinásios formando desenhos com caixilhos dispostos na parte superior das folhas duplas, com diferença na profundidade em que os caixilhos se encaixam à moldura, na imagem da direita o encaixe parece feito por dentro e na imagem da esquerda este é feito rente à fachada externa.



Figura 49 - Rua do Palácio (Diamantina)



Figura 50 - Rua de São Victor (Braga)

Janelas com vergas em ponta, à esquerda, imagem de Diamantina, com bandeira fixa e pinásios formando desenhos, caixilhos e moldura em madeira; à direita, imagem de Braga, também com moldura fixa, caixilhos de madeira e moldura de pedra, detalhe na parte inferior da janela com gradil de ferro.



Dois exemplares de janelas fechadas com glosias, na imagem da esquerda glosias divididas em duas bandeiras e moldura em verga reta de madeira, na direita janela inteira coberta de glosia, deixando transparecer pouco da parte interna, mas parecem ser duas bandeiras de vidro e madeira.



Figura 51 - Rua do Amparo (Diamantina)



Figura 52 - Rua do Carmo

- **Portas-sacadas**

As imagens a seguir são duas portas-sacadas isoladas com verga reta, ambas possuem caixilhos de madeira com vidro e estes não se estendem por todas as duas

folhas das portas duplas e sacadas em ferro; a imagem da esquerda, de Diamantina ainda apresenta iluminação nas laterais e pinhas nas extremidades frontais da sacada.



Figura 53 - Rua direita (Diamantina)



Figura 54 - Avenida Cenral (Braga)

Portas-sacadas, à esquerda em Braga, em sacada corrida, porta com moldura em pedra e verga alteada terminada com friso, de Diamantina à direita, sacada isolada, porta com moldura em madeira também em verga alteada, as duas apresentam suporte de iluminação, e porta com duas bandeiras e caixilhos com vidro. Na sacada da imagem esquerda nota-se duas pinhas, já na imagem da direita, vasos de flores.



Figura 55 - Avenida Central (Braga)



Figura 56 - Rua do Amparo (Diamantina)

Duas portas-sacadas com vergas de nível; a da esquerda bracarense em pedra e a diamantinense à direita em madeira, ambas com bandeira fixa e pinásios formando desenhos, caixilhos dispostos na parte superior das folhas das portas duplas, ambas possuem suporte para iluminação e a diamantinense ainda tem um friso de madeira na parte superior do portal.



Figura 57 - Avenida Central (Braga)



Figura 58 - Rua do Bonfim (Diamantina)

As seguintes imagens seguem modelo parecido com das duas anteriores, com destaque para possuírem sacadas isoladas e verga alteada.



Figura 59 - Rua Conselheiro Mata (Diamantina)



Figura 60 - Rua as Oliveiras (Braga)

Em Diamantina existem várias sacadas e janelas em treliças, sendo muxarabis não completos, o único exemplar que conta com uma constituição completa, sendo todo o balcão coberto de treliças é o encontrado na Rua da Quitanda, conhecida como Casa do Muxarabi, casa tombada pelo IPHAN em 1950, hoje abrigando a Biblioteca Antonio Torres.

A forma original do muxarabi que chega ao Brasil consiste em um balcão saliente, apoiado geralmente em cachorros de madeira, com janelas protegidas por uma trama de madeira justaposta, que não se cruzavam. Luiz Fernando Marcondes em *Dicionário de Termos Artísticos* define o muxarabi como “Balcão mourisco protegido por toda a altura por treliças, para impedir a devassa de vista. Corrente em Portugal se estendeu à arquitetura brasileira” (MARCONDES, p. 197), no livro *Barroco Mineiro* *Dicionário De Arquitetura E Ornamentação* o texto utilizado para definir muxarabi confirma o que José Wasth Rodrigues (1995) e Estêvão Pinto (1975) apontam, como o exemplar encontrado em Diamantina sendo o único original encontrado no Brasil.

BALCÃO mourisco protegido em toda a altura da janela, por grade de madeira (TRELIÇAS) de onde se pode ver, mas não ser visto. Seu uso foi comum na arquitetura colonial mineira, mas o único exemplar autêntico da espécie que ainda resta encontra-se em um SOBRADO de Diamantina. (ÁVILA, GONTIJO, MACHADO, 1996, p. 64)

Os muxarabis aparecem primeiro em construções militares, como forma de defender as portas e janelas de castelos medievais, com o tempo passam a ser utilizados para defender habitações particulares. Segundo Estêvão Pinto, os muxarabi apresentam relação de parentesco com os belesteiros (mâchicoulis), que são fortificações, em formato de balcões, geralmente encontradas em altos de torres. Eram utilizados como forma de defender as entradas dos castelos. (PINTO, 1975)

Ainda segundo Estêvão Pinto a palavra muxarabi significa “*o sítio das bebidas, e local onde se punham as bilhas a fim de refrescar a água*”. *Maxrab* quer dizer, em árabe, “chafariz”, e *maxrabia* “moringa” ou “quartilha”. A origem comum é o verbo *xariba*, “beber”. A sinédoque – a *moringa*, em vez de o *lugar da moringa*” (PINTO, Estêvão, 1975, p. 67). Logo os muxarabis unem dois aspectos, de um lado a segurança que vem de sua utilização desde a Idade Média, e de outro o frescor em conjunto a uma espécie de correção da luminosidade tropical, permitidos pela passagem de vento e luz entre o trançado em madeira.

Um outro aspecto que pode ser observado ao uso do maxarabi, está ligado ao fato que quem está por dentro da janela não poder ser visto, mas tem total visão do exterior, trazendo para si uma ideia de zelo, ou mesmo ciúmes. Eduardo Oliveira acredita que em Braga a relação entre o muxarabi e a privacidade, e a ideia de esconder o que ou quem está dentro, tem relação direta com a Contra Reforma, visto que foi um tempo onde o recato era extremamente visado. (OLIVEIRA, 1993)

O muxarabi era um *complexo cultural*, a que estavam relacionados numerosos costumes sociais de formação mourisca, logo absorvidos no Brasil com maior ou menos intensidade, - o hábito de a mulher não aparecer aos estranhos, de sair à rua com o rosto coberto, de viver com as penas cruzadas no tapete, de não frequentar certos lugares- tabus da casa... (PINTO, 1975, pág 85)

Os muxarabis se espalharam pelo Brasil, podendo ser observados em cidades das regiões mais distintas como Recife, Olinda, Bahia, São Paulo e várias cidades de Minas Gerais. Tendo desaparecido completamente do Rio de Janeiro graças à ofensiva do intendente Paulo Fernandes Viana (1758 – 1824), responsável pela segurança pessoal de D. João VI durante a transferência da corte para o Brasil. Tal atitude talvez se justifique por um medo do príncipe-regente que os muxarabis fossem usados para algum atentado,

visto que o cano de uma arma facilmente passaria entre as treliças, temor esse que teria fundamento em um atentado sofrido cem anos antes pelo Governador Sebastião de Castro e Caldas em Recife, onde levou um tiro de bacamarte, partido de uma casa antiga, onde poderia ter existido um muxarabi (PINTO, 1975), ou talvez os muxarabis tenham apenas sido vistos como uma solução estética antiquada diante de novas soluções como os gradis de ferro fundido e os vidros planos introduzidos pelos ingleses. (CORONA, 1972)

Em relação ao termo muxarabi, como conhecemos no Brasil, é interessante notar que na cidade de Diamantina é conhecido como Muxarabiê, tal fato pode ser resultante de uma adaptação do vernáculo francês Moucharabieh.

Para os padrões do século XVIII o arraial do Tijuco representava uma aglomeração considerável. Em 1732 sua população já era numericamente superior à da Vila do Príncipe, então a cabeça da comarca. No terceiro quartel deste século existiam cerca de 510 casas no arraial distribuídas entre dezenove vielas e habitadas por uma população livre que chegava a 884 pessoas. No princípio do século XIX, de acordo com as observações do viajante Saint Hilaire, havia ali cerca de seis mil habitantes e oitocentas casas. O viajante deu testemunho do ambiente de luxo e de abundância que ali o impressionara e do vigor do comércio local que oferecia dentre muitos produtos importados, louças inglesas e da Índia. Encontrou ali o ambiente intelectual mais fértil da capitania onde toda a elite instruída falava francês. (MAGNANI, 2013, pág. 99)

Maria Cláudia Magnani cita o muxarabi diamantinense como sendo herança direta da arquitetura Bracarense, além disso, faz o uso do termo em sua forma derivada do francês. “Pode-se identificar na arquitetura do Tijuco vários outros elementos que nos remetem ao Minho, especificamente à cidade de Braga, como a utilização de muxarabiê nas sacadas, os desenhos de janelas e varandas e a disposição do casario de uma maneira geral.” (MAGNANI, 2013, p. 136)

Segundo Eduardo Oliveira, os muxarabis devem ter aparecido na região de Braga no período da Contra Reforma, havendo assim já se enraizado no imaginário local quando o movimento migratório do Minho para Minas teve seu início. A partir da análise realizada por Oliveira do *Mappa das Ruas de Braga*, um álbum de desenhos datados de 1750, onde estão desenhados parte do casario da cidade organizado através das ruas, foi possível identificar 429 casas na cidade de Braga com a presença de gelosias, entre elas encontravam-se casas onde todo o segundo piso era escondido por gelosias e em outras havia apenas a cobertura de janelas de forma individual. A partir de

1860 os muxarabis começam a desaparecer devido a uma ideia de modernização arquitetônica, restando apenas dois exemplares em toda a cidade. (OLIVEIRA, 1993)

Seguem imagens dos últimos muxarabis que ainda restam nas duas cidades estudadas, à esquerda o muxarabi da Biblioteca Antônio Torres em Diamantina, que consiste em um balcão de gelosia verde “encaixado” em uma sacada de madeira com balaustrada vermelha, dividido em duas folhas permitindo sua abertura no meio, e ainda é encimado por uma bandera fixa onde a trama da gelosia é um pouco mais aberta. A direita está à imagem da Casa dos Crivos, localizado na Rua de São Marcos, Braga, este preenche toda a fachada e possibilita a abertura de pequenos retângulos, facilitando a visão; possui trama em branco emoldurado em verde.

Conforme nos mostra o *Mappa* a cidade (de Braga) estava, nas suas ruas comerciais, repleta deste tipo de cobertura; e um pouco menos e de forma irregular nas outras não havendo, por exemplo, nenhuma no complexo urbanístico do Campo Novo. São 33,96% intramuros e 13,79% extra, num total global de 19,83% (OLIVEIRA, 1993, p.34).

Apesar da casa diamantinense e a bracarense serem muito diferentes, é inegável a importância ornamental do muxarabi em ambas, Seguem imagens dos últimos muxarabis que ainda restam nas duas cidades estudadas, à esquerda o muxarabi da Biblioteca Antônio Torres em Diamantina, que consisteem um balcão de gelosia verde “encaixado” em uma sacada de madeira com balaustra davermelha, dividido em duas folhas permitindo sua abertura no meio, e ainda é encimado por uma bandeira fixa onde a trama da gelosia é um pouco mais aberta. A direita está à imagem da Casa dos Crivos, localizado na Rua de São Marcos, Braga, este preenche toda a fachada e possibilita a abertura de pequenos retângulos, facilitando a visão; possui trama em branco emoldurado em verde.



Figura 61 - Biblioteca Antonio Torres (Diamantina)



Figura 62 - Casa dos Crivos (Braga)

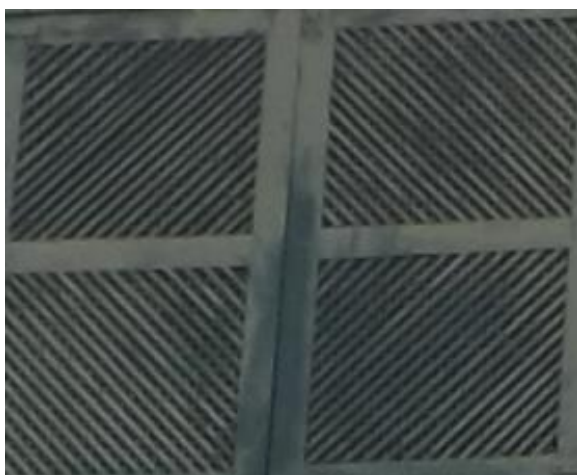


Figura 63 - Detalhe da figura 61



Figura 64 - Detalhe da figura 62

- **Portas**

A seguir duas portas moldura reta com almofadas pouco salientes e retangulares, a imagem da esquerda, uma porta de Diamantina, apresenta as almofadas um pouco mais estreitas.



Figura 65 - Rua do Amparo (Diamantina)



Figura 66 - Rua do Souto (Braga)

Seguindo, duas portas de verga alteada e composição em almofadas, à direita, bracarense, apresenta almofadas menos salientes e bandeira fixa na sua porção superior com trabalho em ferro.



Figura 67 - Rua Santa Margarida (Braga)



Figura 68 - Rua Macau de Cima (Diamantina)

Nas seguintes imagens notam-se duas portas com cores muito diferentes, mas com detalhes ornamentais muito similares, o grande diferencial estrutural fica por conta de como as portas são abertas, à esquerda, é de folha dupla vertical, e a da direita, diamantinense de folha dupla horizontal.



Figura 69 - Rua das Oliveiras (Braga)



Figura 70 - Rua do Burgalhau (Diamantina)

- **Fechaduras**

Os espelhos de fechaduras nas duas cidades, em sua maioria, são muito diferentes, os bracarenses observados aparecem sempre maiores ou com mais detalhamento que os diamantinenses. Como pode ser visto nas imagens a seguir.



Figura 71 - Rua do Bonfim (Diamantina)



Figura 72 - Rua São Gonçao (Braga)

Mesmo que entre grande número dos espelhos observados haja grande diferença, ainda assim foram encontrados alguns com formas semelhantes, como os das imagens a seguir, o da esquerda, bracarense, mais detalhado, com recortes no meio do espelho de ferro, enquanto da direita, diamantinense tem apenas os cortes externos.



Figura 73 - Rua São João (Braga)



Figura 74 - Rua do Bonfim (Diamantina)

Nas próximas peças a situação parece se inverter, a forma dos espelhos continua bastante similar, principalmente a parte superior, mas é o exemplar de Diamantina que parece mais trabalhado.

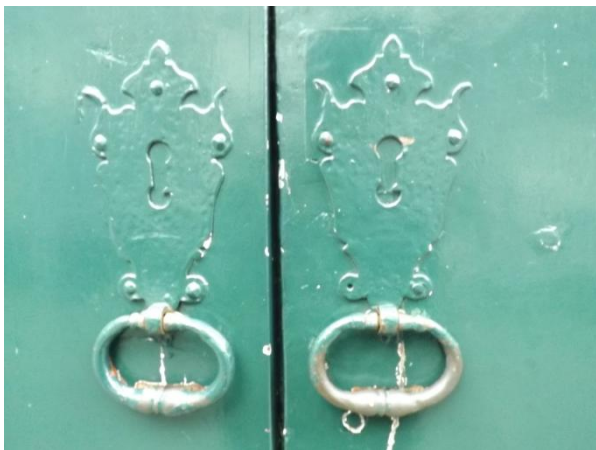


Figura 75 - Praça Conselheiro Torres Almeida (Braga)

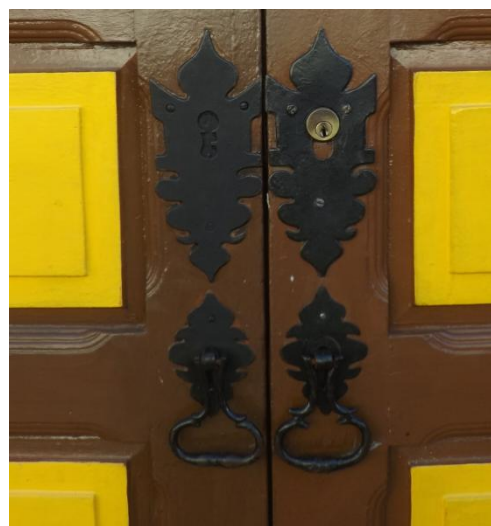


Figura 76 - Rua Espírito Santo (Diamantina)

Com esse roteiro de imagens, produzidas pelo olhar do historiador da arte, ao visitar as duas cidades, foi possível realizar um estudo comparativo formal, embora em moldes de amostragem. Partimos de elementos mais amplos, como os mapas das duas cidades, seus arruamentos e fomos nos aproximando dos dois núcleos urbanos, observando seus edifícios monumentais, religiosos, e seus edifícios civis, chegando aos

detalhes de suas fachadas, suas portas e janelas até um olhar de muito perto, capaz de comparar detalhes de ornamentação, como os metais nas fechaduras das portas. A ligação histórica entre a cidade de Braga, ao norte de Portugal, e a cidade de Diamantina, em Minas Gerais, no Brasil foi estabelecida pela historiografia devido ao grande número de imigrantes provenientes da cidade portuguesa com destino à terra de diamantes e ouro. Nesse fluxo populacional, compreende-se que houve também um fluxo cultural e artístico, com a vinda de artífices, artistas, formas e saberes de um lugar a outro. Nesse estudo comparativo, porém, pudemos observar semelhanças e dessemelhanças entre Braga e Diamantina, sobre edificações, partes e fragmentos do passado que remanesceram em ambas e que podem ser vistas pelo observador contemporâneo como estratégia para reconhecer um passado em comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda historiografia presente nesse estudo ajuda a compreender a grande diversificação que é possível que se encontre no que tange a construção e interpretação da cidade, ainda mais relacionado à cidade portuguesa, como podemos notar com Walter Rossa, não existe um modelo único e hegemônico de urbanização portuguesa, mas variações de diversas noções que são herdadas através de séculos de intercâmbio cultural (espontâneo ou forçado), à exemplo do que foi a cidade barroca, que propagado-se por toda a Europa, e se modificando com o passar dos anos, pela troca que acontecia com a cultura de cada localidade que tentava se adequar aos novos padrões postulados por este novo conceito que dava uma nova importância à imagem, e o caráter simbólico que essa nova visão do habitar nos apresenta, como aponta Argan, levou a uma variedade da urbanização clássica que vai ser disseminada até às cidades das novas colônias latino-americanas, chegando aqui ainda carregando fortemente a ideia de utilizar a imagem como uma forma de propagação da fé naqueles novos territórios pagãos; imagem no sentido amplo que transcende a arte pictórica ou a escultura religiosa, chegando à “urbanização” em si, onde a coroa usou de conceitos de uniformidade e harmonia nas construções, que podem ser facilmente notadas nas fachadas diamantinenses, para transmitir uma noção de civilidade e decoro, modelo este que como já citado vem sendo usado desde o final do século XVI.

Assim depois de me aprofundar nos estudos acerca do urbanismo colonial, vejo a regularidade enxergada por autores como Sylvio de Vasconcelos (1968) e Selma Melo (2009) Miranda no traçado diamantinense, mas é importante que se note o quanto a regularidade é mais presente na austeridade do desenho arquitetônico das fachadas, que é quebrada apenas pelos cores nos detalhes de portas e janelas.

A partir de observações como as de Betina Schürmann (1999) é possível perceber o quão importante a Demarcação Diamantina foi para a formação do Arraial do Tejuco, mas além desse ponto o que pude perceber é que o Arraial surge em um contexto completamente novo no Brasil colônia, como mostrado por Nestor Goulart (1968), a colônia foi criada e desenvolvida, até então, explorando seu potencial rural, e tendo a cidade como seu suporte mercantil, quando surge o Arraial do Tejuco essa lógica está sendo invertida devida à atividade mineradora, então temos uma nova cidade, em um novo contexto que precisa se adequar a este, a políticas urbanizadoras

que contemplem o comércio urbano, e como disse Nestor Goulart (1968), as ruas passam a ser locais de estadia, o que gerava uma necessidade de controle e ordenamento onde decoro e harmonia são postos em prática.

O que pude perceber após realizar o roteiro por Braga e Diamantina é que existe uma semelhança panorâmica maior que em detalhes, em muitos casos as estruturas dos edifícios se parecem, principalmente nas construções mais simples que matem em Braga o mesmo desenho despretensioso, modesto, que é encontrado em Diamantina, mas existe uma dificuldade de correlacioná-los tanto pela utilização de matérias diferentes, sendo Braga construída em pedra, com permanência medieval; e Diamantina em madeira, e barro, a tornando uma cidade mais "leve", quanto pela diferença nos detalhes. O conjunto arquitetônico diamantinense parece mais harmônico e homogêneo, com menos variedade em formas e cores, enquanto em Braga é impossível enumerar a quantidade de ornatos diferentes em toda a cidade, mas mesmo assim, os pontos de encontro existem, como alguns foram mostrados aqui.

- Anexo 1



Figura 77 - Inventário do acervo edificado na área tombada

- Anexo 2

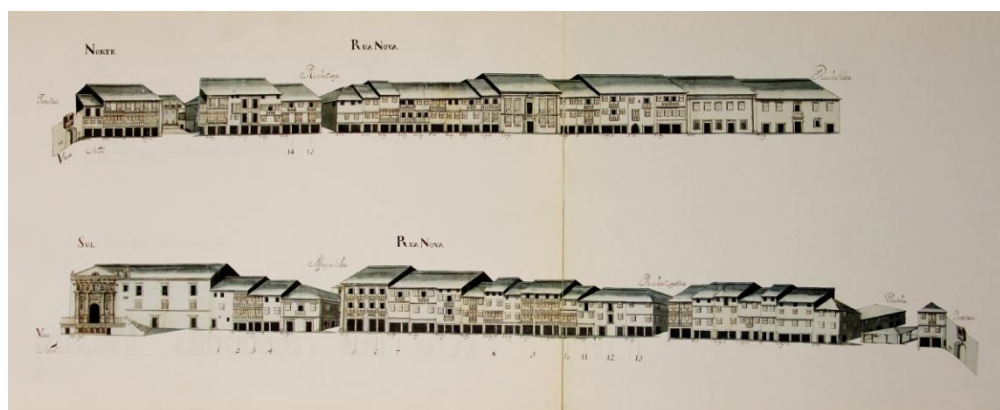
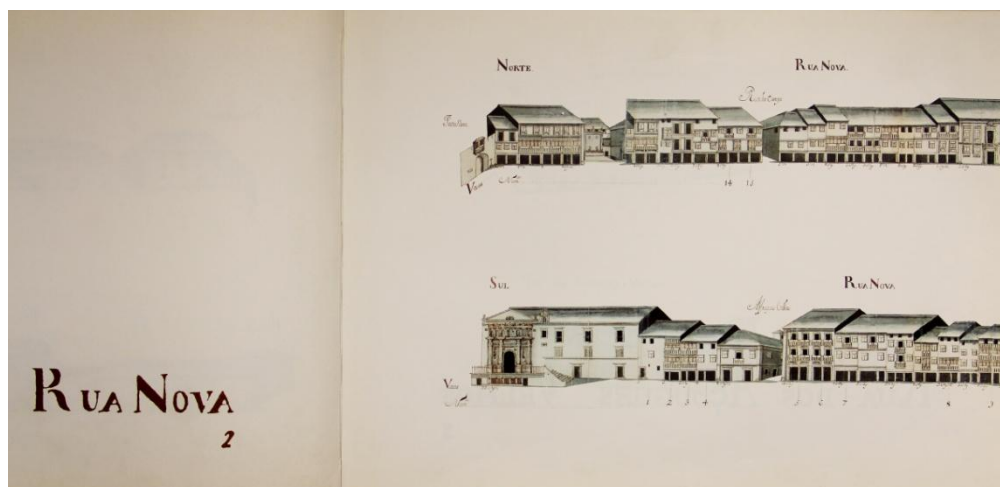


Figura 78 - Imagens do Mappa das Ruas de Braga (1750)

- Anexo 3

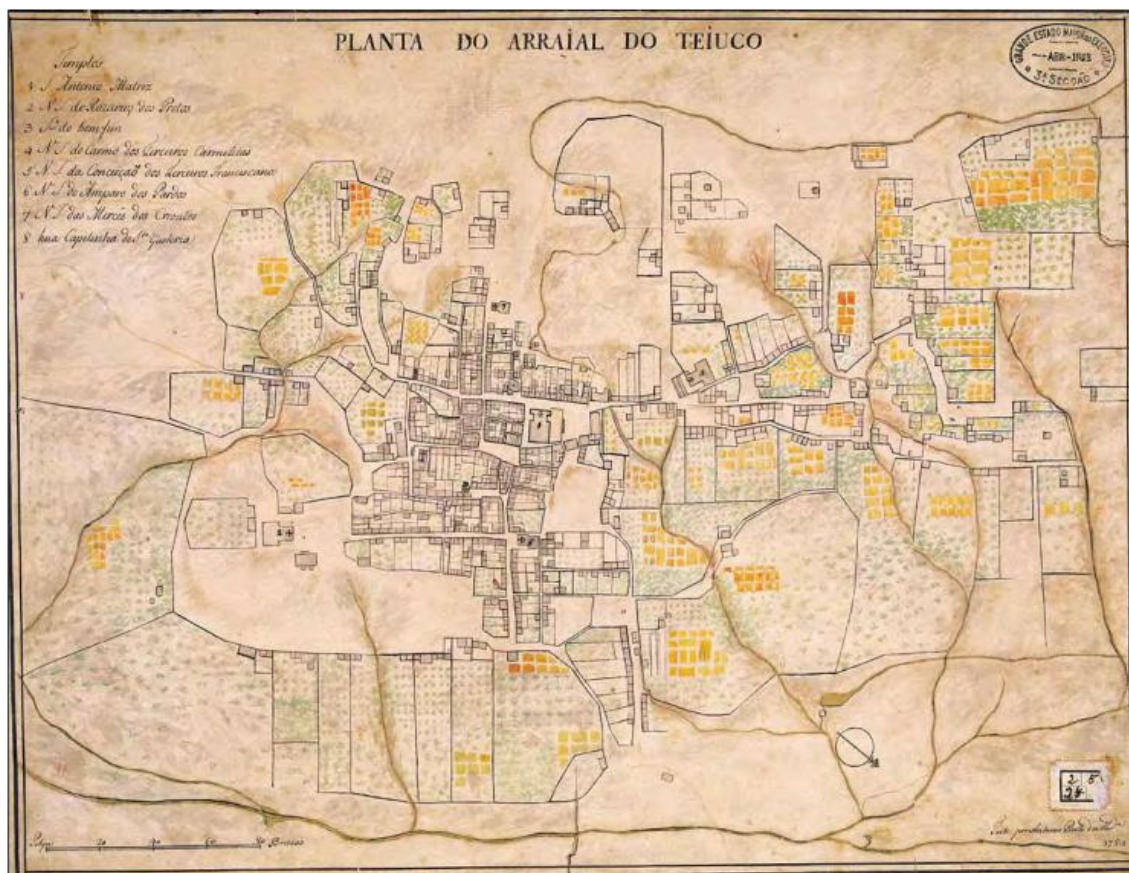


Figura 79 - Planta do Arraial do Teiuco, de A.P. Miranda, 1784. Arquivo Histórico do Exército. Imagem do livro Cartografia das Minas Gerais..., de A.G. Costa e outros. Foto de Vicente Mello, s/d. In: MIRANDA, Selma Melo. A igreja de São Francisco de Assis em Diamantina. Brasília: IPHAN, 2009.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio C.. **Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco**. SP: Cia das Letras. 2004
- AVILA, Afonso; GONTIJO, João; MACHADO, Reinaldo. **Barroco mineiro dicionário de arquitetura e ornamentação**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 1996
- ALVES, Jorge Fernandes. **Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal. In Os Brasileiros da Emigração, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão**, 1999, p. 233-247.
- BAETA, Rodrigo Espinha. **Ouro Preto: Cidade Barroca**, Cadernos PPG-AU/UFBA, v1. N1, 2002, p. 47-66.
- BASTOS, Rodrigo. **O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII**. An. mus. paul. vol.20 no.1 São Paulo Jan./June 2012
- FONSECA, Claudia Damasceno, **Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas**, An. mus. paul. vol.20 no.1 São Paulo Jan./June 2012
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o Contratador de Diamantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- GONÇALVES, Décio. **Sistema estrutural treliçado modular em madeira**. São Paulo, 2007. Tese (Doutoramento em Arquitetura) – Universidade de São Paulo

- HINTZEN-BOHLEN, Brigitte. **Arte & arquitectura**. ULLMANN. Potsdam, 2013
- HOLANDA, Sérgio Buarque – **Raízes do Brasil**; organização Pedro Meira Monteiro, Lilia Moritz Schwarcz; estabelecimento de textos e notas Mauricio Acunã e Marcelo Diego – São Paulo: Companhia das Letras, 2016
- MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. **Cultura pictórica e o percurso da quadratura no arraial do tijuco no século XVIII: Entre o decorativo e persuasão**. Belo Horizonte, 2013. Tese (Doutoramento em História) – Universidade Federal de Minas Gerais
- MARCONDES, Luiz Fernando, **Dicionário de Termos Artísticos**, PINAKOTHEKE. 1998
- MIRANDA, Selma Melo. **A Igreja de São Francisco de Assis de Diamantina**. Brasília, DF: Ihan/Programa Monumenta, 2009
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – **André Soares e o rococó do Minho**. 4 Vol. 1 e 4. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras / Universidade do Porto, 2012
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – **Estudos sobre o século XVIII em Braga**. Edições APPACDM Distrital de Braga. Braga, 1993
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – **Arte no Minho**. Centro de Estudos Lusíadas – Universidade do Minho - 2011
- PARDO, Rafael Sumozas García. **ARTE E ARQUITETURA MOURISCA E MUDÉJAR NA ESPANHA MEDIEVAL E NA AMÉRICA**. In: *Revista do corpo discente do programa de pós-graduação em História da UFRGS*. Nº 2, Porto alegre, 2009

- PORTUGAL, Ana Raquel. **O legado árabe no Brasil**. In: *Ibérica- Revista interdisciplinar de estudos ibéricos e iber-americanos*. Ano V, Nº16, Juiz de Fora, maio – agosto/2011
- PINTO, Estevão, Muxarabis e Balcões. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 7 – 1943.
- REIS, Antonio do Carmo. **Nova história de Portugal**. Editorial Noticias. Porto, 1990
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **A urbanização e o urbanismo na região das Minas**. São Paulo: FAU/USP, 1999. (Cadernos do LAP, 30).
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. Rio de Janeiro, Pioneira, 1968.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco - **Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana**. Braga, 2008. Tese (Doutoramento em Arqueologia) – Universidade do Minho
- RODRIGUES, José Wasth. **Documentário arquitetônico**. Martins, Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1975.
- ROSSA, Walter. **Fomos Condenados à Cidade: uma década de estudos sobre patrimônio urbanístico**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- SANTOS, Joaquim Felício. **Memórias do Distrito Diamantino**. Rio de Janeiro, 1956.
- SCHÜRMANN, Betina. **Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos**. Textos de História, Brasília, v. 7, n. 1-2, jan. 1999.

- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Presença Portuguesa: de Colonizadores a Imigrantes. In: Brasil: 500 anos de povoamento** / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2007. p. 61 – 78.
- VASCONCELOS, Sylvio de, **Formação urbana do Arraial do Tejuco**, Revista do IPHAN n 16, 1968